



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO**

SAMYRA SANTOS MARTINS

**A SUBORDINAÇÃO DA AGRICULTURA AO CAPITAL: transformações da
produção agrícola na sociabilidade capitalista**

**MACEIÓ
2020**

SAMYRA SANTOS MARTINS

**A SUBORDINAÇÃO DA AGRICULTURA AO CAPITAL: transformações da
produção agrícola na sociabilidade capitalista**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientador(a): Dra. Maria Virginia Borges Amaral

**MACEIÓ
2020**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Biblioteca Central Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1787

M386s Martins, Samyra Santos.

A subordinação da agricultura ao capital : transformações da produção agrícola na sociabilidade capitalista / Samyra Santos Martins. – 2020.
108 f.

Orientadora: Maria Virginia Borges Amaral.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 107-108.

1. Agricultura. 2. Capital (Economia), acumulação. 3. Imperialismo. 4. Revolução ecológica. 5. Camponeses - Desapropriação. I. Título.

CDU: 338.431:330.146



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

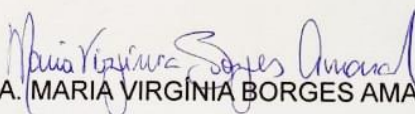
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PPGSS

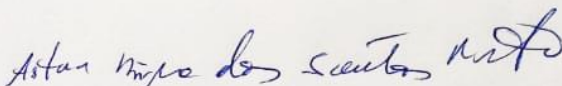


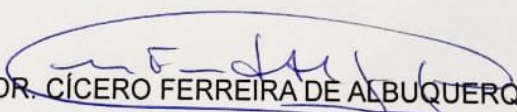
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Samyra Santos Martins** intitulada "*A subordinação da agricultura ao capital: transformações da produção agrícola na sociabilidade capitalista*", apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 4 de março de 2020, às 9 horas e 30 minutos, na Sala Multimeios – Bloco 13 – da Faculdade de Serviço Social (FSSO/UFAL).

Banca Examinadora


DRA. MARIA VIRGÍNIA BORGES AMARAL
(UFAL – Presidente - ORIENTADORA)


DR. ARTUR BÍSPPO DOS SANTOS NETO
(UFAL – Examinador Interno)


DR. CÍCERO FERREIRA DE ALBUQUERQUE
(UFAL – Examinador externo ao Programa)

À minha mãe, Rosângela, por todo amor e dedicação.

Aos meus avós, agricultores, por todo amor e por serem fonte de inspiração desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente àqueles e àquelas que me inspiraram para realização deste trabalho, os agricultores e agricultoras de todo o mundo.

À minha professora e orientadora Maria Virginia, pela acolhida na pós-graduação e os ensinamentos durante a orientação do presente estudo.

Aos membros do Grupo de Pesquisa Trabalho e Serviço Social (TRASSO), agradeço a acolhida e os momentos partilhados.

À banca de avaliação, Prof. Cícero Albuquerque e Prof. Artur Bispo, agradeço imensamente as contribuições e incentivo para continuidade desta pesquisa.

Agradeço aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS/UFAL) pela riqueza do aprendizado das disciplinas obrigatórias e eletivas, bem como da realização de eventos e cursos de grande importância para teoria crítica.

Agradeço aos técnicos e técnicas da Faculdade de Serviço Social (FSSO/UFAL), em especial a Maria Quitéria pela solicitude sempre prestada.

Aos amigos da turma de mestrado, agradeço o companheirismo e as trocas tão sinceras e necessárias durante essa difícil jornada.

Aos meus familiares, amigos e amigas, agradeço à todos e todas por cada gesto e palavra que me fizeram acreditar na conclusão deste ciclo, serei eternamente grata por ter cada um de vocês na minha vida!

Por fim, agradeço à CAPES pelo incentivo na concessão da bolsa de pesquisa que viabilizou a realização do mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas.

A terra dos posseiros de Deus

Esta terra é desmedida
e devia ser comum,
Devia ser repartida
um toco pra cada um,
mode morar sossegado.

Eu já tenho imaginado
Que a baixa, o sertão e a serra,
Devia ser coisa nossa;
Quem não trabalha na roça,
Que diabo é que quer com a terra?

ASSARÉ, patativa do.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar as transformações da produção agrícola na sociedade capitalista, observando o processo de subordinação da agricultura ao capital. A expropriação do campesinato da sua base fundiária e a transição da propriedade feudal e clânica à propriedade privada, tornou a agricultura cada vez mais indispensável para a acumulação do capital. A agricultura não é desde sua origem voltada para a produção de mercadorias, mas isso ocorre a partir da separação dos produtores diretos dos seus meios de produção, impelidos ao trabalho assalariado rural e destituídos de quaisquer condições de subsistência e produção. A gênese dessas transformações ocorrem a partir da acumulação primitiva de capital e são intensificadas com a mecanização agrícola oriunda da Revolução Industrial. Desse modo, adotando como procedimento metodológico a perspectiva histórico-crítica foi realizado um levantamento bibliográfico-documental das obras marxistas e marxistas que apontam as transformações na produção agrícola. Entre os autores utilizados como referência, cabe destacar: K. Marx, F. Engels, V. Lenin, R. Luxemburgo, Kautsky, entre outros. Para tanto, investigamos no primeiro momento a diferença do trabalho e agricultura na criação de valor do uso *versus* valor de troca, objetivando elucidar a função do trabalho e da agricultura. Na seção seguinte, investigamos as condições históricas de subordinação da agricultura ao capital, desde a gênese da acumulação primitiva até a Revolução Industrial, destacando a transformação da economia natural diante das expropriações dos camponeses, da destruição do ofício doméstico rural, do arrendamento de terras, da mecanização no campo e espoliação das colônias. Por fim, investigamos a agricultura na fase imperialista, tendo em vista a necessidade de acumulação do capital, evidenciando como esse processo intensifica as relações de expropriações no campo a partir da difusão de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, produção de “biocombustíveis” etc. A partir dessa investigação, constatamos que a subordinação da agricultura ao capital é um processo permanente de transformação das economias naturais em capitalistas, sendo realizada por meio de novas-velhas formas de expropriações dos camponeses a fim de atender o desejo incontrolável do capital por mais-valia.

Palavras-chave: Agricultura. Acumulação de capital. Imperialismo. “Revolução Verde”. Expropriações.

ABSTRACT

The present study aims to investigate the transformations of agricultural production in the capitalist society, observing the process of subordination of agriculture to capital. The expropriation of the peasantry from its land base and the transition from feudal and clan ownership to private ownership, made agriculture increasingly indispensable for capital accumulation. Since its origin, agriculture has not focused on the production of goods, but this occurs from the separation of direct producers from their means of production, driven by rural wage labor and deprived of any conditions of subsistence and production. The genesis of these transformations occurs from the primitive accumulation of capital and is intensified with the agricultural mechanization arising from the Industrial Revolution. Thus, adopting a historical-critical perspective as a methodological procedure, a bibliographical and documentary survey of Marxian and Marxist works was carried out that point out the transformations in agricultural production. Among the authors used as reference, it is worth mentioning: K. Marx, F. Engels, V. Lenin, R. Luxemburgo, Kautsky, among others. For that, we investigated in the first moment the difference of work and agriculture in the creation of use value versus exchange value, aiming to elucidate the function of work and agriculture. In the next section, we investigate the historical conditions of subordination of agriculture to capital, from the genesis of primitive accumulation to the Industrial Revolution, highlighting the transformation of the natural economy in the face of the expropriations of the peasants, the destruction of the rural domestic household trade, the leasing of land, mechanization in the field and spoliation of the colonies. Finally, we investigated agriculture in the imperialist phase, in view of the need for capital accumulation, showing how this process intensifies the relations of expropriations in the countryside from the diffusion of technological packages of the "Green Revolution", production of "biofuels" etc. From this investigation, we found that the subordination of agriculture to capital is a permanent process of transforming natural economies into capitalists, being carried out through new-old forms of expropriation of peasants in order to meet the uncontrollable desire of capital for more- worth

Keyword: Agriculture. Accumulation of capital. Imperialism. "Green Revolution". Expropriations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIA	American International Association for Economic and Social Development
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
GCPAI	Grupo Consultivo de Pesquisa Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. TRABALHO E AGRICULTURA: de valor de uso à valor de troca	18
2.1 Trabalho e criação de valor de uso.....	18
2.2 Agricultura e autossuficiência no campo	25
2.3 O segredo do valor de troca.....	31
3. CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA SUBORDINAÇÃO DA AGRICULTURA AO CAPITAL	39
3.1 Expropriação e acumulação primitiva do capital	39
3.1.1 A expropriação dos camponeses	41
3.1.1 A destruição do ofício doméstico rural.....	50
3.2 Propriedade privada e arrendamento da terra.....	54
3.3 A pilhagem das colônias	58
3.4 Revolução Industrial e agrícola	63
4. IMPERIALISMO E AGRICULTURA: novas-velhas formas de subordinação da agricultura ao capital	73
4.1 Imperialismo e acumulação de capital	73
4.2 Transformações da agricultura na fase superior do capitalismo	78
4.2.1 Agrotóxicos: da guerra à agricultura.....	78
4.2.2 A fome a modernização da agricultura.....	82
4.2.3 Os Rockefeller e a “Revolução Verde”	87
4.3 Pacotes tecnológicos: do agronegócio à agricultura familiar	94
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS.....	107

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo investigar as transformações da produção agrícola na sociabilidade capitalista, observando o processo de subordinação da agricultura ao capital. Trata-se, portanto, de lançar mão a investigação da transformação da produção de valor de uso em mercadoria e dos métodos utilizados pelo capital na realização dessa transformação até os tempos hodiernos.

Primeiramente, consideramos importante situar que o interesse em investigar a temática **“A subordinação da agricultura ao capital: transformações da produção agrícola na sociabilidade capitalista”**, marca os primeiros passos desde o processo de formação acadêmica em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas, com a participação em grupos/projetos de pesquisa e extensão¹ que propiciaram a aproximação com os estudos sobre a agricultura e as transformações do campo no modo de produção capitalista. No entanto, somente a partir do ingresso no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas – UFAL foi possível realizar um aprofundamento teórico sobre a temática, debruçando sobre o longo processo histórico da gênese da subordinação da agricultura ao capital até o surgimento do agronegócio.

Dito isto, nossa investigação tem como premissa a afirmação marxiana que a história da humanidade é marcada por diversas e intensas transformações, mas independente da forma de organização o trabalho é fundamental, de tal forma que a alimentação sempre foi uma preocupação dos homens (ENGELS, 2012). Marx e Engels escreveram em *A Ideologia Alemã* a célebre frase: “os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (2009, p.40). Certamente, o consumo de alimentos é condição para viver, o que faz do trabalho e da agricultura uma eterna necessidade do mundo dos homens.

No entanto, segundo Marx (1986), a propriedade encontrada pelo capitalista não era adequada para realizar seus ímpetos desejos de acumulação, logo ele cria a forma mais adequada por meio da instituição da propriedade privada, conquistada via expropriação dos trabalhadores. Esse longo e permanente processo de expropriação

¹ Destaca-se a participação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no estudo sobre a América Latina; projetos de extensão, bem como, a inserção em grupos de estudo/pesquisa com linhas temáticas sobre territórios rurais, capitalismo contemporâneo e atualmente vinculada ao Grupo de Pesquisa “Trabalho e Serviço Social” do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFAL.

para a produção industrial, viabilizou, simultaneamente, a penetração do capital no campo.

Daí, portanto, entra em cena o processo de transformação da agricultura de subsistência em agricultura capitalista, que por sua vez, implica na transformação da terra em mercadoria, dos meios de produção e subsistência em capital e dos trabalhadores em assalariados. Não obstante, essa transformação pressupõe uma revolução nas relações entre produtores e meios de produção, pois precisam que estes estejam desvinculados, separados como duas espécies diferentes, conforme determina a relação-capital, de um lado os meios de subsistência e produção, e do outro os produtores diretos (MARX, 1996b).

Assim, a temática aqui proposta busca desnudar o processo histórico da transformação da produção agrícola, de valor de uso à valor de troca na sociabilidade capitalista. Para tanto, adotamos como procedimento metodológico a perspectiva histórico-crítica, realizando um levantamento bibliográfico-documental das obras marxianas e marxistas. Além disso, partimos dos seguintes questionamentos: em que condições surgiram duas espécies de proprietários tão distintas? Como ocorreu a transformação radical na relação dos agricultores com os seus meios de produção e subsistência? Porque a produção de alimentos foi transformada em produção de mercadorias? À luz da teoria social de Marx, buscamos elucidar essas questões. Evidentemente, os questionamentos não se encerram aqui, mas a partir deles pretende-se atender o objeto proposto. Com isso, estruturamos a exposição do presente estudo em três seções.

O ponto de partida desta investigação está apresentado na primeira seção intitulada “**trabalho e agricultura: de valor de uso à valor de troca**” que tem como elemento fundamental o entendimento da categoria trabalho de acordo com as contribuições teóricas de K. Marx na grande obra *O Capital*, especificamente no capítulo V sobre “Processo de Trabalho e Processo de Valorização”. Marx em sua obra evidencia a diferença do homem das demais espécies a partir do trabalho, na capacidade que o homem exerce sobre o objeto que transforma para atender seu objetivo, conhecendo previamente na sua consciência o processo de trabalho. Esse elemento fundamental diferencia a ação dos homens sobre a natureza ao passo que determina o modo específico da espécie humana. Além da obra de K. Marx,

recorremos ao manuscrito de F. Engels “A humanização do macaco através do trabalho” publicado no anexo do Livro “A dialética da Natureza” do autor referido.

Partindo do entendimento do trabalho útil foi possível elucidar o trabalho na agricultura voltado para a criação de valor de uso. Para tanto ainda recorreremos as formas pré-capitalistas na obra de K. Marx “Formações Econômicas Pré-capitalistas” e “A questão agrária” de Kautsky, com o objetivo de elucidar a autossuficiência do camponês quando o trabalho está voltado à atender as necessidades básicas dos produtores e suas respectivas comunidades. Acresça-se ao referencial, o capítulo XI intitulado “Barbárie e Civilização” na obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, também de autoria de Engels, para fundamentar a importância da agricultura para o mundo dos homens, principalmente na capacidade de produzir alimentação e matéria-prima de modo excedente.

Devidamente compreendido o trabalho e a função primária da agricultura, investigamos ainda na primeira seção, o fundamento teórico do valor de troca, isto é, a produção de mercadorias. Nossa intenção nesse momento inicial é elucidar a diferença entre a produção agrícola que tem como objetivo a subsistência do produtor da que tem como objetivo produzir lucro para uma espécie de capitalista que se apropria do trabalho alheio. A contraposição dessas duas formas de produzir alimentos é a premissa norteadora do presente estudo. Para tanto, recorreremos à compreensão da dualidade em que repousa a lógica da produção de mercadorias, fundamentados primordialmente no Capítulo I “A mercadoria” de *O Capital* de K. Marx.

Na segunda seção do presente estudo, desdobramos nossa análise sobre “**as condições históricas da subordinação da agricultura ao capital**”. No que tange à gênese, encontramos no Capítulo XXIV de *O Capital* o referencial teórico da condição histórica da transformação da agricultura de valor de uso à valor de troca. K. Marx ao tratar da “A assim chamada acumulação primitiva” revela a forma clássica do modo de produção capitalista e como sua base consiste na separação dos produtores diretos dos seus meios de subsistência e produção a partir do século XVI, expropriando o campesinato da sua base fundiária. No decorrer da seção, recorreremos novamente a obra “A questão agrária” de Kautsky (1986).

A expropriação do campesinato da sua base fundiária e a transição da propriedade feudal e clânica à propriedade privada, tornou a agricultura cada vez mais indispensável para acumulação do capital. Nesse sentido, demonstra-se como a

agricultura não é desde sua origem uma mercadoria, mas isso irá ocorrer a partir da destituição das formas de subsistência e produção dos trabalhadores, quando são impelidos ao trabalho assalariado (MARX, 1996b). Todo esse processo de acumulação primitiva irá viabilizar a terra enquanto propriedade privada para um determinado capitalista que só a possui com objetivo de extrair lucro, seja arrendando ou produzindo diretamente para a venda – troca.

Neste cenário, a propriedade privada instituída se torna fonte de enriquecimento até por meio do arrendamento. Vale ressaltar que o arrendatário se apresenta como um capitalista que aluga a terra e contrata mão de obra para trabalhar, por sua vez, é o responsável por pagar ao proprietário fundiário e ao assalariado o dinheiro por suas mercadorias, a terra e a força de trabalho, respectivamente. Logo, para extrair seu lucro e pagar a renda da terra, esse arrendatário precisa pagar o mínimo possível por mercadorias, principalmente mão de obra (MARX, 1986).

Ainda nessa segunda seção sobre as condições históricas da subordinação da agricultura ao capital, não poderia ser deixado de mencionar que todo o processo de acumulação primitiva contou com uma alavanca poderosa, a espoliação das colônias. A colonização/invasão das colônias pelos europeus viabilizou a extração de muita matéria-prima para abastecer o comércio estrangeiro, bem como ampliar o mercado de circulação de mercadorias, tanto que as marcas desse processo de invasão são perceptíveis até os tempos hodiernos (TRANSPADINI, 2016).

O fato é que entre os séculos XVI-XVIII o capital se apresenta na sua forma de acumulação que é ponto de partida para o modo de produção capitalista. Esse período tanto é marcado pela expropriação do campesinato quando no desenvolvimento da manufatura. Marx (1996b) vai assinalar que a acumulação primitiva é palco de complexas contradições, pois as conquistas capitalistas não foram inteiramente criadas pelos burgueses, mas sua esperteza o fez aproveitar de condições dadas pelo próprio curso da história, tal qual um dia os senhores feudais também souberam aproveitar. O fato é que os burgueses, ávidos e espertos, escolheram os caminhos certos para elevá-los à classe dominante.

A gestação do capital levou séculos, por isso o processo de subordinação da agricultura não ocorreu de modo célere. No entanto, o desenvolvimento da manufatura até eclodir a Revolução Industrial trouxe ao mundo a inversão da relação homem-

natureza, agora orientada pela lógica destrutiva de produzir sob o comando da burguesia. Com a indústria, tornou-se possível a mecanização do campo e, portanto, a possibilidade de adaptar o ciclo de rotação do capital na agricultura, que opera em modo diferente e particular em relação à indústria, tendo em vista que a mecanização trouxe a possibilidade de economizar tempo no processo de trabalho, diminuir salários e aumentar a produção agrícola, realizando o anseio de todo capitalista que investe seu dinheiro adiantado na agricultura (MARX, 1996b; KAUTSKY, 1986).

Entretanto, a chegada da máquina no campo não foi de modo repentino, e por isso o capital conviveu – e ainda convive – com formas não-capitalistas, do mesmo modo que mantém permanentemente sua luta para transformação de todas as formas de economia em formas capitalistas, a qual veremos na terceira seção (LUXEMBURGO, 1970).

Por fim, na terceira e última seção, investigamos o **imperialismo e agricultura – entre novas-velhas formas de expropriações**. Nossa pretensão é elucidar como as formas de expropriações e subordinação da agricultura ao capital são intensificadas nesse período por meio na necessidade imanente dos impérios capitalistas. Nesse cenário, as guerras assumem o palco da acumulação e suas consequências aprofundam as relações de expropriação no campo com a introdução de inovações tecnológicas que visam tornar o agricultor cada vez mais dependente do mercado.

Para tanto, recorreremos a obra de Lenin (2012) em “Imperialismo, estágio superior do capitalismo” com o objetivo de compreender o surgimento dos monopólios, elemento já apontado por Marx em *O capital* como tendência à concentração da produção e inerente ao desenvolvimento da livre concorrência. Em Lenin (2012), portanto, encontramos a base teórica para elucidar a fase contemporânea do capital e, posteriormente, compreender a lógica capitalista de produção agrícola. Recorreremos também a R. Luxemburgo (1970) na obra “Acumulação de capital”, para compreender como o capital convive e subordina diferentes formas de economia.

Diante disso, apresenta-se no decorrer desta última seção as contribuições contemporâneas de pesquisadores sobre a “Revolução Verde”, o agronegócio, os pacotes tecnológicos, entre outros temas abordados para compreender as transformações da agricultura no modo de produção capitalista.

A última seção, portanto, apresenta como a “Revolução Verde” foi o método adotado pelos capitalistas para realizar sua mais-valia e garantir a contínua superprodução na agricultura. Um modelo de produção que opera integrando agricultura e indústria, tornando a agricultura dependente das mercadorias industriais (LIMA, 2013). Para isso, o agronegócio surge como propaganda para solucionar a fome mundial no período pós-guerra, mas o fato é que esse processo se revela como novas-velhas formas de expropriações dos camponeses, condenando os/as trabalhadores/as às piores de condições de vida e trabalho. Mais do que isso, evidenciam que a subordinação da agricultura ao capital ainda é um processo em curso e que não foi esgotado.

A partir dessa investigação, pretende-se ratificar que a agricultura sempre será um tema atual, e por isso requer uma análise à luz da teoria social de Marx para desvendar os fundamentos do processo que a conduziu à uma lógica de produção oposta à sua função primária e que a cada nova fase do capitalismo esse processo corrobora para a degradação da sua forma originária à serviço do capital, realizando-se em detrimento da destruição da natureza e intensa exploração dos/as trabalhadores/as do campo e da cidade.

2. TRABALHO E AGRICULTURA: de valor de uso à valor de troca

Pretende-se nessa seção, elucidar as diferenças fundamentais entre a agricultura historicamente determinada para a produção de **valor de uso** da agricultura transformada em produção de **valor de troca**. Contrapor essas duas formas de produção agrícola, pressupõe a necessidade de conhecimento sobre algumas categorias principais, como o trabalho e a mercadoria.

2.1 Trabalho e criação de valor de uso

Marx (1996a) em diversos momentos da obra “O capital” menciona o termo **valor de uso** para se referir às coisas uteis aos homens. Segundo Marx (1996a, p. 166) “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”, essa utilidade, por sua vez, é realizada “somente no uso ou no consumo”. De acordo com o filósofo alemão, os valores de uso são como tal devido as suas propriedades, elas determinam a utilidade da sua apropriação. Observemos a madeira encontrada na natureza sem a ação do homem, ela é útil pelas características da sua propriedade que conseguem atender necessidades humanas. Assim sendo, valor de uso é tudo aquilo útil que pode ser consumido, desde as matérias fornecidas gratuitamente pela natureza até os produtos criados por meio do trabalho.

Nesse sentido, a própria *natureza* aparece como um valor de uso para o homem porque “a terra (que do ponto de vista econômico inclui também a água), [é] fonte original de víveres e meios já prontos de subsistência para o homem”, cabe ressaltar que a terra não é produto do trabalho humano, ela é encontrada sem a contribuição dele (MARX, 1996a, p.298). Dessa forma, apropriando-se da terra para atender suas necessidades, o homem consegue criar novos valores de uso. Isso significa que a terra existe independente do homem, mas o homem não pode existir sem a terra, ele depende do solo, da água, das matérias naturais, etc., para sobreviver e reproduzir. Marx explica:

Ao produzir, o homem só pode proceder com a própria natureza, isto é, apenas mudando as formas das matérias. Mais ainda. Nesse trabalho de formação ele é constantemente amparado por forças naturais. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que produz, da riqueza

material. Dela o trabalho é o pai, como diz William Petty, e a terra a mãe. (MARX, 1996a, p.172)

Nesse sentido, o homem somente pode criar valores de uso através de dois elementos: “matéria fornecida pela natureza e trabalho” (MARX, 1996a, p.172). Desse modo, **terra e trabalho** são eternas necessidades dos homens, são fontes de valores de uso indispensáveis à sobrevivência e reprodução dos indivíduos.

Por conseguinte, a criação de valores de uso através do trabalho surge na cena histórica como determinante da transição do macaco à espécie humana. Engels (1979) no manuscrito “Humanização do macaco através do trabalho”² explica como o trabalho foi determinante para essa transição. Segundo o autor, o desenvolvimento de habilidades e condições objetivas e subjetivas distintas dos ancestrais foram fundamentais para que o homem se distanciasse das barreiras naturais. Entre as habilidades, o autor destaca a mão e o cérebro humano.

De acordo com Engels (1979) o desenvolvimento das habilidades com as mãos foi um passo decisivo e pode ser analisado diante de dois aspectos: primeiro como órgão do trabalho; e segundo, como produto do trabalho. Segundo o autor, o trabalho depende do uso das mãos de tal forma que a mão se torna órgão dele, assim como o aperfeiçoamento das mãos é, simultaneamente, resultado do aperfeiçoamento do próprio trabalho. Nesse sentido, observa-se que é nas mãos humanas que se objetiva o trabalho.

Por conseguinte, Engels (1979) lembra que “a mão não estava só. Era uma parte apenas de todo um organismo altamente complicado. E o que era proveitoso para a mão era igualmente útil para todo o corpo, a cujo serviço ela se encontrava. E essa atividade era duplamente proveitosa” (1979, p. 217). Desse modo, a relação da mão humana sobre o organismo na totalidade, implicava no aperfeiçoamento que ampliava as percepções do intercâmbio entre homem e natureza através do trabalho, desenvolvendo cada vez mais novas habilidades e, conseqüentemente, descobrindo novas qualidades nos objetos naturais encontrados.

Destaca-se, portanto, que a mão humana não realiza o trabalho por conta própria, mas age sob o comando da consciência humana em querer transformar um

² O manuscrito encontra-se no anexo do livro *A dialética da Natureza* (1979). Cabe destacar que Engels deixou contribuições significativas sobre a transformação do macaco em homem através do trabalho. O manuscrito, embora incompleto, clareia as leituras sobre a categoria trabalho e elucida como o autor compreende a origem da humanidade.

objeto idealizado em sua consciência. Por isso foi somente com o desenvolvimento do cérebro que a espécie humana pode realizar o trabalho, como um ato consciente e controlado para criação de valores de uso. Nesse sentido, nenhum animal por mais habilidades que tivesse desenvolvido com a mão, jamais poderia utilizá-la para realizar o trabalho, porque este requer planejamento e controle da atividade, o trabalho é a relação entre ideação-objetivação, por isso a mão depende do comando do cérebro humano. Portanto, o trabalho é exclusivo do mundo dos homens e uma condição eterna da vida humana. Escreve, Engels:

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. E o é, de fato, ao lado da Natureza, que lhe fornece a matéria por ele transformada em riqueza. Mas é infinitamente mais do que isso. É a condição fundamental de toda a vida humana; e o é num grau tão elevado que, num certo sentido, pode-se dizer: o trabalho, por si mesmo, criou o homem. (ENGELS, 1979, p. 215).

Nesse sentido, a origem do trabalho se dá quando a espécie humana consegue intervir sobre a natureza criando novos valores de uso. Marx (1996a) no Capítulo V “Processo de Trabalho e Processo de Valorização” de “O capital”, revela que todo trabalho é essencialmente trabalho útil porque produz valor de uso, conseqüentemente, se o produto criado não tiver valor de uso, essa produção não pode ser considerada trabalho.

Segundo Engels, o trabalho “começa, na realidade, com a confecção de ferramentas. E, entre estas, quais são as mais antigas que conhecemos? [...]. São ferramentas para a caça e para a pesca; e, simultaneamente, as primeiras armas” (1979, p. 220). Para Marx, as confecções de ferramentas “caracterizam o processo de trabalho especificamente humano” (1996a, p. 299).

De modo geral, o trabalho aparece na perspectiva marxista e marxiana como o fundamento do ser social, distanciando o homem das barreiras naturais. De acordo com Marx (1996a) é o trabalho que diferencia o homem das diferentes espécies, pois somente ele consegue transformar a natureza para realizar seu objetivo com domínio consciente do objeto. Assim, o que as formigas, abelhas, joão-de-barro e outras espécies fazem não é trabalho e seus resultados não são produtos de trabalho, pois sua relação com a natureza não se realiza num processo consciente. Marx, explica:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos

favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. (MARX, 1996a, p. 297-298).

Nesse sentido, a relação homem-natureza³ para criação de valores de uso é determinada pelo próprio homem, como um ato planejado na sua consciência. Conforme Marx elucida, a capacidade de realizar uma atividade e obter no final do processo de trabalho um produto que existiu primeiro na sua consciência, evidencia que a relação do homem com a natureza é muito mais que uma mera transformação, todavia é a transformação de uma matéria natural para *realizar o seu objetivo*, conforme bem anota: “ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade” (MARX, 1996a, p.298). Engels, reforça essa tese:

Resumindo: o animal apenas *utiliza* a Natureza, nela produzindo modificações somente por sua presença; o homem a submete, pondo-a a serviço de seus fins determinados, imprimindo-lhe as modificações que julga necessárias, isto é, *domina* a Natureza. E esta é a diferença essencial e decisiva entre o homem e os demais animais; e, por outro lado, é o trabalho que determina essa diferença. (ENGELS, 1979, p. 223).

Assim, a particularidade dessa diferença é fundamentalmente o trabalho, uma capacidade única e exclusiva dos homens de objetivar suas ideações através de inúmeras habilidades desenvolvidas historicamente para sua realização. Cabe ainda ressaltar que a ideação não acontece do nada, o homem somente pode idealizar um objeto na sua consciência a partir do conhecimento da matéria existente na natureza (MARX, 1996a). Dito isto, compreende-se que um machado de pedra só pode ser construído se anterior a isto o homem conheceu as qualidades da propriedade do objeto: a pedra.

Marx (1996a) expõe que a criação de ferramentas e outros valores de uso é realizada por meio do processo de trabalho. De acordo com o autor, o processo de trabalho apresenta elementos simples e abstratos que são fundamentais para

³ A dissertação de mestrado de Santos (2014) muito contribui com a leitura sobre a relação homem-natureza, publicada pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

transformação da natureza pelo homem, são eles: a) atividade orientada a um fim; b) objeto de trabalho e; c) meios de trabalho. Vejamos cada elemento a seguir.

O primeiro deles refere-se a capacidade de planejar a atividade e transformar conscientemente a matéria natural. Desse modo, **a atividade orientada a um fim**, trata-se da capacidade exclusiva de planejar o trabalho, conhecendo previamente na consciência a atividade que será objetivada (MARX, 1996a). Conforme mencionamos anteriormente, essa qualidade primordial é que possibilita o homem sujeitar a natureza à sua vontade, primeiro abstraindo em sua consciência e posteriormente exteriorizando o objeto trabalhado em suas mãos.

Por isto, cabe lembrar a afirmação de Marx sobre a diferença entre aranha e tecelão, abelha e arquiteto. A diferença, portanto, é que tecelão e arquiteto conseguem planejar em sua cabeça o objeto que será trabalhado e “no fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente”, muito diferente da aranha e da abelha, que agem instintivamente na interação com a natureza (MARX, 1996a, p. 297-298). Outro exemplo que se pode somar ao anterior, trata-se da diferença da ação realizada por formigas daquela realizada pelo agricultor, neste último, a ação de cultivo na natureza é um resultado planejado inicialmente na sua consciência.

A atividade orientada a um fim elucida que o trabalho exige controle do homem durante todo o processo, pois “além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho” (MARX, 1996a, p. 298). Acresça-se a esta afirmação, as palavras de Santos Neto: “na perspectiva lukacsiana o trabalho pressupõe um domínio consciente do homem sobre os seus instintos e implica uma determinada espécie de controle do sujeito sobre si mesmo” (2013, p. 82). Isto implica dizer que é a consciência, o controle e o domínio que possibilitam o homem realizar o trabalho, buscando meios que lhe assegurem alcançar a objetivação da sua prévia-ideação. Marx, comenta:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que **o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza**. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e **sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio**. (MARX, 1996a, p. 297, grifo nosso).

Marx é enfático ao escrever a citação anterior, principalmente quando diz que “o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”, ou seja, o homem através da sua própria corporalidade, utilizando seus órgãos, consegue realizar uma ação que ele próprio irá mediar, regular e controlar. Com isso, desenvolvendo as potências adormecidas na natureza, como meio e objeto de trabalho, o homem “sujeita [a natureza para] o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (MARX, 1996a, p. 297).

O segundo elemento citado por Marx (1996a) é o **objeto de trabalho**. É a partir da capacidade de planejar, conforme vimos no primeiro elemento, que o homem transforma seu objeto de trabalho. O objeto pode se apresentar de duas formas: como “preexistentes por natureza” ou “matéria-prima” (MARX, 1996a, p.300).

De acordo Marx (1996a), “toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada por trabalho” (MARX, 1996a, p.298). Essa observação é a critério de diferenciar os objetos que não foram modificados mediante processo de trabalho daqueles que sofreram alguma modificação, este último, portanto, é o objeto na forma de matéria-prima. A interpretação do autor sobre as duas formas do objeto pode ser exemplificada do seguinte modo:

Todas as coisas que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho **preexistentes por natureza**. Assim o peixe que se pesca ao separá-lo de seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate na floresta virgem, o minério que é arrancado de seu filão. Se, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado por meio de trabalho anterior, denominamo-lo **matéria-prima**. Por exemplo, o minério já arrancado que agora vai ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. (MARX, 1996a, p.298, grifo nosso).

Essa diferenciação possibilita esclarecer que o objeto de trabalho dos extrativistas ou desbravadores de terras virgens são objetos preexistentes por natureza, enquanto aqueles objetos resultantes de trabalhos anteriores são objetos na forma de matéria-prima. Reforçamos: se o homem planta uma semente que encontra na natureza de uma área virgem, esse objeto de trabalho é preexistente por natureza; entretanto, no ano seguinte, quando este homem for plantar novamente com a semente resultante do seu cultivo, essa já não é mais preexistente por natureza,

mas uma semente que passou pelo trabalho da mão humana, portanto, matéria-prima (MARX, 1996a). Observemos a afirmação de Marx:

Exceto as indústrias extrativas, cujo objeto de trabalho é preexistente por natureza, como mineração, caça, pesca etc. (**a agricultura só no caso em que se desbravam terras virgens**), todos os ramos industriais processam um objeto que é matéria-prima, isto é, um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele mesmo já produto de trabalho. Assim, por exemplo, **a semente na agricultura**. Animais e plantas, que se costumam considerar produtos da Natureza, não são apenas produtos talvez do trabalho do ano passado, mas, em suas formas atuais, **produtos de uma transformação continuada por muitas gerações, sob controle humano e mediada por trabalho humano**. (MARX, 1996a, p.300-301, grifo nosso).

Finalmente, chegamos no último elemento, aquele que está posto entre atividade orientada a um fim e objeto de trabalho: os **meios de trabalho**. O terceiro elemento fundamental, trata-se do mediador do trabalhador em si mesmo para com o seu objetivo, o meio que possibilita o trabalhador realizar materialmente sua prévia-ideação, nas palavras de Marx: “o meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto” (1996a, p.299). Marx explica que sem a terra o homem não poderia realizar o trabalho, pois ela é o a sua “despensa original”. Marx, escreve:

[...] a terra é sua despensa original, é ela seu arsenal original de meios de trabalho. Fornece-lhe, por exemplo, a pedra que ele lança, com que raspa, prensa, corta etc. A própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, para servir como meio de trabalho na agricultura, uma série de outros meios de trabalho e um nível de desenvolvimento relativamente alto da força de trabalho. Tão logo o processo de trabalho esteja em alguma medida desenvolvido de todo, necessita ele de meios de trabalho já trabalhados. (MARX, 1996a, p. 299).

Nesse sentido, é através do processo de trabalho que o homem cria meios de subsistência e produção, e por isso o trabalho é, nas palavras de Marx, “condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida”, afinal, todo processo de trabalho é uma “atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas” (MARX, 1996a, p. 303). Por conseguinte, a criação de valores de uso é indispensável à humanidade, eles são “o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (MARX, 1996a, p.166).

Desse modo, os homens aperfeiçoam cada vez mais os produtos do seu trabalho, conhecendo a natureza e transformando-a para atender suas necessidades vitais. Além disso, cabe ressaltar a cada intercâmbio orgânico do homem com a natureza, ele desenvolve novas habilidades com capacidades maiores do que tinha antes de iniciar o trabalho. Isso implica dizer que o ato de criar ferramentas – e aperfeiçoá-las – não transformou apenas a matéria natural em trabalho objetivado, mas também transformou o próprio homem, simultaneamente. Isso significa que ao transformar a natureza, o homem transforma a si mesmo (MARX, 1996a).

De modo geral, o trabalho possibilitou a transição da coleta à agricultura, através da confecção e aperfeiçoamento de ferramentas. Com isso, se antes os primitivos estavam limitados à alimentação vegetariana da coleta, agora os homens conseguiam descobrir “nos objetos naturais [...] outras qualidades até então desconhecidas” (ENGELS, 1979, p. 217) e assim realizar a caça, depois a domesticação de animais e o plantio, sem perder de vista que o objetivo principal era atender as necessidades básicas dos indivíduos, isto é, criar valores de uso.

2.2 Agricultura e autossuficiência no campo

O fato de chegarmos até aqui, elucidando a categoria fundante – e eterna necessidade – do homem é para reafirmar que sem o trabalho não existe agricultura, não existe sociedade e nem o próprio homem. Vimos, portanto, que antes de ter conhecimento sobre a agricultura, o homem primeiro construiu ferramentas para transformar a natureza. Consequentemente, sem a criação de ferramentas e o conhecimento da natureza, o homem não teria realizado a agricultura.

Portanto, somente através do trabalho, o homem pode realizar a agricultura para produzir meios de subsistência e meios de produção. É através dessa capacidade de utilizar suas ferramentas para reproduzir o que antes era feito somente pela própria natureza que o homem revoluciona a vida humana em proporções inimagináveis, pois a ação do homem sobre a natureza no jogo de domínio e intercâmbio resulta na produção de valores de uso necessários para sobrevivência da humanidade e em quantidades excedentes até os tempos hodiernos (ENGELS, 2012).

O conhecimento das sementes e da terra, logo, a possibilidade de produzir meios de subsistência, marca historicamente o período neolítico, que aparece como a fase da barbárie na obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” de F. Engels (2012). De acordo com o autor, as descobertas na fase da barbárie revolucionam a vida das famílias por meio do desenvolvimento de diversos ramos de produção, como a “criação de gado, agricultura, ofícios manuais domésticos” entre outros, que possibilitaram a produção em excedente e as primeiras relações de troca (ENGELS, 2012, p. 203).

Dessa forma, a produção de valor de uso na agricultura é realizada pelo agricultor que desempenha uma função essencial, pois através do seu trabalho manual na terra, produz meios de subsistência e de produção. Nesse sentido, a terra deixa de ser apenas fonte de meios prontos de subsistência para se tornar meios e objetos de produção de novos artigos de subsistência por meio da produção agrícola. Com a possibilidade de produzir os próprios alimentos, os homens finalmente puderam abandonar o nomadismo e permanecerem em uma parte do solo para produzir as condições necessárias à sua reprodução (ENGELS, 2012).

Dessa maneira, o trabalho na terra para produzir meios de subsistência e produção ocorre a partir dos elementos abstratos e simples do trabalho, ou seja, tendo em vista a escolha das melhores sementes, das ferramentas adequadas, do tamanho da área de cultivo e a observação do calendário agrícola para no final obter um resultado previamente planejado. No entanto, vale ressaltar que a agricultura conta com uma particularidade: o resultado final não depende exclusivamente da ação do homem sob a natureza, mas depende também da própria natureza. O clima, as chuvas, os insetos etc., são interferências que podem alterar significativamente o resultado do plantio. Entretanto, mesmo que o resultado não dependa exclusivamente do agricultor, o plantio somente ocorre se este planejar, pois sem a atividade orientada nenhum agricultor realiza o trabalho (MARX, 1996a; KAUTSKY, 1986).

O fato é que a partir do momento que o homem age sob a natureza para realizar a agricultura, o meio ambiente passa paulatinamente por uma transformação de produtos preexistentes à matérias-primas e isso viabiliza as condições materiais de reprodução dos indivíduos, como as sementes que hoje podem ser ofertada em grande escala, tendo em vista que são produtos de trabalhos anteriores, ou seja,

“produtos de uma transformação continuada por muitas gerações”, que resulta em produtos e em novas condições de trabalho (MARX, 1996a, p.300).

Na agricultura, pode-se exemplificar essa questão da seguinte maneira: quando se planta uma semente, na colheita pode obter um produto para uso imediato, bem como pode obter um produto que servirá de matéria-prima em outro processo de trabalho, como é o caso do algodão, vejamos mais de perto.

A semente do algodão é objeto de trabalho para o agricultor que a utiliza no plantio. Quando a colheita chega ao fim, o algodão que foi produto do trabalho do agricultor, pode ser utilizado diretamente pelo agricultor ou retornar ao processo de trabalho em outras mãos. Isso ocorre quando esse algodão passa a ser objeto de trabalho do fiador, que através do trabalho artesanal transforma esse algodão em fio. O fio é o produto do trabalho do fiador, e assim como um dia o algodão já foi produto e objeto, o fio pode seguir o mesmo caminho e se tornar objeto de trabalho do tecelão. O que fica evidente nesse emaranhado é que os produtos do trabalho podem assumir diferentes formas no processo de trabalho, logo, a transformação da natureza resulta em produtos e em novos processos de trabalho (MARX, 1996a).

Além disso, Marx (1996a) esclarece que até o mesmo produto pode se apresentar como funções diferentes, como é o caso do grão. De acordo com Marx (1996a, p. 301-302), se o agricultor utiliza o grão para plantar, ele o utiliza como matéria-prima, na colheita irá retirar os grãos como produto do seu trabalho, mas se utiliza os grãos para alimentar o gado na atividade pecuária, o grão ganha forma de meio de trabalho, isto é, “o grão, por exemplo, é matéria-prima do moleiro, do fabricante de amido, do destilador, do criador de gado etc.”, logo, “o fato de um valor de uso aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto, depende totalmente de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, e com a mudança dessa posição variam essas determinações”. Porquanto, somente dentro do processo de trabalho é definido o que é matéria-prima, produto ou meio de trabalho (MARX, 1996a).

Daí se explica porque a agricultura produz meios de subsistência e produção, e a cada novo plantio se vislumbra a possibilidade de novas coisas úteis aos homens. Nesse sentido, o que está posto até aqui é a elucidação da importância que a agricultura assume no mundo dos homens enquanto provedora da alimentação e fonte de matéria-prima da manufatura e indústria, afinal “o providenciar a alimentação fora

sempre assunto do homem” (ENGELS, 2012, p. 203). Marx e Engels em “A ideologia alemã” escrevem:

O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2009, p. 41).

A alimentação é necessária para a sobrevivência de todos os animais e não seria diferente com os homens. Mas, é através do trabalho que o “providenciar a alimentação” dos homens se diferencia dos animais, fazendo desse momento um ato histórico. Desse modo, é contundente a afirmação de Marx no Livro Terceiro de “O capital” em que alega os meios de subsistência como condição primordial para os homens, como pressuposto de toda existência humana, afinal, “os homens têm de estar em condições de viver para poderem ‘fazer história’” (MARX; ENGELS, 2009, p. 40).

Nesse sentido, a agricultura enquanto conhecimento sobre a natureza que possibilita o trabalho na terra para produção de valores de uso é primordial para prover condições de viver e fazer história. Nos tempos hodiernos, se olharmos para a vida do pequeno agricultor, poderíamos pensar que a vida no campo apenas teve como cenário produtivo a produção vegetal e animal, certamente não encontraremos resquícios de fiação e tecelagem. E se questionarmos de onde são feitas as roupas e os sapatos do povo do campo? e as ferramentas de trabalho? Certamente, lembraremos imediatamente das cidades. Entretanto, esse cenário nem sempre foi assim. Por longos séculos, o agricultor na sua essência camponesa viveu sublimes momentos de autossuficiência.

Marx (1985b) em “Formações Econômicas Pré-capitalistas” elucida exemplos de comunidades pré-capitalistas que os camponeses conseguiam produzir meios de consumo e produção com o seu próprio trabalho, sem precisar recorrer ao comércio para comprar o essencial. De acordo com Marx (1985b), os camponeses plantavam, colhiam, fiavam, teciam, processavam os produtos agrícolas, conseguindo comer, vestir e produzir ferramentas do seu trabalho na terra e nos ofícios domésticos rurais.

Segundo Marx, desde a primeira comunidade que “não é [...] *produto "de facto" da história*, mas, algo de que os homens têm consciência como tal”, encontra-se a agricultura como atividade principal, realizada em “pequena escala, produzindo para

o consumo imediato; e a manufatura, como trabalho subsidiário, doméstico, das esposas e filhas (fiando e tecendo) ou alcançando existência independente em umas poucas ocupações artesanais” (1985b, p.70). Marx em “O capital” reforça a autossuficiência da família camponesa, ele escreve:

[...] a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e as matérias-primas que depois, em sua maior parte, ela mesma consumia. [...]. Fio, pano, tecidos grosseiros de lã, coisas cujas matérias-primas encontravam-se ao alcance de toda família camponesa e que eram fiadas e tecidas por ela para seu autoconsumo — transformam-se agora em artigos de manufatura, cujos mercados são constituídos justamente pelos distritos rurais.” (MARX, 1996b, p.367).

Nesse sentido, nas diferentes formas de propriedade pré-capitalistas, a agricultura era combinada com o artesanato. Além disso, a relação entre produtor e meios de produção era uma relação de propriedade enquanto “relação do indivíduo com as condições *naturais* de trabalho e reprodução” (MARX, 1985b, p. 67). Nessas comunidades, o povo do campo produzia os bens necessários para a reprodução, era uma vida autossuficiente.

Marx (1985b, p.77) aponta alguns elementos que são encontrados em todas as formas de comunidades “nas quais a propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica e, conseqüentemente, o objetivo econômico é a produção de valores de uso, isto é, a *reprodução dos indivíduos*”, entre eles cita a “apropriação das condições naturais de trabalho: da *terra* como o instrumento original de trabalho, ao mesmo tempo laboratório e reservatório de matérias primas”, tendo em vista que a apropriação da terra é “condição preliminar do trabalho”. Marx também lembra que nas comunidades que precedem o capital a propriedade da terra, livre ou comunal em que tinha como finalidade a produção de valores de uso “a *atitude* em relação à terra” era da “terra como propriedade do indivíduo que trabalha” (1985b, p.77).

De modo geral, sem pretensão de aprofundar nas diferentes e particulares formas de propriedades pré-capitalistas, observa-se que a produção de valores de uso é a finalidade do trabalho dos homens. Os objetivos são produzir condições de sobrevivência e reprodução. Para isso, os homens se apropriam da terra como uma condição preliminar para realizar o trabalho e se relaciona com ela como proprietário, no sentido de ter posse das condições naturais do seu trabalho (MARX, 1996a; 1985b).

É desse modo que os homens paulatinamente conseguem produzir alimentos e meios de produção de novos produtos, como o algodão para fiar, a tecelagem para tecer o fio, e assim por diante. Nesse cenário de atividades integradas, a vida no campo era autossuficiente, tal como Marx ilustrou nas citações supracitadas. Nessa lógica, o camponês dominava conhecimentos tanto sobre agricultura quanto artesanato, era proprietário e trabalhava sob condições naturais de trabalho, produzindo condições de autossuficiência das comunidades, tanto que o trabalho no campo sempre foi valorizado na antiguidade e no início da idade média, épocas em que a agricultura predominava sob os ofícios e comércio (MARX, 1985b).

Kautsky (1986) em “A questão agrária” também não hesita em lembrar da vida autossuficiente do camponês, quando as famílias eram capazes de atender suas próprias necessidades de consumo, produzindo o essencial para viver, sem depender de outrem. Escreve, Kautsky:

A família camponesa medieval constituía uma cooperativa completamente ou quase totalmente auto-suficiente que não só produzia seus próprios produtos de consumo pessoal; construía também a própria casa; fabricava os próprios móveis e utensílios domésticos, inclusive a maioria das ferramentas toscas de que necessitava; curtia o couro, preparava o linho e a lã, fazia as próprias roupas. De fato, o camponês ia ao mercado, mas lá vendia tão somente os excedentes de sua produção, comprando o indispensável, com exceção do ferro do qual só utilizava o mínimo necessário. Deixando de visitar o mercado, ele talvez comprometesse sua comodidade. Desse mercado poderia depender o luxo, jamais a própria existência. (KAUTSKY, 1986, p.17).

Segundo Kautsky (1986), o camponês medieval não dependia do comércio de trocas para sobreviver, sua cooperativa era “auto-suficiente e indestrutível”, nada ameaçava a existência do camponês, pois pensavam em todos os riscos que ameaçassem a sobrevivência da família e buscavam ao máximo se proteger, mas quando algo destruidor acontecia, tratava-se apenas de “males passageiros”, ou seja, “eles não cortavam suas fontes vitais de existência”, conforme Kautsky, “o pior que lhe poderia acontecer era a má colheita, um incêndio, a invasão do exército inimigo” (1986, p.17).

Mas, esse cenário se reverteu ainda durante a Idade Média com a valorização do comércio sob a agricultura. Posteriormente, o crescimento da usura e do comércio desencadearam uma série de guerras e expropriações, iniciando uma batalha contra todas as formas de autossuficiência no campo. O fato predominante é que a agricultura iniciou uma grande transformação, parte da produção deixa de ter como

finalidade à reprodução dos indivíduos e se torna produção de mercadorias. Essa transformação radical da agricultura é determinada pela lógica do capital à serviço da classe burguesa durante um longo processo histórico.

O processo de transformação da agricultura de valor de uso em mercadoria contou com diversas alavancadas históricas que possibilitaram a realização desse processo que ainda está em curso nos tempos hodiernos. Evidentemente, ainda apresentaremos as condições históricas da subordinação da agricultura ao capital, entretanto, vejamos, primeiramente, a essência da produção de mercadorias à qual a agricultura foi subordinada, para compreender os fundamentos que a torna diferente da agricultura tradicional, originada para criação de valores de uso e desenvolvimento de autossuficiência.

2.3 O segredo do valor de troca

Conforme elucidamos anteriormente, a história da agricultura é a de criação de valores de uso. No entanto, essa história não permaneceu intocada. Com a alavancada histórica de uma classe de estelionatários do solo, do comércio e da usura, a classe burguesa conseguiu inverter a lógica da produção agrícola de valor de uso à valor de troca, em outras palavras, mercadoria. Evidentemente, ainda explicaremos como ocorreu esse longo processo histórico de transformação, mas inicialmente demonstraremos o que é a mercadoria⁴.

A partir do estudo de Marx (1996a), devemos ter em mente que seja na indústria ou na agricultura, a produção de coisas na sociabilidade capitalista é essencialmente produção de mercadorias. Cabe ressaltar que a *mercadoria* só existe na produção capitalista. A história da mercadoria é também a história da transformação da relação do homem com a natureza e por isso seu advento provoca uma nova revolução no mundo dos homens.

⁴ A análise nossa sobre a categoria “mercadoria” está fundamentada nas contribuições teóricas de K. Marx, mesmo reconhecendo que a sua análise está voltada para a indústria e a produção de mercadorias nas fábricas, podemos afirmar que as elucidações apontadas por ele também nos permite observar como ocorre a produção de mercadorias na agricultura, e por isso recorreremos à sua obra para esse estudo.

Desse modo, implica dizer que a partir de uma determinada época histórica, algumas produções agrícolas deixaram de ser cultivadas com o objetivo de garantir a subsistência das comunidades para se tornarem fonte de capital para algumas pessoas, isto é, a agricultura se transforma em valor de troca. Daí advém Marx afirmar que os valores de uso “na forma de sociedade [capitalista] a ser por nós examinada, [...] constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do — valor de troca” (1996a, p.166).

Não por acaso “A mercadoria” aparece no primeiro capítulo da obra “O capital” de Marx (1996a). O filósofo alemão dispense grande esforço para desnudar a essência das mercadorias indo além da sua aparência. A primeira observação sobre o que é a mercadoria aparece escrito nas seguintes palavras:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção. (MARX, 1996a, p. 165).

Trata-se de observar, primeiramente, as mercadorias sob o ângulo de coisas externas e úteis. Essa primeira definição da mercadoria possibilita compreender no seu modo aparente apenas uma coisa, um objeto externo ao homem que satisfaz a necessidade dele e não importa a sua origem, apenas o fato que ela o satisfaz. Afinal, mercadorias precisam atender necessidades (MARX, 1996a).

Entretanto, mercadoria é muito mais que isto, pois partindo desse pressuposto, ingenuamente poderíamos apontar que todos os produtos do trabalho humano são mercadorias e logo cairíamos no equívoco de considerá-la como produto do trabalho do agricultor desde a sua origem. Afinal, conforme vimos anteriormente, a agricultura viabilizou a produção além do necessário, autossuficiente e excedente, tornando possível a troca de produtos. Entretanto, é preciso diferenciar a troca entre excedentes da troca de mercadorias. Marx, esclarece:

[...]. O camponês da Idade Média produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, e o trigo do dízimo para o clérigo. Embora fossem produzidos para outros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo se tornaram por causa disso mercadorias. **Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca**}. Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso. Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui nenhum valor.” (MARX, 1996a, p.170).

Desse modo, a troca de mercadoria é bem distinta da troca de excedentes, pois este último constitui apenas valor de uso, já a mercadoria é valor de uso e valor de troca. Nesse sentido, a intenção de produzi-la não é para consumo próprio, mas para trocá-la no mercado, ela tem valor de uso para o proprietário por meio da troca. Para tanto, Marx elucida o elemento fundamental da coisa:

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. **Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria.** Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. **Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social.** (MARX, 1996a, p. 170)

Mais do que isso, na produção capitalista as mercadorias são produtos de um trabalho que não pertencem ao produtor que a criou, mas pertencem a outro que não precisou dispor nenhum esforço para realizar o trabalho. Isso significa que o produtor realiza o trabalho para outrem e o produto final pertence à quem determinou sua produção, ou seja, pertence ao proprietário que se apossa do produto do trabalho alheio (MARX, 1996a).

Marx parte da evidência de que “o pressuposto no modo de produção capitalista, portanto, é o seguinte: os verdadeiros agricultores são assalariados, empregados por um capitalista” (1986, p. 125) e é por isso que ele precisa paulatinamente expropriar os camponeses da terra como condição necessária para o seu poderio. Nesse sentido, quando o capital penetra a agricultura, ele precisa separar o camponês da sua base fundiária, impelindo à se tornar um trabalhador livre de qualquer meio que assegure sua autonomia, para desta forma subordinar a agricultura à lógica de produção capitalista de mercadorias por meio do trabalho assalariado (MARX, 1986).

Nesse sentido, implica dizer que o capital demanda a subsunção do trabalho, reduzindo os produtores à trabalhadores assalariados, ignorando os trabalhos qualitativamente distintos em “trabalho humano abstrato”, conforme explica Marx:

Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores — valores mercantis.” (MARX, 1996a, p.168).

Por isso, a condição de existência do trabalho abstrato requer a total separação dos produtores diretos dos seus meios de subsistência e produção, pois necessita que os homens sejam impelidos ao trabalho assalariado (MARX, 1996b). A questão é que a lógica da produção de mercadorias consegue penetrar até mesmo o solo daqueles que ainda estão em posse dos seus meios de trabalho, estabelecendo relações de troca bem distintas da Idade Média.

Nesse sentido, é preciso entender a essência do valor de troca das mercadorias. Marx (1996a) tenta chamar atenção para as medidas sociais das relações de troca das mercadorias. Para o filósofo alemão, as relações de troca se constituem na permuta entre duas espécies de mercadorias qualitativamente diferentes, ou seja, o valor de uso delas apresenta conteúdos distinguíveis e ao mesmo tempo existe algo em comum que permita que elas sejam igualadas na troca, podendo uma ser trocada por determinada quantidade da outra sem alterar o conteúdo distinto que elas possuem. Ocorre, portanto, que elas possuem alguma relação de quantidade e qualidade: quantitativamente iguais para que sejam trocadas e, simultaneamente, qualitativamente diferentes em conteúdo. Por isso, troca-se uma coisa por outra e não pela mesma coisa, tornando distinguível a forma de manifestação do conteúdo das mercadorias trocadas (MARX, 1996a).

A princípio, enxerga-se o valor de troca nesse aspecto quantitativo, como uma proporção entre coisas de valores de uso diferentes, a título de exemplo: trocar arroz por feijão, presume-se na troca a avaliação dos valores de cada um para averiguar se um saco de arroz corresponde o mesmo valor de um saco de feijão, caso contrário, deverá ser medida as proporções até estabelecer a troca.

Assim, evidentemente, não tem cabimento trocar arroz por arroz, apenas se realiza na troca entre uma coisa que possui qualidade distinta da outra, como arroz por feijão ou vice-versa. O fato é que mesmo sendo de diferentes propriedades, existe algo comum nas mercadorias que possibilita que sejam trocadas por uma determinada quantidade. Logo, o que as mercadorias possuem em comum? Marx nos responde: “deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho” (MARX, 1996a, p. 167). Porém, referindo-se as formas genuinamente capitalistas, Marx explica que as

mercadorias não são produtos de qualquer trabalho, mas de uma forma peculiar de trabalho criado pelo capital: o “trabalho humano abstrato”.

Portanto, “o que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor” (1996a, p. 168). Desse modo, a mercadoria está assentada numa antítese interna e externa: interna porque oculta a relação entre valor de uso e valor; externa porque, ao mesmo tempo que oculta essa relação, ela é manifestada na própria relação de troca entre as medidas de relativo e equivalente às mercadorias trocadas (MARX, 1996a).

Aqui, portanto, é a mudança daquela forma de trabalho, em total abstração, e o verdadeiro produtor – aquele que realiza o trabalho – não vai realizar para sua subsistência, não terá controle e domínio da produção, não irá idealizar, apenas executar um trabalho ordenado por outro que nada faz a não ser enriquecer com trabalho alheio. Conseqüentemente, o “algo comum” a que são reduzidas as mercadorias não estão na propriedade natural da sua matéria, mas mediante a abstração dos seus valores de uso na relação de troca enquanto produtos do trabalho humano abstrato (MARX, 1996a).

Desse modo, o que está posto e revelado por Marx é que a mercadoria “como algo dúplice, valor de uso e valor de troca” representa também “o duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias” (1996a, p. 171). Isto é, o trabalho na produção de mercadorias não é apenas o trabalho útil, mas também um trabalho abstrato. Mas, o que faz da mercadoria um produto do trabalho abstrato? A abstração das suas qualidades distintas enquanto produtores de diferentes valores de uso para igualdade de serem dispêndio de força humana, ignorando os diferentes processos de trabalho. Marx escreve:

Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. **Todas as suas qualidades sensoriais se apagam.** Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, **desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados**, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para **reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano**, a trabalho humano abstrato.” (MARX, 1996a, p.167-168).

Portanto, o que restou é uma totalidade igual, por isso a produção capitalista de mercadorias presume o trabalho indiferenciado do alfaiate e tecelão, do agricultor e

do artesão, no final “não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida” (MARX, 1996a, p.168).

Assim, o que determina o valor da mercadoria e possibilita medi-la em proporções? Melhor dizer, “como medir então a grandeza de seu valor?” a resposta é objetiva: “por meio do *quantum* nele contido da ‘substância constituidora do valor’, o trabalho” e como medir o quantum de trabalho contido? “A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc.” (MARX, 1996a, p.168). Desse modo, a grandeza do valor das mercadorias é medida pelo *quantum* de trabalho despendido para produzi-la.

De acordo com Marx (1996a), considerando que o valor de uma mercadoria é determinado pelo *quantum* trabalho despendido, isto é, a quantidade medida pelo seu tempo de duração, poderia pressupor que o trabalho mais longo valeria mais, como se houvesse vantagens no trabalho realizado de forma preguiçosa. No entanto, Marx (1996a) ressalta que o trabalho humano é representado pelo dispêndio de uma força igual “à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário” (p. 168-9).

Portanto, para Marx (1996a), “cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra” determinadas pelo “tempo de trabalho socialmente necessário” (p.169), ou seja:

É, portanto, apenas o *quantum* de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu valor. [...]. Mercadorias que contêm as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, têm, portanto, a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra. (MARX, 1996a, p.169).

Desse modo, o “tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (p.169). Por isso quando avança o desenvolvimento das forças produtivas,

proporcionalmente, diminui o tempo de trabalho socialmente necessário e, conseqüentemente, diminui a grandeza do valor, conforme ainda veremos com a chegada da máquina no processo de trabalho.

O fato que se sobressai é que se o desenvolvimento das forças produtivas não estivesse subordinado à lógica da produção capitalista de mercadorias, a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário, representaria a possibilidade de maior tempo livre para os trabalhadores gozarem da vida. No entanto, na sociabilidade capitalista, isto representa uma forma de extração de mais-valia relativa, aumentando o tempo de trabalho excedente e obtendo quantidade de mercadorias maiores do que antes (MARX, 1996a).

É isto que esconde a produção assalariada agrícola conforme veremos na segunda seção desse estudo, a subordinação da agricultura ao capital também oculta o enigma da mercadoria e está permeada de elementos contraditórios. É preciso entender que na sociabilidade capitalista, a produção agrícola tem como finalidade o lucro e para isso ela precisa indiferenciar os trabalhos qualitativamente diferentes a uma “mesma objetividade fantasmagórica” (p.168). Dessa forma, os elementos que constituem a produção capitalista são dados historicamente e precisam estar determinados no início do processo de trabalho, quando a finalidade deixa de ser para uso próprio e consiste em ter valor de uso somente por meio da troca, melhor dizer, quando sua produção tem como finalidade a produção de mercadorias. Resumidamente, Marx explica do que se constitui a mercadoria:

As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é a sua forma natural com que estamos habituados. Elas são só mercadorias, entretanto, devido à sua duplicidade, objetos de uso e simultaneamente portadores de valor. Elas aparecem, por isso, como mercadoria ou possuem a forma de mercadoria apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor. (MARX, 1996a, p.176).

É desse modo que se expressa o caráter fetichista da mercadoria: “esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias” (MARX, 1996a, p.199). Por conseguinte, embora apareça como se fosse da essência das coisas possuir valor, na verdade, revela que isto é apenas da essência da mercadoria fruto do trabalho humano abstrato (MARX, 1996a). Mais do isso, assinala Marx: “por

meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais” (p.198).

Por fim, cabe reiterar que a essência da mercadoria é camuflada pela aparência e dificilmente é possível apreender os elementos mais profundos sem uma análise das suas categorias, como perceber que elas são algo dúplice, assim como a sua produção determina o duplo caráter do trabalho. Este fato ocorre, primordialmente, por suas relações de troca terem alcançado um equivalente geral que esconde a grandeza do valor da mercadoria: “as mercadorias possuem uma forma comum de valor, que contrasta de maneira muito marcante com a heterogeneidade das formas naturais que apresentam seus valores de uso — a forma dinheiro” (MARX, 1996a, p.176).

No entanto, “todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a magia e a fantasmagoria que enevoam os produtos de trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem, por isso, imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção” (MARX, 1996a, 201-202), por isso é fundamental entendermos como ocorre a subordinação da agricultura ao capital e quais as condições que possibilitaram a produção agrícola enquanto produção de mercadorias, de coisas que possuem apenas valor de uso à coisas que possuem valor de uso e valor, como o aumento da demanda por dinheiro é proporcional a dissolução da autossuficiência do agricultor.

De modo geral, observa-se como a mercadoria fruto do trabalho assalariado representa a forma genuinamente capitalista de produção. O trabalhador direto é destituído dos meios de produção, este por sua vez, pertence ao capitalista, que comanda uma produção para a venda, o seu desejo em comandar a produção é para trocar no mercado por dinheiro e assim acumular capital. Entretanto, a lógica de produção de mercadorias também conseguirá penetrar nos solos dos pequenos produtores que ainda são proprietários do seu pequeno lote de terra, para que deixem de produzir para si e passem a produzir para o comércio, ficando dependentes do dinheiro, conforme veremos no decorrer do estudo (KAUTSKY, 1986).

Nesse sentido, percebe-se que a agricultura é gradualmente subordinada ao capital, predominando o valor de troca sob o valor de uso. Evidentemente, enxergamos uma situação bem distinta da agricultura para valor de uso apresentado inicialmente, quando a produção era voltada para consumo e não para a venda.

3. CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA SUBORDINAÇÃO DA AGRICULTURA AO CAPITAL

A inversão da produção agrícola sob a lógica do valor de troca, ocorreu num longo processo histórico de subordinação da agricultura ao capital. Os métodos utilizados pelo capital para alcançar essa transformação determinaram as condições históricas da transformação da produção agrícola em produção de mercadorias.

A gênese desse processo ocorreu entre os séculos XVI e XVIII, período de gestação do modo de produção capitalista, por meio das expropriações dos camponeses, destruição do ofício doméstico rural, introdução da economia de mercado, entre outros. O grande passo decisivo fora dado nesse período e a intensificação desse processo ocorreu com a Revolução Industrial e a mecanização agrícola.

3.1 Expropriações e acumulação primitiva de capital

Na terceira parte da obra “Acumulação de capital”, Rosa Luxemburgo (1970) expõe as condições históricas da acumulação de capital. Segundo a autora, há que se distinguir três lutas que o capital assume para subordinar todas as formas de produção aos seus ímpetus: “a luta do capital com a economia natural, a luta com a economia de mercado, e a luta pela concorrência do capital no cenário mundial para conquistar o resto dos elementos para a acumulação” (1970, p. 317). Sobre a economia natural, Luxemburgo explica:

[...] todas as formas de produção da economia natural se baseiam, de um modo ou de outro, numa dependência, tanto dos meios de produção como das forças de trabalho. As comunidades camponesas, assim como a propriedade feudal etc., fundamentam sua organização econômica na conexão do meio de produção mais importante – a terra – assim como dos trabalhadores, pelo direito e tradição. (LUXEMBURGO, 1970, p. 318).

Nesse sentido, as formas de produção da economia natural são aquelas onde ainda existe o vínculo entre produtor e seu principal meio de produção: a terra. Isso significa que o produtor é o proprietário dos seus instrumentos de trabalho, assim como é o detentor dos seus meios de subsistência, isto é, os produtos para consumo.

Vê-se que essa forma de produção garante o controle da autossuficiência do produtor, conforme exemplificamos anteriormente com a autossuficiência do camponês (KAUTSKY, 1986).

No entanto, a lógica do capital requer que os homens sejam dependentes do mercado, por isso “o capital não pode alcançar nenhum de seus fins com formas de produção de *economia natural*”, afinal, “a economia natural oferece rígidas barreiras, em todos os sentidos, às necessidades do capital”, tendo em vista que a produção capitalista é a produção de mercadorias, que é “a forma geral que o capitalismo possui para se desenvolver” (LUXEMBURGO, 1970, p. 318-349).

Nesse sentido, para que essa condição seja realizada, o capital requer a dissolução das formas de economias autossuficientes para que, simultaneamente, *liberem* a força de trabalho para a proletarização e os alimentos para comercialização. Essa dissolução, portanto, é uma necessidade imanente do capital, por isso o capitalismo é contra todas as formas de economias naturais, substituindo-as por outras formas até progressivamente alcançar a forma capitalista. Luxemburgo afirma:

[...] o capital empreende, diante de tudo e onde quer que seja, uma luta até a morte contra a economia natural na forma histórica que se apresenta, contra a escravidão, contra o feudalismo, contra o comunismo primitivo, contra a economia agrária patriarcal. Nessa luta, os métodos principalmente empregados são: a violência política (revolução, guerra), a pressão tributária do Estado e o barateamento das mercadorias. (LUXEMBURGO, 1970, p. 318).

Diante do exposto, observa-se que as economias naturais, isto é, aquelas economias onde a produção está “em função das necessidades domésticas”, sejam camponesas ou outras formas de propriedade comum, aparecem como inimigas para o capital (LUXEMBURGO, 1970, p. 317). Portanto, a luta do capital contra a economia natural é na sua essência uma luta contra as economias autossuficientes, daí a razão por que “o capitalismo combate e aniquila em todas as partes a economia natural, a produção para o consumo, a combinação da agricultura com o artesanato. Necessita impor a economia de mercado para dar saída à sua própria mais-valia” (LUXEMBURGO, 1970, p.349).

Segundo Marx (1996b, p.340), o processo “separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho” é o ponto de partida da acumulação do capital, tendo em vista que a relação-capital requer a transformação dos “produtores diretos em trabalhadores assalariados” e “os meios sociais de subsistência e de

produção em capital”. Portanto, sucumbe à formação do capital realizar expropriações para assegurar a transição das economias autossuficientes às economias subordinadas à lógica de mercadoria. As primeiras expropriações para fins do capital são marcadas na história durante três séculos, conhecido como acumulação primitiva. Nas palavras de Marx, trata-se, “nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (1996b, p. 340).

A acumulação primitiva viabilizou o poderio dos capitalistas, cabe destacar dois pontos fundamentais da forma clássica: a expropriação da terra dos camponeses e a destruição dos ofícios domésticos rurais, conforme veremos a seguir.

3.1.1 A expropriação dos camponeses

Marx (1996b) ao tomar como objeto de estudo a gênese do capital deixa evidente a escolha do país para sua investigação. O filósofo alemão reconhece a Inglaterra como a forma clássica de *acumulação primitiva*, isto é, como modelo clássico e mais desenvolvido do capital na época que escreveu sua obra. Evidentemente, a forma clássica não é uma forma pronta e acabada de como o capital se desenvolveu em outros países e regiões, mas nela encontramos aspectos fundamentais para compreender, dialeticamente, o capital e a relação entre países capitalistas em etapas distintas de desenvolvimento. Dito isto, recorreremos inicialmente ao Capítulo XXIV da grande obra “O capital” para compreender a história da “A assim chamada acumulação primitiva”.

Segundo Marx (1996b), a acumulação primitiva do capital explicita a passagem do feudalismo ao capitalismo, da propriedade feudal e clânica à propriedade privada entre os séculos XVI-XVIII, palco de complexas contradições. É importante destacar que a concepção de acumulação primitiva em Marx advém da sua leitura em A. Smith sobre a “*previous accumulation*” (p.339), a tese é que não se pode entender a acumulação de capital sem supor uma acumulação precedente e peculiar que tenha significado o ponto de partida para o atual modo de produção.

Marx ao tratar da acumulação primitiva do capital faz uma ressalva importante: “a era capitalista só data do século XVI. Onde ela surge, a servidão já está abolida há muito tempo” (1996b, p.341). Por conseguinte, entre os séculos XIV-XV, a servidão já

não existia na Inglaterra, fazendo surgir novas relações entre os produtores e os meios de produção. Não por acaso, nas indispensáveis notas, Marx faz críticas aos que interpretam a abolição da servidão como responsável pelo pauperismo instaurado na Inglaterra, sendo que esse pauperismo é consequência – estrutural – do germe fétido do capital.

O fato levantado por Marx (1996b), é que com o fim da servidão surge uma classe de *assalariados* na Inglaterra anterior ao modo de produção capitalista. Essa classe surge no final do século XIV em transição para o século XV e tem características peculiares quando comparada com os assalariados a partir do século XVI. Marx nos conta que especialmente durante o século XV esses trabalhadores assalariados da agricultura eram divididos entre *camponeses propriamente ditos* e *camponeses economicamente autônomos*, apesar das diferentes condições de trabalho, ambos ainda gozavam o usufruto comunal da terra. Assinala, Marx:

Os trabalhadores assalariados da agricultura consistiam, em parte, em camponeses, que aproveitavam seu tempo de lazer trabalhando para os grandes proprietários, em parte numa classe independente, relativa e absolutamente pouco numerosa, de trabalhadores assalariados propriamente ditos. Também estes eram, ao mesmo tempo, de fato camponeses economicamente autônomos, pois recebiam, além de seu salário, um terreno arável de 4 ou mais acres além do *cottage*. Além disso, junto com os camponeses propriamente ditos, gozavam o usufruto das terras comunais, em que pastava seu gado e que lhes forneciam ao mesmo tempo combustíveis, como lenha, turfa etc. (MARX, 1996b, p. 342).

Correlato às afirmações de Marx (1996b), o assalariamento da agricultura inglesa no século XV é bem distinto do que veremos quando o capital subordinar a terra e o trabalho aos seus ímpetos. Isso significa que essa condição ainda não tinha roubado as garantias de uso comunal da terra, ratificando que não foi o imediato processo de libertação do servo que determinou a propriedade privada, bem como não foi o assalariamento do antigo servo que impulsionou a criação de um proletariado, embora essas condições tenham sido ponto de partida para outra forma de dominação.

De fato, o feudalismo criou elementos para exploração capitalista, por isso Marx (1996b, p. 340) explica que “a estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela”. Ainda de acordo com o autor, “o ponto de partida do desenvolvimento que produziu tanto o trabalhador assalariado quanto o capitalista foi a servidão do trabalhador”, porém “a continuação consistiu numa mudança de forma

dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em capitalista” (1996b, p. 341). Em linhas gerais, a acumulação primitiva corresponde ao período de mudança na sujeição do produtor por meio da destituição do que restava do feudalismo, criando as bases para o novo – e atual – modo de produção.

Marx (1996b) já havia anunciado que os métodos da acumulação primitiva asseguraram à jovem burguesia a abreviação do período de transição. Para Marx, o grande “prelúdio do revolucionamento” (1996b, p.343) aconteceu no último terço do século XV e início do século XVI, quando o senhor feudal se apossou de forma fraudulenta das terras comunais, expulsando violentamente os camponeses das casas e *cottages*. Diante desse cenário, o senhor feudal retirou o usufruto das terras comunais, usurpando a base fundiária do campesinato. Marx, explica:

Embora o poder real, ele mesmo um produto do desenvolvimento burguês, em sua luta pela soberania absoluta tenha acelerado violentamente a dissolução desses séquitos, ele não foi, de modo algum, sua única causa. Foi muito mais, em oposição mais teimosa à realeza e ao Parlamento, o grande senhor feudal quem **criou um proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária**, sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal que ele, e usurpação de sua terra comunal. (MARX, 1996b, p. 343, grifo nosso).

Como bem anota Marx (1996b), o poder real a serviço da burguesia já buscava meios – nada idílicos – para dissolver os séquitos com o intuito de retirar todas as garantias que restavam do modo de produção feudal. No entanto, o grande senhor feudal também acabou por contribuir com a construção desse processo quando expropriou as terras de uso comunal, demoliu as casas e lavouras dos camponeses ingleses para dar lugar às grandes pastagens de ovelhas que abasteciam o mercado de lã (MARX, 1996b).

A violência é a marca de nascença do capital, logo, todo processo de expropriação dos camponeses não ocorreria de modo pacífico. Por essa razão, Marx destaca: “Se o dinheiro, segundo Augier, ‘vem ao mundo com manchas naturais de sangue sobre uma de suas faces’, então o capital nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés” (1996, p.378). Portanto, no palco da acumulação originária se ancora as formas mais violentas de exploração e expropriação. Observa-se nos escritos de Marx que de forma bem enfática ele não hesita afirmar que “os métodos da acumulação primitiva são tudo, menos idílicos” (p. 340), ele reitera esta afirmação nas seguintes palavras:

Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. **A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica.**” (MARX, 1996, p.370, grifo nosso).

Com a posse fraudulenta das terras comunais, o senhor feudal reordena a distribuição do uso da terra. Dessa maneira, se no século XIV era destinado 1 acre de terra para pastagem e cerca de 2 a 4 para lavouras, no século XVI essa distribuição começa a sofrer mudanças. Agora, trata-se de dividir quase que igualmente, como 2 acres de terras para pastagens e 2 acres de terras para lavouras. Essa mudança progressiva levará a uma nova distribuição no século XVIII, estabelecendo cerca de 3 acres de terras para pastagens e apenas 1 para lavoura (MARX, 1996b, p.352).

Acresça-se ao cenário de usurpação da terra comunal, “a supressão dos conventos”, o confisco da “propriedade legalmente garantida a camponeses empobrecidos de uma parte dos dízimos da Igreja”, entre outras expropriações que na mesma época atingem a Igreja Católica, que era “a proprietária feudal de grande parte da base fundiária inglesa” (MARX, 1996b, p. 345-346).

Evidentemente, a primeira consequência que salta aos olhos é a miséria dos camponeses perante esse cenário que assustou até a civilização da época. Cabe ressaltar que tanto rei Henrique VII quanto Henrique VIII, diante da inacreditável massa humana empobrecida, criaram decretos na tentativa de remediar os danos causados aos camponeses livres que tiveram suas casas e lavouras demolidas: “um decreto de Henrique VII, de 1489, c. 19, proibiu a destruição de todas as casas camponesas, às quais pertenciam pelo menos 20 acres de terra. Num decreto 25, de Henrique VIII, a mesma lei é renovada” (MARX, 1996b, p. 344). Além disso, os decretos também buscavam conservar os 4 acres próximos aos “*cottages*”.

Entretanto, as tentativas foram em vão, melhor dizer “foram igualmente infrutíferas”, pois naquela época já existia uma classe de jovens burgueses possuidores de capital que diante da massiva expulsão do povo do campo não hesitou em recorrer às estratégias que evitassem o usufruto comunal das terras, afinal, tudo “o que o sistema capitalista requeria era, ao contrário, uma posição servil da massa do povo, sua transformação em trabalhadores de aluguel e a de seus meios de trabalho em capital” (MARX, 1996b, p. 345).

No entanto, cabe ressaltar que a dissolução dos séquitos feudais não pôs fim a toda classe de camponeses independentes, por isso os “*yeomanry*” ainda eram encontrados na Inglaterra no século XVII (MARX, 1996b, p. 347). Mas a propriedade comunal estava cada vez mais sendo dissolvida e Marx relata que “o último vestígio de propriedade comunal” fora encontrado “nas últimas décadas do século XVIII” (1996b, p. 347). Além disso, no período supracitado, os camponeses independentes eram mais numerosos do que os *arrendatários* – uma classe de capitalistas que ainda veremos nessa seção – que já ascendiam expressivamente.

Desse modo, os séculos XVI e XVII são palcos da expropriação massiva dos camponeses em decorrência da necessidade de aumentar a produção de pastagens de ovelhas. Por conseguinte, é necessário ter em mente que o principal impulsionador da usurpação das velhas garantias feudais era o florescimento da manufatura flamenga de lã, uma vez que “a velha nobreza feudal fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era uma filha de seu tempo, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes” (MARX, 1996b, p.342).

Descendo agora aos pormenores, isso mostra como o dinheiro começa a se apresentar enquanto equivalente geral de troca, bem como a lógica de produção começa a ser transformada de valor de uso à mercadoria (MARX, 1996a). Assim sendo, faz-se possível perceber como aqui se permeia a gênese da transformação da agricultura, onde a subsistência do camponês não é mais prioridade, pois o que antes era destinado à produção de alimentos, agora é para produzir matéria-prima/mercadoria da produção manufatureira de lã (MARX, 1996b).

Nesse sentido preciso, Marx consegue apreender e revelar que esse processo de expropriação do camponês da sua base fundiária tem um impacto profundo na sociedade porque determinou as condições fundamentais para o modo de produção que se gestava, marcando o século XVI como início da “formação do capital e a exploração inescrupulosa e o empobrecimento da massa do povo” (1996b, p.344). Nas palavras do autor, a expropriação do camponês foi a base fundamental da transição do feudalismo para capitalismo porque instituiu “**o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção**” (MARX, 1996b, p.340, grifo nosso).

A impetuosa separação do produtor dos meios de produção é a base do modo de produção capitalista até os tempos hodiernos, pois a relação-capital pressupõe relações de troca, e essa no que lhe concerne, somente acontece entre coisas

qualitativamente distintas. O que estamos nos referindo aqui não é mais a troca de arroz por feijão, mas das relações em que “as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho” (MARX, 1996b, p. 358). Marx, explica:

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, 1996b, p.340).

O novo cenário provocado com as expropriações, transformou o antigo assalariado rural e os camponeses em um assalariado propriamente dito: “trabalhadores livres como pássaros”, ou seja, livres no duplo sentido, “porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc.” (MARX, 1996b, p.340). Nota-se, portanto, que a *liberdade* do camponês é deixá-lo desprovido dos meios de trabalho e que dependam exclusivamente do salário para sobreviver. Portanto, roubam dos produtores todas as garantias que antes eram asseguradas nas instituições feudais, para se tornarem trabalhadores “livres, soltos e desprovidos” dos meios de produção e subsistência (MARX, 1996b, p.340).

Nesse sentido, a expropriação do camponês da sua base fundiária lança às ruas uma massa de trabalhadores miseráveis, empobrecidos, destituídos de qualquer condição de subsistência a não ser vender a única coisa que lhe pertence: sua própria força de trabalho. A migração campo-cidade assumiu o cenário como alternativa para muitos camponeses que não tinham como conseguir alimentos para consumo no campo (MARX, 1996b).

A chegada massiva dos camponeses às cidades aumentava a mão de obra disponível no mercado, já que todos precisavam de meios que garantissem minimamente a sobrevivência das famílias. No entanto, para a burguesia da época não bastava a existência de trabalhadores livres, era necessário impeli-los à nova forma de trabalho e para isso contou com o apoio do Estado, institucionalizando leis de punição e disciplina (MARX, 1996b).

Entre as leis, destaca-se a Legislação sanguinária que surge no final do século XV e prevalece durante todo o século XVI no combate direto a “vagabundagem”, sendo que se trata dos produtores expulsos e arrancados da sua forma de trabalho, os quais não se acostumaram ou não foram absorvidos pela manufatura. Escreve Marx:

Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre como os pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como criminosos “voluntários” e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam (MARX, 1996b, p. 356).

Evidentemente, a mendicância não era uma questão de escolha. De acordo com Marx (1996b) é importante ressaltar que “esse proletariado livre como os pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo”, assim como aqueles que “foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição” (MARX, 1996b, p.356).

Entretanto, os camponeses expropriados que migravam para as cidades, passam a ser chamados de “massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos” e foram duramente enquadrados pelo Estado em leis que negavam a realidade dos fatos, transferindo a culpa da condição miserável aos próprios trabalhadores como justificativa para impelir ao trabalho, respaldado em leis punitivas de encarceramento dos pobres e até penalidades como açoite, mutilação, marcas a ferro, escravidão e morte (MARX, 1996b, p. 356).

Entretanto, cabe destacar, o Estado *permitia* a mendicância de alguns através de licenças apenas para os esmoleiros velhos e incapacitados para o trabalho, enquanto os que eram considerados “vagabundos válidos” deveriam trabalhar ou estariam sujeitos ao açoite e encarceramento. Não satisfeito, o Estado ainda estimulava que as pessoas denunciasses os “vagabundos”, principalmente se tentassem contratá-los e estes se recusassem, quem se recusasse ao trabalho

assalariado poderia ser condenado a se tornar escravo da pessoa que o denunciou, além de outras penalidades:

Henrique VIII, 1530: Esmoleiros velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar. Em contraposição, açoitamento e encarceramento para vagabundos válidos. Eles devem ser amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue corra de seu corpo, em seguida devem prestar juramento de retornarem a sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos 3 anos e “se porem ao trabalho” (*to put himself to labour*). (MARX, 1996b, p. 356).

Eduardo VI: Um estatuto de seu primeiro ano de governo, 1547, estabelece que, se alguém se recusa a trabalhar, deverá ser condenado a se tornar escravo da pessoa que o denunciou como vadio. (MARX, 1996b, p. 356).

Elisabeth, 1572: Esmoleiros sem licença e com mais de 14 anos de idade devem ser duramente açoitados e terão a orelha esquerda marcada a ferro, caso ninguém os queira tomar a serviço por 2 anos. (MARX, 1996b, p. 357).

Jaime I: Uma pessoa que perambule e mendigue será declarada um malandro e vagabundo. Os juízes de paz nas *Petty Sessions* estão autorizados a mandar açoitá-los publicamente, e na primeira vez que forem apanhados serão encarcerados por 6 meses, na segunda por 2 anos. Durante a prisão, devem ser açoitados tanto e tantas vezes quanto os juízes de paz considerem adequado. (MARX, 1996b, p. 358).

Cabe destacar que todas as penalidades preservavam o discurso de que as pessoas deveriam se pôr ao trabalho, como se fosse simplesmente uma questão de querer ou não trabalhar. Dessa forma o povo do campo foi expropriado à força e “transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura” (MARX, 1996, p.358).

Marx (1996b) explica que além de atuar frente à disciplina sanguinária para enquadrar os trabalhadores ao trabalho assalariado, o Estado através de estatutos do trabalho ditava os salários máximos que os assalariados poderiam receber, tudo favorecia à valorização de capital. Afinal, o aumento da procura por trabalho, aumentava a desproporção entre oferta e demanda de emprego, logo o controle do salário, via Estado, se encarregava de diminuir o pagamento aos trabalhadores, instituindo leis para regulamentá-lo e punindo sob pena de prisão quem pagasse salários superiores aos estabelecidos. A discrepância da burguesia e do Estado é evidente nas punições, sendo maiores para o trabalhador do que para o empregador. Assim, se o comprador de força de trabalho pagasse mais do que estabelecido na tarifa legal de salários, ele poderia ser punido com até 10 dias de prisão, enquanto o

trabalhador que recebesse o salário superior ao máximo estabelecido, poderia ficar preso até 21 dias (MARX, 1996b).

Desse modo, à medida que historicamente a acumulação primitiva foi separando os produtores da propriedade do seu trabalho, ela também criou uma classe de proletariados, homens com trabalhos qualitativamente distintos reduzidos a uma totalidade de trabalho humano abstrato. Cabe ressaltar que não foi apenas o ato de expropriação dos camponeses, mas o enquadramento ao trabalho proletário que criou uma classe de trabalhadores assalariados que lentamente não se enxergavam nos produtos por eles produzidos (MARX, 1996a).

Desse modo, observa-se que “a expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo” (MARX, 1996b, p. 342). Nesse sentido, é inteligível perceber que a acumulação primitiva do capital carecia da expropriação da terra como base para outras formas de expropriação e imposição do capital. Luxemburgo (1970) aponta que a luta do capital contra as sociedades de economia natural – autossuficiente – tem quatro fins econômicos, ela escreve:

Os fins econômicos do capitalismo em sua luta com as sociedades de economia natural são:

I. Apropriação direta de importantes fontes de forças produtivas, como a terra, a caça nas selvas virgens, os minerais, as pedras preciosas, os produtos das plantações exóticas, como a borracha etc.

II. “Libertar” operários e obriga-los a trabalhar para o capital.

III. Introduzir a economia de mercado.

IV. Separar a agricultura do artesanato. (LUXEMBURGO, 1970, p. 318)

Portanto, a apropriação da terra constitui apenas o primeiro dos quatro fins econômicos, etapa essencial para apropriação das forças produtivas, meios e objetos de trabalho. Conseqüentemente, a expropriação da terra viabiliza o segundo fim, pois *libera* o camponês ao *trabalho livre*, impelindo ao trabalho assalariado. O terceiro, por sua vez, é a introdução da economia de mercado, tendo em vista que “com a liberação de parte do povo do campo, os alimentos que este consumia anteriormente também são liberados” (MARX, 1996b, p. 365); isso significa que os camponeses se tornam dependentes de dinheiro para comprar necessidades e para isso tem duas alternativas: aqueles que ainda não foram expropriados, precisam produzir para vender boa parte da produção e conseguir dinheiro; já aqueles que foram expropriados, não lhe resta outra forma de se alimentar senão por meio da compra de

alimentos no mercado com o seu salário. Por fim, a expropriação implica diretamente na destruição do ofício doméstico rural (LUXEMBURGO, 1970).

Nesse sentido, a expropriação da terra não apenas roubou as terras, mas impeliu o trabalhador ao assalariamento, destruiu o ofício doméstico rural e, conseqüentemente, aumentou o mercado de mercadorias (MARX, 1996b; LUXEMBURGO, 1970). Vejamos mais de perto a destruição do ofício doméstico rural.

3.1.2 A destruição do ofício doméstico rural

Defronte à esses aspectos, percebe-se que somente a partir da acumulação primitiva é iniciado um longo processo de desaparecimento da autossuficiência do camponês. Daí ser coerente afirmar que o processo de expulsão dos camponeses ingleses resulta na separação das condições de subsistência e produção que possuíam as famílias camponesas, pois com a terra também foi expropriado a manufatura subsidiária. Por conseguinte, esse processo de separação pressupõe que:

[...] no interior da dialética que compõe o movimento de manutenção e ruptura entre a nova e a velha ordem, Marx considera três características indissociáveis e imprescindíveis nesse processo. 1) dissolução do vínculo com a terra, como condição natural da produção; 2) dissolução das relações nas quais o produtor é proprietário do instrumento de trabalho; e 3) dissolução da situação na qual o produtor é detentor dos meios de consumo. (MANDEL, 1982 apud TRANSPADINI, 2016, p.131).

Portanto, diante das dissoluções indissociáveis supracitadas, percebe-se que a separação entre agricultura e manufatura também foi imprescindível ao processo de acumulação primitiva, uma separação tão intensa que se olharmos para o agricultor nos tempos hodiernos chegaríamos a acreditar que a manufatura foi exclusivamente urbana, pois quase não encontramos resquícios da sua existência no rural.

Kautsky (1986) também faz questão de frisar que a separação da agricultura e manufatura procedeu na transformação do camponês “naquilo que hoje por camponês se entende, coisa bem diferente do que fora desde o início: um *simples agricultor*” (p.19). Poderíamos acrescentar que os camponeses que não conseguiram permanecer como simples agricultores, transformaram-se em assalariados, uma força de trabalho à venda.

De acordo com Marx (1996b, p. 367), “a expropriação e a expulsão de parte do povo do campo liberam, com os trabalhadores, não apenas seus meios de

subsistência e seu material de trabalho para o capital industrial, mas criam também o mercado interno”. Portanto, se antes o camponês autossuficiente só recorria ao comércio para comprar o supérfluo, agora precisava recorrer para comprar o necessário, alimentos e roupas. É desse modo, que a separação do camponês da terra cria a dependência do dinheiro e do comércio. Marx, escreve:

Assim, com a expropriação de camponeses antes economicamente autônomos e sua separação de seus meios de produção, se dá no mesmo ritmo a **destruição da indústria subsidiária rural**, o processo de **separação entre manufatura e agricultura**. E somente a **destruição do ofício doméstico rural** pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a sólida coesão de que o modo de produção capitalista necessita (MARX, 1996b, p. 367, grifo nosso).

Diante do crescimento da necessidade do camponês recorrer ao comércio para comprar o necessário, a jovem burguesia que concentrava seu capital nas manufaturas tinha elementos suficientes para aumentar a produção e alavancar o período manufatureiro – séculos XVI-XVIII –, tendo em vista que a separação entre agricultura e manufatura finalmente permitiria que essa última se desenvolvesse em ritmo mais animado (MARX, 1996b).

Segundo Marx (1996b), à medida que os camponeses eram expropriados das terras e sem nenhum direito de produzir de forma autônoma e independente, destituía-se a possibilidade dele próprio produzir os artigos da manufatura através da indústria doméstica rural. Antes da expropriação, os produtos colhidos nas terras de uso comunal, eram processados pelas famílias na transformação do objeto de trabalho, mas esse processo é rompido com as duas expropriações: a terra e o ofício doméstico rural. Logo, retiram das famílias camponesas o controle da produção e processamento das matérias-primas, isto é, retiram os seus meios de subsistência. Vejamos:

Antes, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e as matérias-primas que depois, em sua maior parte, ela mesma consumia. Essas matérias-primas e esses meios de subsistência tornaram-se agora mercadorias; o grande arrendatário as vende e nas manufaturas encontra ele seu mercado. Fio, pano, tecidos grosseiros de lã, coisas cujas matérias-primas encontravam-se ao alcance de toda família camponesa e que eram fiadas e tecidas por ela para seu autoconsumo — transformam-se agora em artigos de manufatura, cujos mercados são constituídos justamente pelos distritos rurais. (MARX, 1996b, p. 367).

De acordo com Luxemburgo (1970, p. 342) “a separação da agricultura e do artesanato, a eliminação das indústrias rurais da economia rural, constituem um último

e muito importante capítulo da luta contra a economia natural”. A autora reforça que a origem do artesanato sempre foi ligada à agricultura como atividade subsidiária. De acordo com Luxemburgo (1970) é importante lembrar que a primeira separação do artesanato ocorreu como emancipação da agricultura e desenvolvimento de especialidades na Idade Média, sob a égide das corporações. No entanto, o artesanato continuou desempenhando papel importante no campo e se mantinha atrelado ao trabalho agrícola. Porém, a acumulação de capital demanda a destruição desse vínculo. Luxemburgo, explica:

O desenvolvimento da produção capitalista extirpou da economia rural todos os seus setores industriais existentes, para concentrá-los na maciça produção industrial. Como exemplo típico temos a história da indústria têxtil. O mesmo também se deu, muito embora de modo menos ostensivo, com todos os ramos industriais da agricultura. Para obrigar a massa de camponeses a comprar suas mercadorias, o capital esforça-se em reduzir a economia rural a um só ramo, do qual não pode apoderar-se imediatamente ou sem dificuldades, devido às relações de propriedade na Europa: à agricultura. (LUXEMBURGO, 1970, p. 342-343).

Evidentemente, a separação dessas atividades que estavam ligadas, e garantiam a autossuficiência do camponês, atende dois objetivos: a apropriação da atividade manufatureira – que posteriormente se tornou industrial – para produzir exclusivamente as mercadorias provindas desse local de trabalho; bem como criar/aumentar o mercado de consumo dessas mercadorias, privando-as de serem realizadas por camponeses. Para conseguir isso, os capitalistas precisaram de um conjunto de fatores: “como a pressão tributária, a guerra, a venda forçada e a monopolização da terra nacional, isto é, pelos métodos utilizados pela economia nacional como o poder político e o código penal” (LUXEMBURGO, 1970, p. 344).

Aqui se plasma um ponto fundamental para entender a acumulação de capital. A expropriação do camponês na forma clássica, conforme apresentada por Marx, não põe fim à existência do camponês vinculado à terra. Os camponeses continuam existindo em todo o mundo até os tempos hodiernos. Certamente na forma como conhecemos o camponês na atualidade e descrito por Kautsky (1986) um *simplex agricultor*. Isso significa, portanto, que o capital não consegue expropriar todas as terras na acumulação primitiva, mas aquele momento foi o ponto de partida para as expropriações das formas autossuficientes.

Nesse sentido, o capital irá persistir até o último dia da sua existência expropriando forças produtivas e impelindo os trabalhadores ao açoite do capitalista.

Luxemburgo (1970), portanto, acrescenta uma contribuição ímpar à obra de Marx, quando percebe que o capitalismo convive com formas não-capitalistas, mais do que isso, ele precisa dessas formas para realizar a sua mais-valia. Luxemburgo, escreve: “a acumulação não é apenas uma relação interna entre os ramos da economia capitalista, mas sobretudo uma relação entre o capital e o meio não-capitalista” (LUXEMBURGO, 1970, p. 364).

Luxemburgo (1970) gradualmente tenta explicar é que o capital quando não expropria o camponês, ele o transforma “num pequeno produtor de mercadorias” (p. 357). Portanto, o capital quando desenvolve a manufatura consegue introduzir na vida do camponês necessidades de mercado que antes ele não tinha, de tal forma que as relações no campo começam a ser tomadas pelo dinheiro e todos começam a produzir sob a lógica da mercadoria. Aos poucos, o capital vai conseguindo transformar a economia natural em economia simples de mercado. Luxemburgo, escreve:

O resultado geral da luta entre o capitalismo e a economia simples de mercado é este: o capital substitui a economia de mercado simples, depois desta ter substituído a economia natural. Se o capitalismo vive das formações e das estruturas não-capitalistas, vive mais precisamente da ruína dessas estruturas, e, se necessita de um meio não-capitalista para a acumulação, necessita-o basicamente para realizar a acumulação, após tê-lo absorvido. Considerada historicamente, a acumulação capitalista é uma espécie de metabolismo que se verifica entre os modos de produção capitalista e pré-capitalista. Sem as transformações pré-capitalistas, a acumulação não se pode verificar, mas, ao mesmo tempo, ela consiste na desintegração e assimilação delas. Assim, pois, nem a acumulação do capital pode realizar-se sem as estruturas não-capitalistas nem estas podem sequer se manter. A condição vital da acumulação do capital é a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas. (LUXEMBURGO, 1970, p. 363).

Portanto, conforme elucida Luxemburgo (1970), o fato do capital conseguir conviver com formas não-capitalistas, não significa que ele tenha desistido de subordiná-las, contrário à isto, ele segue caminhando em busca de métodos que viabilizem a completa subordinação de todas as economias ao regime de produção capitalista. Esse longo processo, portanto, evidencia que a subordinação da agricultura ao capital não ocorreu de modo repentino, tendo em vista que o objetivo da expropriação do camponês era se apropriar de forças produtivas, impelir o homem ao trabalho assalariado, introduzir a economia de mercado e separar a agricultura do artesanato.

Kautsky (1986) reforça que o modo de produção se desenvolve primeiro nas cidades e na indústria, enquanto a agricultura ficou intocada por um bom tempo.

Entretanto, isso não impediu que os capitalistas encontrassem uma forma de obter mais-valia no campo. As expropriações abriram um novo campo de exploração capitalista: o arrendamento.

3.2 Propriedade privada e arrendamento da terra

Observou-se até o momento um conjunto de métodos da acumulação primitiva que vão moldando as condições históricas para a transformação da agricultura tradicional em um modelo de agricultura voltado para atender os ímpetus da produção capitalista, agora cabe investigar o arrendamento.

Segundo Marx (1986), na época da expropriação das terras comunais, os proprietários passaram a arrendar terras para capitalistas que com um mínimo de grandeza de valor poderia pagar pelo usufruto das terras e contratar assalariados para o trabalho. No entanto, naquela época o arrendamento era feito por longos anos e o valor não sofria alterações. Com o florescimento da manufatura, cresceu o mercado interno e o número de trabalhadores impelidos ao assalariamento, assim os arrendatários também puderam aproveitar dessas condições. Primeiro porque a manufatura só poderia existir se tiver produto primário, esse produto é extraído da natureza, da terra, dos animais e etc., logo a agricultura/pecuária precede a atividade manufatureira. Segundo, a mão de obra estava cada vez mais barata diante da tamanha oferta de trabalhadores livres, sendo possível pagar cada vez menos aos assalariados. Com isso, arrendatários encontraram possibilidade de aumentar a produção pagando poucos salários e tornando a renda da terra um valor irrisório perto do que estava a obter do seu usufruto (MARX, 1996b; MARX, 1986). De fato, avidez e esperteza não faltam aos capitalistas.

E com isso, “não é de admirar, portanto, que a Inglaterra, nos fins do século XVI, possuísse uma classe de “arrendatários de capital”, bastante ricos para a época” (MARX, 1996b, p. 364). Ou seja, ao passo que uma classe se enriquecia (arrendatários) outra empobrecia (camponeses). Mas, o arrendatário nem sempre foi o arrendatário que conhecemos hoje, suas características propriamente ditas contam com a consolidação da propriedade privada.

É com a época histórica conhecida como “Restauração dos Stuarts”, final do século XVII, que os proprietários fundiários conduziram a usurpação de todo o continente. Logo, a expulsão massiva realizada pelo próprio senhor feudal, limpou os séquitos feudais que deixaram de ser impedimento para abolição da constituição feudal. Então, os proprietários fundiários conseguiram reivindicar a propriedade feudal e clânica como sua propriedade privada de bens (MARX, 1996b).

É com a Revolução Gloriosa através do golpe de Estado no século XVIII que põe fim ao absolutismo na Inglaterra, levando ao poder os “extratores de mais-valia fundiários e capitalistas” (MARX, 1996b, p. 348). Data desse período em diante a livre e desavergonhada apropriação privada dos bens que pertenciam ao Estado, inaugurando uma “nova era praticando o roubo dos domínios do Estado, até então realizado em proporções apenas modestas, em escala colossal. Essas terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, mediante usurpação direta, anexadas a propriedades privadas” (MARX, 1996b, p. 348).

A revolução orquestrada pelos burgueses e seus aliados, conseguiu colocar Guilherme III de Orange à frente da monarquia para que a partir de então não interferisse nas decisões econômicas, cabíveis apenas aos burgueses via parlamento, bem como atendia outra necessidade: “os capitalistas burgueses favoreceram a operação visando, entre outros motivos, transformar a base fundiária em puro artigo de comércio, expandir a área da grande exploração agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres como os pássaros, provenientes do campo etc.” (MARX, 1996b, p. 348).

A propriedade comunal foi fraudulentamente expropriada dos camponeses pelos senhores feudais, simultaneamente a expropriação da Igreja através da Reforma. A partir de então, são os burgueses que roubam os antigos senhores feudais, derrubando o poder da monarquia absolutista e ancorando-se no poder do seu Estado burguês devidamente legitimado. Através do Estado, apropriam-se das terras e realizam o novo roubo de propriedades, decretando a propriedade privada (MARX, 1996b).

O fato é que a dissolução dos séquitos feudais usurpou a terra comunal e isso já trouxe diversos estragos para os produtores diretos. Desta vez, a magnitude da usurpação é ainda maior, trata-se das terras comunais e do Estado reivindicadas como propriedade privada, (i)legalmente. Este processo implica diretamente na

consolidação da subordinação da agricultura ao capital, pois a terra se tornava de fato uma propriedade de direito individual à livre exploração do capitalista. Trata-se de uma peculiar forma de propriedade fundiária, própria do modo de produção capitalista. Conforme bem denota Marx (1996b), o capital, portanto, cria a sua forma de propriedade, nada mais impedia a alavancada dos proprietários fundiários e dos arrendatários, e conseqüentemente, a consumação da terra-capital.

Os capitalistas no século XVIII são, definitivamente, os novos estelionatários do solo da humanidade até a atualidade. Cabe mencionar que a legislação da época assegura a propriedade privada da aristocracia fundiária: “o progresso do século XVIII consiste em a própria lei se tornar agora veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários empreguem paralelamente também seus pequenos e independentes métodos privados” (MARX, 1996b, p. 348).

A primeira legislação é a “*Bills for Inclosures of Commons* (leis para o cercamento da terra comunal), em outras palavras, decretos pelos quais os senhores fundiários fazem presente a si mesmos da terra do povo, como propriedade privada, decretos de expropriação do povo” (MARX, 1996b, p. 349). Esta primeira legislação, intensificação a separação dos produtores dos seus meios de produção, assegurando o desaparecimento de quaisquer resquícios de autonomia dos trabalhadores. Não obstante, no século XIX através do método “*Clearing of Estates*”, isto é, “clarear propriedades”, a legislação continua cumprindo o mesmo papel. Marx, esclarece:

Como se viu, pela descrição da situação moderna, na parte anterior, trata-se agora, que já não há camponeses independentes para serem varridos, de “clarear” os *cottages*, de modo que os trabalhadores agrícolas já não encontram o espaço necessário para suas moradias, nem mesmo sobre o solo que lavram. (MARX, 1996b, p. 352).

Ocorre que todo esse processo de expropriação do camponês alavancou o surgimento de senhores proprietários de capital nas indústrias e nas propriedades fundiárias. No campo, especificamente, a expropriação contribuiu para duas figuras de capitalistas: os proprietários fundiários, reconhecidos por lei como *dono da terra* e uma figura peculiar de capitalista, os arrendatários (MARX, 1996b).

De acordo com Marx (1996b), os proprietários fundiários ao terem o reconhecimento da terra, fizeram dela sua mercadoria à venda, mas não necessariamente a venda da propriedade, mas a venda da sua fertilidade. Os

proprietários, portanto, tratando as terras da humanidade como mercadoria, encontram nela a possibilidade de realizar a troca por dinheiro.

Segundo Marx (1996b), as estratégias dos grandes proprietários fundiários era transformar todas as terras em arrendamento, pois para eles a terra se mostrava como uma mercadoria e como tal, proporcionava dinheiro que poderia ser transformado em capital. Os proprietários, embora alguns diretamente se tornassem produtores da pecuária, almejavam receber da terra sem empenhar esforço, receber sem trabalhar e sem se preocupar com o assalariamento. Logo, como proprietário da terra, esta condição permitia que alugasse a terra ao outro que comandasse todo o processo de produção.

Diferente dos proprietários, os arrendatários não possuem a propriedade da terra, apenas dispõem de dinheiro que será transformado em capital. Cabe ressaltar que os arrendatários surgem ainda durante a acumulação primitiva e esta foi crucial para o seu enriquecimento. Foi a partir desse período em diante que os arrendatários passaram a concentrar capitais em suas mãos – a renda da terra paga ao proprietário e o salário pago ao trabalhador –. Dessa forma, ao passo que uma classe empobrecia outra surgia e enriquecia. Essa *nova* classe possui ímpetos desejos por concentração e se manterá aliada aos proprietários fundiários contra os trabalhadores (MARX, 1996b; MARX, 1986).

Portanto, surge nesse processo a renda da terra, uma categoria analisada por Marx no seu Livro Terceiro (1986), que expressa a essência do capital quando este subordina a agricultura aos seus interesses. Na condição de renda da terra, a mais-valia aqui é fruto da *superexploração* do trabalhador rural assalariado. Não é de se estranhar que as condições de assalariamento na agricultura sejam tão assustadoras ou mais que na indústria, dadas as diferenças estruturais.

No final, capitalistas propriamente industriais, arrendatários e proprietários fundiários tem algo em comum, aqui todos eles não se preocupam com a humanidade, assim como seu interesse não é a subsistência do trabalhador, mas serem proprietários de mercadorias que serão absorvidas pelo mercado, pois todos eles almejam o lucro produzido pelas mãos dos trabalhadores.

Por isso, quando o capital penetra na agricultura, ele separa o camponês da sua base fundiária, compelido a tornar-se trabalhador livre de qualquer meio que assegure autonomia para subsistência, para que desse modo consiga subordinar a agricultura

à lógica de produção de mercadorias através do trabalho assalariado, conforme retratamos no início desse estudo, isto é: “o pressuposto no modo de produção capitalista, portanto, é o seguinte: os verdadeiros agricultores são assalariados, empregados por um capitalista” (1986, p. 125).

Portanto, a produção agrícola do arrendatário e a propriedade do senhor da terra, só tem valor de uso para eles por meio da troca, isto é, a terra que arrenda e a produção agrícola tem valor de uso para o proprietário fundiário e arrendatário, respectivamente, por meio da troca, como possibilidade de ser vendida/trocada no mercado como mercadoria. E é dessa forma que paulatinamente, a terra vai se apresentando como uma mercadoria e a classe de proprietários fundiários vai construindo riqueza sob as terras que antes era de uso comunal sem gastar uma gota de suor.

Contudo, Marx explica que a história da expropriação dos produtores diretos “assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas” (1996b, p.342). No entanto, é necessário destacar que na forma mais desenvolvida se encontra elementos que compreende os menos desenvolvidos, por isso recorreremos à forma clássica na Inglaterra e apresentada por Marx, reconhecendo que para compreender a subordinação da agricultura em outros países reque uma análise dialética.

Evidentemente, apenas a separação do produtor direto dos seus meios de trabalho não foi suficiente para a tomada do poder pela burguesia. Esse processo divide cenário com outros elementos que viabilizaram a ascensão dos capitalistas na conquista da hegemonia do modo de produção que os mantêm. Entre os elementos a ser visto nesse estudo, destaca-se o papel cumprido pelas colônias, conforme veremos a seguir.

3.3 A pilhagem das colônias

Vimos que o período de acumulação primitiva na Inglaterra ocorre mediante dissolução dos séquitos feudais e a ascendente dependência do dinheiro nas relações de troca. Esse processo acaba por determinar três características fundamentais para formação do capital: “1) dissolução do vínculo com a terra, como condição natural da

produção; 2) dissolução das relações nas quais o produtor é proprietário do instrumento de trabalho; e 3) dissolução da situação na qual o produtor é detentor dos meios de consumo” (TRANSPADINI, 2016, p.131). Por conseguinte, entre os séculos XVI-XVIII foram dissolvidas as garantias de subsistência dos camponeses face ao crescimento das manufaturas sob o látego dos capitalistas. No entanto, há uma indagação feita por Marx que recai nesse momento do presente estudo. Marx, questiona:

Depois que consideramos a violenta criação do proletariado livre como os pássaros, a disciplina sanguinária que os transforma em trabalhadores assalariados, a sórdida ação do soberano e do Estado, que eleva, com o grau de exploração do trabalho, policialmente a acumulação do capital, **pergunta-se de onde se originam os capitalistas**. Pois a expropriação do povo do campo cria, diretamente, apenas grandes proprietários fundiários (MARX, 1996b, p. 363, grifo nosso).

Nesse sentido, é pertinente examinar como o dinheiro se tornou “o poder dos poderes” fazendo “a velha nobreza feudal [ser] devorada pelas grandes guerras feudais?” (MARX, 1996b, p.342). O fato ainda não visto por nós, e que por ora é utilizado pela pérfida classe dominante, refere-se a origem da concentração do capital. Como naquele momento histórico os capitalistas já dispunham de capital para concentrar os meios de produção e contratar os assalariados nas suas manufaturas? Responder esse questionamento é fundamental para reafirmar a *natureza estelionatária da burguesia*. As falácias contadas de que os capitalistas juntaram dinheiro com seu próprio trabalho é a maior mentira inventada na história da humanidade.

Demonstraremos que muito diferente das falácias propagadas por capitalistas e teóricos da economia política, o capital não surge como resultado do esforço e dedicação da burguesia. Como bem lembra Santos Neto (2015, p. 33), o capitalista comercial não surgiu porque foi bem-sucedido ou, porque conseguiu comprar barato e vender caro, mas, porque existiu um “processo de acumulação primitiva de capital, em que o capital vem ao mundo pela mediação do roubo e da pilhagem”, nesse processo está escondido o segredo que permitiu o “salto mortal de dinheiro em mais dinheiro”. Marx clareia essa incógnita com as seguintes palavras:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na **América**, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das **Índias Orientais**, a transformação da **África** em um cercado para a caça comercial às peles negras **marcam a aurora da era de produção capitalista**. Esses processos idílicos são momentos

fundamentais da acumulação primitiva. De imediato seque a guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco (MARX, 1996b, p. 370, grifo nosso).

Começemos lembrando que o desenvolvimento do capital na Inglaterra não se dá no mesmo ritmo em todo o mundo. Isto é, a expropriação dos camponeses, o surgimento do trabalhador livre, as legislações de trabalho assalariado etc., não acontecem simultaneamente em todos os países, porque não são processos idênticos. Aqui, portanto se plasmam dois aspectos da acumulação: “[primeiro] a expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. [Segundo] sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas” (MARX, 1996b, p. 342).

Desse modo, a maneira pela qual Marx (1996b, p.339) expõe a descoberta de riquezas e escravização de continentes, sinaliza que entre os métodos fundamentais da acumulação também estão a pilhagem, expropriação e exploração das colônias. Portanto, não bastava apenas a expropriação do povo do campo, já que a expulsão apenas contribuiu com o surgimento do trabalhador livre e dos proprietários fundiários, é necessário outros métodos para acumular dinheiro e transformá-lo em capital. Diante do exposto, Transpadini (2016) contribuiu com a reflexão, ela escreve:

Nesse período de fundação das bases do modo de produção capitalista que ainda não era hegemônico, nem expansivo, e sim particular e localizado em especial na Grã Bretanha, as colônias da América cumpriam uma função chave: serem territórios anexados às metrópoles em guerra e transição, que possuíam, dentro de suas particularidades - oriundas dos distintos modo de produção vigentes no continente antes da invasão metropolitana -, uma riqueza originária que serviu ao fim mercantil da acumulação primitiva - baseada no saqueio, na espoliação - e, não menos importante, na implementação interna de novos processos produtivos ancorados na abundância de terra e de trabalho. (TRANSPADINI, 2016, p.119)

A partir da citação supracitada, pode-se compreender que no momento de acumulação primitiva, o modo de produção capitalista ainda não era hegemônico, pois se encontrava de modo particular e localizado em uma determinada parte do mundo que estava em processo de dissolução do feudalismo. Ao passo que ainda não era expansivo, o novo modo de produção latente nos restos da sociedade feudal encontrou uma força expansiva quando conseguiu vincular novos territórios aos países que estavam em transição, subordinando a terra e o trabalho das colônias aos ímpetos dos países centrais (TRANSPADINI, 2016).

Nesse sentido, a subordinação da América, Índia e África aos interesses capitalistas ocupa um papel muito importante na acumulação primitiva, mais importante do que constava nos escritos da época, pois foi mediante imposição de relações desiguais com os demais países que o capitalismo conseguiu se desenvolver e expandir para o mundo, afinal, as descobertas marítimas presentearam o germe voraz do capital europeu com ouro, prata e outros produtos que serviram de matéria-prima para a produção manufatureira, e posteriormente, industrial, bem como a ampliação do mercado interno para mercado externo, estabelecendo relações dominantes com as colônias (MARX, 1996b). Transpadini, explica:

Ainda que estejam corretas as análises de Marx sobre a gênese do capital, acredito que as colônias foram muito mais imprescindíveis nisto do que os documentos da época estudados por Marx relatavam. Refiro-me especificamente a uma parte da história da gênese do capital, cuja substância conformou uma acumulação originária que acelerou o processo, explicitou o conteúdo e alargou suas formas violentas de produção e apropriação privada da riqueza capitalista. (TRANSPADINI, 2016, p.125)

Nesse sentido, observa-se que as colônias serviram de alavanca para a burguesia entre os séculos XVI-XVIII. De acordo com Transpadini (2016), a invasão das metrópoles e subordinação da terra e do trabalho das colônias ao fim mercantil, mostrou-se como uma força inimaginável, uma força expansiva que tanto requeria as metrópoles naquela época de transição. A maneira pela qual a subordinação das colônias possibilitou extrair a riqueza e implantar novos processos produtivos alcançou patamares inacreditáveis, resultando na hegemonia do modo de produção capitalista até os tempos hodiernos. Transpadini, escreve:

Na verdade, é mais intenso ainda que isto. O processo colonial além de compor, demarcou o substantivo mecanismo futuro de desenvolvimento tanto na Europa quanto na América e abriu uma condição particular de ocupação no território latino-americano, sob complexas determinações externas necessárias de serem produzidas internamente como forma de garantir o processo contínuo de desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, as guerras ultramar potencializaram descobertas que foram e são imprescindíveis para os desdobramentos do modo de produção capitalista no âmbito mundial. (TRANSPADINI, 2016, p.133).

Cabe acrescentar que além as descobertas de riqueza, a conquista/invasão das colônias possibilitou a escravização da mão de obra dos nativos indígenas, africanos, etc. para o trabalho, revelando como os capitalistas utilizam das formas mais primitivas e violentas possíveis para conseguir extrair capital (TRANSPADINI, 2016). Marx

(1996b, p.378) reforça o caráter violento da acumulação primitiva quando escreve que “se o dinheiro, segundo Augier, ‘vem ao mundo com manchas naturais de sangue sobre uma de suas faces’, então o capital nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés”, porque foi – e continua sendo – com muito sangue que os capitalistas transformaram dinheiro em capital.

Dito isto, desmistifica-se a origem do capitalista, pois o segredo da “história do pecado original econômico” está na pilhagem, expropriação e exploração das colônias como alavanca para o “salto mortal de dinheiro em mais dinheiro” (SANTOS NETO, 2015, p. 33). Certamente, Marx (1996b) utiliza o termo “pecado original” para rebater as interpretações que tentam obliterar a verdadeira história do capital, tratando-a como natural/divina como se em determinado momento os homens foram punitivamente divididos entre os que acumularam riquezas e os que nada conseguiram a não ser vender sua força de trabalho. Quando na verdade o segredo está na subordinação da América, Índia e África aos interesses capitalistas europeus.

Em linhas gerais, a invasão de continentes e a subordinação deles aos países mais desenvolvidos determinaram a condição histórica do lugar dos países menos desenvolvidos até os tempos hodiernos. Outrossim, despontam aquilo que já evidenciamos anteriormente, o germe do capital só proveio ao mundo derramando o sangue dos trabalhadores. Transpadini (2016) referindo-se a particularidade da América Latina⁵ na acumulação primitiva de capital, expõe:

A conquista/invasora da colonização da América Latina demarca a separação do ser humano de sua conexão direta com a terra e institui uma mediação peculiar que fundamenta a originária acumulação precedente de capital no mundo: o agente externo, enviado pelos vitoriosos da guerra, como agente potencializador interno das nascentes regras do jogo capitalista. Novos processos de trabalho que tendem sob o comando dos donatários e jesuítas a constituir a história da acumulação originária e de capital do continente rumo ao mundo e à constituição da classe detentora do poder internamente. (TRANSPADINI, 2016, p.130)

Diante do exposto, demonstra-se que as colônias tiveram um papel fundamental na formação do capital, bem como na subordinação da agricultura ao capital. Certamente, sem a espoliação das colônias, o capital não teria encontrado fôlego suficiente para acelerar a transição do feudalismo para o modo de produção

⁵ Transpadini (2016) realiza um diálogo dentro do debate teórico sobre o desenvolvimento dependente da América Latina.

capitalista. Foram necessários um conjunto de métodos – nada idílicos – para transformar a produção de valor de uso em valor de troca.

Nesse sentido, a acumulação primitiva na forma clássica está intimamente ligada à espoliação das colônias. De modo geral, entende-se que esses métodos visavam o desenvolvimento da manufatura e aperfeiçoando das máquinas. O grande salto ocorre com a Revolução Industrial, que revoluciona a cidade e o campo em ritmos diferentes. Evidentemente, todos os elementos até aqui apresentados são necessários para entender a complexidade da formação do capital e como esse processo alcançou em uma Revolução industrial e agrícola.

3.4 Revolução industrial e agrícola

De acordo com Marx “o período manufatureiro desenvolveu os primeiros elementos científicos e técnicos da grande indústria” (1996b, p. 12). Por isso, a manufatura muito ensinou ao capital industrial e capital agrícola, dela herdando-se lições fundamentais para o funcionamento do capital até a contemporaneidade. Entre as lições, encontra-se a separação do trabalho manual do intelectual, dos trabalhos qualificados e não-qualificados, o uso da cooperação no controle da produção, a redução de tempo, as atividades repetitivas e exclusivas de um trabalhador, e principalmente, o desenvolvimento do maquinário.

De acordo com Marx, uma diferença elementar entre manufatura e indústria consiste no revolucionamento do modo de produção, pois “na manufatura, [toma] como ponto de partida a força de trabalho; na grande indústria, o meio de trabalho” (1996b, p.7). Além disso, a grande indústria não consegue se desenvolver sob as bases que lhe deram origem, por isso cria para si mesma uma nova base que atenda seu ímpeto de aumentar a produção de mais-valia. Anota, Marx:

Vislumbramos, portanto, na manufatura o fundamento técnico imediato da grande indústria. Aquela produziu a maquinaria, com a qual esta superou o artesanato e a manufatura nas esferas de produção de que primeiro se apoderou. A produção mecanizada ergueu-se portanto de maneira natural sobre uma base material que lhe era inadequada. Em certo grau de desenvolvimento ela teve de revolucionar essa base inicialmente encontrada pronta e depois aperfeiçoada em sua antiga forma e criar para si nova base, correspondente a seu próprio modo de produção. (MARX, 1996b, p.17).

Assim, conforme mencionamos na primeira seção desse estudo, o meio de trabalho possui uma importância emblemática ao processo de trabalho. Evidentemente, a máquina enquanto produto do desenvolvimento científico e tecnológico resultante do avanço da manufatura, causou grandes transformações no campo e na cidade. Obviamente, os impactos foram mais expressivos na cidade, tendo em vista que desde a gênese do modo de produção capitalista, as cidades serviram de base para a burguesia, enquanto espaço de concentração da indústria, dos serviços e do comércio, bem como também foram palco da mendicância e do açoite ao trabalho durante a expropriação massiva do povo do campo impelido à condição de proletariado – e continua segmentando a população em periferias nos tempos hodiernos (MARX, 1996b).

Marx (1996b) no Capítulo XIII intitulado “Maquinaria e Grande Indústria”, tratando das mudanças advindas com a Revolução Industrial, evidencia como ocorre a introdução de máquinas na indústria e como elas são capazes de aumentar significativamente a quantidade de produção de mercadorias durante uma jornada de trabalho, isto é, como as máquinas possibilitam aumentar a expropriação da mais-valia sem precisar recorrer ao aumento de jornada de trabalho, transformando a subsunção formal em subsunção real do trabalho ao capital.

De acordo com Marx (1996b, p. 8), a revolução do meio de trabalho é inaugurada em 1735, quando “John Wyatt anunciou sua máquina de fiar e, com ela, a revolução industrial do século XVIII”. Segundo o filósofo alemão, a revolução industrial ocorre com o desenvolvimento da *máquina-ferramenta*, uma das três partes essenciais da maquinaria. As demais são a *máquina-motriz* e o *mecanismo de transmissão*. No entanto, a especialidade da máquina-ferramenta que a torna capaz de revolucionar o meio de trabalho consiste no fato dela executar “com suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes” (MARX, 1996b, p. 9). Para melhor entender, Marx exemplifica:

Por exemplo, na roda de fiar, o pé atua apenas como força motriz, enquanto a mão, que trabalha no fuso, puxa e retorce, executa a operação de fiar propriamente dita. Exatamente dessa última parte do instrumento artesanal a Revolução Industrial apodera-se primeiro e deixa para o homem, além do novo trabalho de vigiar com o olho a máquina e corrigir com a mão os erros dela, antes de tudo ainda o papel puramente mecânico de força motriz. (MARX, 1996b, p.10).

Portanto, esse exemplo dado por Marx (1996b) explica porque a máquina a vapor apesar da sua importância não revolucionou os meios de produção, pois a mesma consiste em uma máquina-motriz que produz a força motriz, mas não opera como uma ferramenta direta de realização do trabalho propriamente dito. No entanto, a máquina-ferramenta é aquela que realiza o trabalho humano anteriormente realizado por trabalhadores da manufatura de tal forma que pôde revolucionar o meio de trabalho: “a máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez” (MARX, 1996b, p.11). Isso significa que “em vez de trabalhar com a ferramenta manual, o capital põe o operário a trabalhar agora com uma máquina, que conduz por si mesma suas ferramentas” (MARX, 1996b, p.21).

Dito isto, é preciso reconhecer que o objetivo de introduzir a máquina deve recair sobre quatro aspectos que estão interligados entre si: a) reduzir tempo de trabalho socialmente necessário; b) baratear mercadorias; c) economizar salários; e, principalmente d) aumentar produção de mais-valia. Marx, referindo-se a introdução da máquina na indústria, anota:

Tal não é também de modo algum a finalidade da maquinaria utilizada como capital. Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encurtar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. **Ela é meio de produção de mais-valia.** (MARX, 1996b, p. 7, grifo nosso).

Evidentemente, a funcionalidade da máquina para o capitalista recai fundamentalmente na produção de mais-valia. Entretanto, a Revolução Industrial conseguiu mais do que aumentar a mais-valia na produção, pois expandiu os intercâmbios e aumentou o mercado de circulação de mercadorias que, obviamente, recai no aumento da mais-valia. Cabe ressaltar que essa expansão ocorre com a construção de ferrovias e meios de comunicação.

De acordo com Luxemburgo (1970), através das locomotivas de trens e telegramas foi possível estabelecer intercâmbios e trocas com pessoas distantes e alcançar populações isoladas. Logo, foi possível expandir o comércio de mercadorias, e introduzir a economia de mercado nas economias naturais. Esse passo do capital foi determinante para aproximação do campo que era transformado em passos

diferentes da cidade. Luxemburgo (1970) escreve que “o desenvolvimento da rede de estradas de ferros reflete aproximadamente a penetração do capital” (p. 365). Afinal,

[é] indispensável, tanto para a aquisição de meios de produção como para realização da mais-valia, é a ampliação da ação do capitalismo nas sociedades de economia natural. Todas as classes e sociedades não-capitalistas devem adquirir as mercadorias produzidas pelo capital e vender-lhe seus próprios produtos. (LUXEMBURGO, 1970, p. 334).

Nesse sentido, a construção de ferrovias e meios de comunicação serviram para o capital chegar nos lugares mais distantes e conseguir comercializar suas mercadorias vindas da cidade. Isso demonstra a complexidade de compreender o campo na sociabilidade capitalista, o seu ritmo diferente da cidade e seus processos distintos ao passo que são contraditórios também são necessários para subordinação do trabalho ao capital. Luxemburgo ressalta:

se o capital pode arrancar pela força meios de produção das estruturas sociais estrangeiras e obrigar os trabalhadores a converter-se em objetos de exploração capitalista, não pode obriga-los pela violência a tornar-se compradores de suas mercadorias nem força-los a realizar sua mais-valia. O que parece confirmar essa hipótese é a introdução de meios de transporte – estradas de ferro, navegação, canais – que constituem condição imprescindível para difusão da economia de mercado em territórios de economia natural. (LUXEMBURGO, 1970, p. 334).

Portanto, se a agricultura permaneceu intocada por muito tempo devido à distância da cidade sem receber influência do desenvolvimento industrial capitalista, já não se pode mais afirmar que o campo está livre das *correntes prisioneiras* do capital. Assim como Luxemburgo, Kautsky⁶ afirma que “o desenvolvimento industrial já conseguiu modificar o caráter da produção agrícola (1986, p. 17). Essa modificação devido ao grau de desenvolvimento das ferroviárias e meios de comunicação conseguiram levar as *tecnologias* da cidade para o campo, inserindo no cotidiano dos camponeses as *necessidades urbanas*, com o intuito de aumentar o fluxo do comércio de compra e vendas de mercadorias. Em linhas gerais, Luxemburgo conclui:

⁶ Kautsky (1986) em sua obra “A questão agrária”, busca a partir da principal obra de Marx (O Capital) compreender como o desenvolvimento industrial conseguiu modificar a produção agrícola. Recorrer à Kautsky para elucidar nosso objeto de estudo é fundamental, uma vez que Marx, apesar de ter apontado elementos importantes para compreensão da agricultura capitalista, não escreve sua obra com essa pretensão, seu esforço de décadas consiste em expor a produção capitalista da indústria. O fato é que Marx tinha como objetivo analisar a indústria, mas para isso também precisou observar as mudanças no campo, deixando importantes contribuições teóricas sobre as transformações da produção agrícola sob o modo de produção capitalista.

A marcha triunfal da compra e venda de mercadorias pode começar pela construção de transportes modernos, como estradas de ferro, que atravessem selvas virgens e que transponham montanhas; linhas telegráficas que passam pelos desertos; paquetes que fazem escala nos portos do mundo inteiro. (LUXEMBURGO, 1970, p. 334).

Nesse sentido, pode-se observar que as primeiras transformações da agricultura pós-revolução industrial é a introdução da economia de mercado. Isso evidencia que “a agricultura não se desenvolve em absoluto, como cópia fiel da indústria, mas de acordo com suas próprias leis” (KAUTSKY, 1986, p.15). Não podemos esquecer que agricultura e indústria “visam o mesmo alvo quando não se procura isolá-las uma da outra e se as considera membros pertinentes a um mesmo processo conjunto” (KAUTSKY, 1986, p.15).

Até o momento, vimos como a Revolução Industrial chega no campo através da economia de mercado, dos intercâmbios via ferroviários e meios de comunicação, mas não demorou muito para que a máquina penetrasse no campo. Kautsky escreve que “a máquina teve papel relevante, tanto na indústria como na agricultura. Em vista dos brilhantes resultados colhidos pela primeira, não poderia deixar de surgir logo a ideia de introduzir-se a máquina também na agricultura” (1986, p.42). Esse processo foi favorecido pela grande concentração de terras dos proprietários fundiários e a *superexploração* da força de trabalho pelo arrendatário. Para Kautsky,

O moderno grande estabelecimento com sua nova concepção de divisão do trabalho (dividindo os trabalhadores em manuais e aqueles dotados de conhecimentos científicos) e o aperfeiçoamento das ferramentas e utensílios de trabalho (com adaptação de dispositivos especiais), bem como a produção em massa para o mercado, preparavam o terreno para a introdução da máquina na agricultura. (KAUTSKY, 1986, p.42).

De acordo com Kautsky (1986) é fundamental lembrar que a introdução da máquina na produção industrial é diferente de como ocorre na produção agrícola, a peculiaridade do trabalho na agricultura capitalista faz com que em algumas propriedades seja mais viável a não utilização de alguns maquinários. Nesse sentido, a mecanização do campo enfrenta desafios iniciais, justificáveis pela sua particularidade, advinda fundamentalmente das diferenças no ciclo de rotação do capital, logo, entendê-lo é necessário é uma tarefa primordial.

É certo que seja na indústria ou na agricultura, o “círculo vicioso” do capital requer que o tempo de rotação seja realizado num curto espaço de tempo (MARX,

1985a). O movimento iniciado pelo capitalista para transformar dinheiro em capital através da produção de mais-valia tem como pretensão concluir rapidamente esse processo para que ele seja novamente iniciado, ou seja: o capitalista tanto quer, i) concluir rápido a produção e a realização da mais-valia; quanto, ii) reiniciar esse processo incansáveis vezes.

O movimento do capital é tratado por Marx, fundamentalmente, no Livro Segundo (1985a) de “O Capital”. Entretanto, no Livro Primeiro, o filósofo alemão já começava a tecer uma investigação sobre a necessidade do capital em equiparar tempo de produção e tempo de circulação para reduzir o máximo possível as interrupções entre processo de constituição e realização do valor.

Além da obra de Marx (1985a), marxistas contemporâneos têm se dedicado a compreender o tempo de rotação de capital e suas contribuições são imprescindíveis para o estudo, entre eles a obra “Trabalho e Tempo de Trabalho na perspectiva marxiana” de autoria de Santos Neto (2013), a qual recorreremos para elucidar os aspectos fundamentais sobre o ciclo de reprodução do capital na indústria e na agricultura.

Nesse sentido, destaca-se que o capital percorre três etapas que constituem o seu movimento: circulação-produção-circulação que, por sua vez, o capitalista aparece como comprador-consumidor-vendedor de mercadorias (MARX, 1985a; SANTOS NETO, 2013). Cada estágio desse movimento cumpre uma etapa importante para o capitalista transformar dinheiro em capital e, evidentemente, o seu objetivo é concluir o mais rápido possível.

De acordo com Marx, no *primeiro estágio* “o capitalista aparece como comprador no mercado de mercadorias e no mercado de trabalho; seu dinheiro é convertido em mercadoria ou passa pelo ato de circulação D – M” (MARX, 1985a, p.25). Isto é, nessa primeira etapa, é necessário que o capitalista disponha dinheiro adiantado para comprar as mercadorias, tanto força de trabalho, quanto matéria-prima. Isso significa que, inicialmente, o capitalista assume o papel de comprador, pois ele precisa comprar mercadorias (força de trabalho e matéria-prima), logo, o capitalista precisa dispor de capital variável e capital constante para realizar a etapa produtiva (MARX, 1985a; SANTOS NETO, 2013).

Ainda nessa etapa inicial, o capitalista aparece como comprador de uma mercadoria e, ao mesmo tempo, o trabalhador aparece como vendedor da sua força

de trabalho. Para o capitalista é dinheiro transformado em mercadoria, mas para o trabalhador é mercadoria transformada em dinheiro. Trata-se, portanto, de um processo de circulação e o dinheiro como equivalente geral de todas as mercadorias (SANTOS NETO, 2013).

Na agricultura, portanto, esse período é da necessidade do capitalista comprar a terra ou buscar outras formas de usufruí-la, como arrendatário por exemplo, e contratar a força de trabalho do trabalhador direto, mas lembrando que essa só será paga após ser consumida. Cumprindo essa primeira etapa, o capitalista pode consumir as duas mercadorias que dispõe: terra e força de trabalho. Vale ressaltar que o capitalista somente poderá ser proprietário da primeira, pois a força de trabalho é uma mercadoria que pertence ao trabalhador, ele que possui a sua força vital e a vende para um capitalista; enquanto a terra como meio de produção deve pertencer exclusivamente ao capitalista. Na condição de arrendatário, o capitalista não é proprietário de nenhuma das mercadorias, apenas utiliza essas mercadorias enquanto paga para usá-las (MARX, 1986).

Em seguida, de acordo com Marx (1985a) ocorre o *segundo estágio*, trata-se do “consumo produtivo das mercadorias compradas pelo capitalista. Ele atua como produtor capitalista de mercadorias; seu capital percorre o processo de produção. O resultado é: mercadoria de maior valor que seus elementos de produção” (p. 25). De acordo com o autor, é o momento que o capitalista consome a mercadoria comprada com o dinheiro adiantado. Desse modo, é somente nesse estágio do ciclo de rotação que será possível agregar valor a mercadoria comprada inicialmente, pois o trabalhador que vendeu sua força de trabalho deverá produzir novas mercadorias a partir da matéria-prima comprada no primeiro estágio. Marx explica que nesta etapa predominante, o capitalista se mostra como tal: expropriador do excedente do tempo de trabalho, compra a força de trabalho que deve produzir mais-trabalho (MARX, 1985a; SANTOS NETO, 2013).

Esse processo só ocorre porque um trabalhador assalariado, destituído dos meios de produção, vende sua força de trabalho por um valor menor do que produz em mercadorias. Este trabalhador, só dispõe da sua mercadoria força de trabalho, vendendo-a ao comprador da força de trabalho que possui exclusivamente os meios de produção. É nessa etapa que estruturalmente já interrompe o processo de circulação do capital e o tempo precisa ser mais economizado para que o capitalista

retorne rapidamente ao mercado como vendedor e se realize no gozo da mais-valia (MARX, 1985a; SANTOS NETO, 2013).

Entretanto, aqui se plasma um dos maiores desafios para os capitalistas na agricultura: economizar tempo. Este fator ocorre pela peculiaridade da produção agrícola que precisa dividir esse segundo estágio do ciclo em dois momentos: semeadura e colheita (SANTOS NETO, 2013). Isso ocorre porque primeiro realiza o plantio e somente após o crescimento *natural* dessa plantação, poderá colher os produtos do trabalho. Portanto, o intervalo posto entre semeadura e colheita impõe ao capitalista uma espera maior para continuar o ciclo de rotação de volta à circulação, deixando o maquinário e a força de trabalho ociosa durante esse período de espera.

Somente após o período de colheita, o capitalista poderá retornar ao mercado e mais uma vez se inserir no processo de circulação, dessa vez como vendedor de mercadorias, concluindo o terceiro estágio do ciclo de rotação do capital, nas palavras do Marx (1985a):

O capitalista retorna ao mercado como vendedor; sua mercadoria é convertida em dinheiro ou passa pelo ato de circulação M - D. Portanto, a fórmula para o ciclo do capital monetário é: D – M ... P... M' - D', na qual os pontos indicam que o processo de circulação está interrompido e tanto M' quanto D' designam uma M e um D acrescidos de mais-valia. (MARX, 1985a, p. 25).

Portanto, significa que neste estágio o capitalista precisa que essa mercadoria seja vendida no mercado para que o valor acrescido na etapa produtiva, ou seja, mais-valia, seja realizado na venda e acrescido no dinheiro recebido, isto é, o lucro. A questão é que concluída essa etapa de venda, o capitalista investe parte desse dinheiro no início de um novo ciclo de reprodução do capital e assim sua reprodução será sempre ampliada, transformando dinheiro em capital (MARX, 1985a; SANTOS NETO, 2013).

Devidamente esclarecido os três estágios do ciclo de rotação do capital, percebe-se o quanto a economia de tempo é uma necessidade inarredável do modo de produção capitalista. Nesse sentido, cabe retomar a citação de Kautsky em que a produção industrial preparava “o terreno para a introdução da máquina na agricultura” (1986, p. 42). Evidentemente, com os bons resultados da introdução da máquina na indústria, os capitalistas não deixaram de tentar inseri-las na agricultura de modo a cumprir esse tarefa de aumentar a produção de mais-valia, cientes que os desafios eram maiores.

Kautsky (1986) elucida dois grandes desafios para introdução da máquina no campo: o primeiro de *ordem técnica* e a segunda de *ordem econômica*. A dificuldade de ordem técnica consiste no próprio local de trabalho, muito diferente da indústria que cria a fábrica como seu espaço adequado para produção, o local de trabalho na agricultura é a própria natureza, sendo necessário que a máquina se adapte ao local de trabalho. Logo, a introdução da máquina no campo demandava uma cultura com alto grau de desenvolvimento com um modelo único e extensivo que viabilize a utilização do maquinário.

A segunda dificuldade apontada por Kautsky (1986) é de ordem econômica, isto é, a particularidade do ciclo de rotação do capital na agricultura faz com que o uso de máquinas não seja necessário durante todo o ano, além de exigir diferentes tipos de máquinas. Assim, o uso da máquina na agricultura seria menos proveitoso e de custo mais alto do que na indústria, já que esta última utiliza a máquina durante o ano inteiro de forma ininterrupta, enquanto na agricultura a produção ocorre em intervalos.

A partir das diferenças de local de trabalho e ciclo de rotação do capital, muitas vezes a introdução da máquina se mostrou menos lucrativa na agricultura, tornando inviável o seu uso. Para Kautsky (1986, p.42) o motivo é evidente: “a finalidade da máquina não é a de economizar energia de trabalho, mas a de economizar salários”. Logo, se a máquina não atender esse requisito, não haveria motivos para utilizá-la.

Por isso, Kautsky (1986) lista quatro motivos que dificultam a introdução da máquina no campo. O primeiro deles é o trabalho assalariado na agricultura possuir baixos salários e “quanto mais baixos os salários, tanto mais difícil a introdução da máquina” (p. 42); o segundo motivo é a necessidade de conhecimento técnico para operar a máquina, um desafio para o homem do campo desprovido de acesso à educação, “aí a máquina não encontra por vezes o tipo de mão-de-obra de que necessita” (p. 43); o terceiro é que mais vez a agricultura se diferencia da indústria, a forma de produzir exige que sejam utilizadas diferentes máquinas em cada momento do cultivo, por isso o trabalhador rural “não conta com a mesma possibilidade de aprendizagem que o trabalhador industrial” (p. 43), já que este utiliza a mesma máquina durante o ano inteiro; o quarto, por fim, é a dificuldade de transportar as máquinas da cidade ao campo, principalmente quando precisam de conserto, já que geralmente esses serviços somente são ofertados nas cidades, encarecendo ainda mais os custos para introdução da mecanização no campo.

Isso não significa que a máquina não chegou no campo, ela chegou gradualmente nas terras com alta produção e *revolucionou* a agricultura aumentando a produção agrícola em escalas inimagináveis. A revolução agrícola com a mecanização, possibilitou que o capitalista investisse cada vez mais na produção de mercadorias, mas não pôs fim ao desafio de economizar tempo. A agricultura para obter mais-valia foi – e continua - sendo um desafio.

O fato é que durante longas décadas pesquisas foram desenvolvidas para conseguir reduzir os intervalos do ciclo de rotação do capital na agricultura, bem como para economizar salários, e muitas das conquistas capitalistas ocorreram na fase imperialista, selando o golpe mortal do capital contra os trabalhadores rurais do mundo, conforme veremos a seguir na última seção do presente estudo.

4. IMPERIALISMO E AGRICULTURA: novas-velhas formas de subordinação da agricultura ao capital

O capital nasce expropriando e espoliando os trabalhadores para se apropriar de forças produtivas. A história da subordinação da agricultura ao capital é a história do roubo de terras dos camponeses, essa é a marca da acumulação primitiva do capital que permanece como fonte de acumulação até a atualidade. Vimos, portanto, que a transformação da produção agrícola em produção de mercadoria ocorreu em passos diferentes da indústria, mas a agricultura não permaneceu intocada por toda sua vida, o capital conseguiu introduzir a economia de mercado e, posteriormente, a máquina para intensificar a produção e expropriações no campo.

Esse processo ganha novo capítulo com o imperialismo, tendo em vista a sua tendência histórica de concentração de capital. No imperialismo é possível contar com um arsenal de inovações tecnológicas desenvolvidas nas guerras que ao findarem foram redirecionados à agricultura. Finalmente o capital encontrou uma maneira de adaptar seu ciclo de reprodução na agricultura, fazendo isto através de pacotes tecnológicos da chamada *Revolução Verde*, que não foi uma revolução, nem tão pouco verde, mas viabilizou a expansão da produção capitalista na agricultura, logo, o resultado não poderia ser outro: novas-velhas⁷ formas de expropriações do campo.

4.1 Imperialismo e acumulação de capital

Marx já havia salientado na obra “O Capital” sobre a tendência histórica da concentração da produção capitalista. Lenin (2012), por sua vez, resgata o fundamento do Imperialismo na obra marxiana e em outras referências, ampliando a contribuição teórica acerca do tema através da publicação da sua obra intitulada “Imperialismo, estágio superior do capitalismo”.

Lenin (2012) não foi pioneiro na análise do capitalismo monopolista, a primeira obra publicada foi de autoria de John Hobson, “O imperialismo” foi publicada em 1902. Cabe mencionar que após a publicação de Hobson, outros autores também se dedicaram a compreender os elementos fundamentais da ascensão do capital

⁷ O termo “novas/velhas” formas é encontrado na tese de doutorado de Transpadini (2016).

financeiro, como Hilferding publicando a principal obra em 1910 “O capital financeiro”, e posteriormente a Rosa Luxemburgo publicando “A acumulação de capital” em 1914, obras devidamente referenciadas nesse estudo.

Em Lenin (2012) encontra-se a história dos monopólios, desde quando são apenas germes até conquistarem o auge da vida econômica. Segundo o autor pode-se entender a trajetória da concentração da produção do seguinte modo:

1) de 1860 a 1870, o grau superior, o ápice de desenvolvimento da concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis; 2) depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, que ainda constituem apenas uma exceção, ainda não são sólidos, representando somente um fenômeno passageiro; 3) auge de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LENIN, 2012, p. 44)

O capitalismo não nasceu monopolista, mas Marx (1996b) já apontava essa tendência como imanente do capital, por isso escreveu no capítulo XXIV do Livro Primeiro que a tendência à expansão das formas de acumulação do capital resultaria numa concentração cada vez maior: “o que está agora para ser expropriado já não é o trabalhador economicamente autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores” (MARX, 1996b, p. 380). O filósofo alemão se refere a tendência que levou o capital a atual “economia do capitalismo moderno”, a qual Lenin faz referência como “transformação da concorrência em monopólio” (2012, p.39). Lenin, por sua vez, referindo-se às contribuições de Marx sobre os monopólios, escreve:

Há meio século, quando Marx escreveu *O capital*, a livre concorrência era, para a maior parte dos economistas, uma “lei natural”. A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, a qual num certo grau do seu desenvolvimento conduz ao monopólio. Agora o monopólio é um fato. (LENIN, 2012, p. 41-42).

Nesse sentido, Marx (1996b) reforça que “essa expropriação se faz por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais” (p.380). De fato, o monopólio é a fase do capitalismo de maior concentração de capitais, a concorrência que alardeou os burgueses na corrida pela liderança do mercado, alcança a fase da disputa de expropriações entre os próprios capitalistas.

Desse modo, não demoraria a chegar o momento em que a concorrência inerente aos burgueses para usurpar os bens da classe trabalhadora iria se corroborar para a expropriação entre os próprios *gigantes*. Lenin (2012, p.48) revela que muitos foram os meios utilizados para conseguir essa façanha, da privação de matérias-primas, mão de obra, meios de transporte, possibilidades de venda, crédito, quanto o estabelecimento de acordos comerciais, diminuição de preços e até mesmo o boicote. Portanto, utilizando de métodos estratégicos, muitas empresas foram – e continuam sendo – abocanhadas pelas gigantes. Marx, escreve:

Cada capitalista mata muitos outros. Paralelamente a essa centralização ou à expropriação de muitos outros capitalistas por poucos desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala sempre crescente, [...]. Com a diminuição constante do número dos magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. (MARX, 1996b, p. 380-381).

Para Lenin (2012, p.38), é isso que o monopólio representa: “algumas dezenas de milhares de grandes empresas são tudo, os milhões de pequenas empresas não são nada”. É desse modo que o capitalismo imperialista é bem diferente da livre concorrência, tanto que Lenin assevera: o monopólio é “uma lei geral e fundamental do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo” (LENIN, 2012, p. 42).

Segundo Luxemburgo (1970, p. 365), “a fase imperialista da acumulação do capital, ou a fase da concorrência mundial do capitalismo, abrange a industrialização e emancipação capitalista dos países atrasados a expensas dos quais o capital obteve sua mais-valia”. De acordo com a autora, na fase imperialista o capital se utiliza de métodos específicos para abranger a produção de capital e atender seus desejos por acumulação, entre os métodos “empréstimos exteriores, concessão de estradas de ferro, revoluções e guerra” (LUXEMBURGO, 1970, p. 365).

Referindo-se aos empréstimos públicos, Luxemburgo (1970, p. 366) assinala que eles acompanham “todas as fases da acumulação de capital” e são destinados à “construção de estradas de ferro e os armamentos militares”. As estradas são úteis para o avanço do capital aos territórios mais distantes e isolados, conforme vimos na seção anterior sobre a introdução da economia de mercado nas economias naturais. Segundo Luxemburgo, “o desenvolvimento da rede de estradas de ferros reflete

aproximadamente a penetração do capital” (1970, p. 365), afinal, o seu principal objetivo é expandir o mercado de circulação das mercadorias e, paulatinamente, introduzir “a economia de mercado, a industrialização dos países e a revolução capitalista da agricultura” (p. 366). Para Luxemburgo,

O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar regiões não-capitalistas que não se encontrem ainda dominadas. Geograficamente, esse meio abrange, ainda hoje, a grande parte da Terra. Mas, comparado com o poder do capital já acumulado nos velhos países capitalistas, que luta para encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, comparado com a rapidez com que hoje se transformam em capitalistas territórios pertencentes a culturas pré-capitalistas, ou, em outros termos, comparado com o elevado grau das forças produtivas do capital, o campo revela-se mesmo pequeno para a sua expansão. (LUXEMBURGO, 1970 p.392)

Isso significa, portanto, que o capital permanentemente requer buscar novas-velhas formas de conseguir subordinar todas as formas de produção aos seus interesses (TRANSPADINI, 2016). Vimos que a produção de mercadorias não extingue a existência do camponês, mas a diminui consideravelmente. Porém, mesmo o capital requerendo a destituição de todas as formas não-capitalistas, ele também se utiliza da existência das formas não-capitalistas. Isso demonstra como o capital sobrevive e se reproduz em um jogo de subordinação de todas as formas econômicas para atender os seus interesses, seja através do consumo como meio de realização de mais-valia, seja como atividade produtiva de mais-valia (LUXEMBURGO, 1970).

Tendo em vista que o objetivo do capital é a crescente acumulação, a sua reprodução precisa ser sempre uma reprodução ampliada. Dito isto, o imperialismo evidencia e “determina o atual jogo internacional do capital no cenário mundial” (LUXEMBURGO, 1970, p. 392). Portanto, dada a partilha do mundo entre os grandes impérios, agora a luta ocorre entre os próprios capitalistas para conquistar território já ocupados, e essa é uma disputa que ameaça a existência da humanidade, caminhando em direção à barbárie. Afinal, como em todo desenvolvimento do capital, a conquista de territórios exala sangue por todos os poros (MARX, 1996b). Luxemburgo, escreve:

Dados o grande desenvolvimento e a concorrência cada vez mais violenta dos países capitalistas para conquistar territórios não-capitalistas, o imperialismo aumenta sua agressividade contra o mundo não-capitalista, aguçando as contradições entre os países capitalistas em luta. Porém, quanto mais enérgica e violentamente procure o capitalismo a fusão total das

civilizações capitalistas, tanto mais rapidamente irá minando o terreno da acumulação de capital. (LUXEMBURGO, 1970, p. 392)

Nesse sentido, percebe-se que “o imperialismo é tanto um método histórico para prolongar a existência do capital, como um meio seguro objetivamente pôr um fim a sua existência”, em linhas gerais, “a tendência da evolução capitalista para ele já se manifesta com ventos de catástrofe” (LUXEMBURGO, 1970, p. 392). Os elementos da *catástrofe* anunciada são perceptíveis nos métodos de subordinação da agricultura ao capital, nas novas-velhas formas de transformação da produção agrícola em produção de mercadorias.

A tendência do processo de acumulação do capital é “substituir em todas as partes a economia natural pela economia simples de mercado e a esta pelas formas capitalistas e a fazer que a produção do capital domine absolutamente como forma única e exclusiva em todos os países e setores” (LUXEMBURGO, 1970, p. 364). Com isso, pode-se questionar: a que fim levará as guerras imperialistas e o avanço sobre todos os territórios não-capitalistas? O capital irá conseguir subordiná-los completamente antes de destruir a humanidade?

Portanto, se na forma clássica da acumulação primitiva o capital conseguiu substituir parte das lavouras em formas capitalistas de produção, e as formas de economia que não foram substituídas os capitalistas conseguiram reverter sua lógica de produção de valores de uso à produção de mercadorias simples, no imperialismo requer que o “capital domine absolutamente como forma única e exclusiva em todos os países e setores” (LUXEMBURGO, 1970, p. 364). Nesse sentido, a fase imperialista impacta efetivamente a produção agrícola com o avanço agressivo e tóxico do capital sob o solo da humanidade, na sua insistente tentativa de sujeitar tudo e todos ao seu domínio, para acumular e acumular capital diante do crescimento expressivo da miséria mundial, poluindo o solo, as águas, o ar etc.

Para tanto, vejamos mais de perto como no imperialismo, as guerras e o desenvolvimento científico e tecnológico do complexo industrial-militar cumpriram uma tarefa crucial de conseguir meios de economizar o tempo da reprodução do capital na agricultura, viabilizando o processo de produção para fins capitalistas, como por exemplo, introduzindo maquinário pesado, economizando salários dos trabalhadores rurais, para assim conseguir aumentar a produção de mais-valia expropriada pelos capitalistas (LUXEMBURGO, 1970; KAUTSKY, 1986).

4.2 Transformações da agricultura na fase superior do capitalismo

É na fase imperialista que as guerras são fontes vitais para o capital que tem necessidade de expandir seu mercado de consumo para garantir acumulação. Tanto a Primeira Guerra quanto a Segunda Guerra Mundial foram fundamentais para a acumulação de capital e influenciaram diretamente as transformações da agricultura (LUXEMBURGO, 1970; BURCHETT, 2018).

As guerras imperialistas que marcaram o século XX viabilizaram condições objetivas para o capital intensificar seu plano de dominação da agricultura e isso se deve principalmente à inovação tecnológica das mercadorias para fins bélicos, entre essas mercadorias estão as armas químicas e tanques de guerra que foram redirecionados à produção agrícola, como agrotóxicos e máquinas agrícolas, respectivamente (BURCHETT, 2018). Acresça-se à essas mercadorias, as pesquisas com sementes realizadas por instituições, fundações e organismos internacionais.

Para tanto, o processo ocorreu após findar o desenvolvimento de um aparato tecnológico para o campo, quando o capital colocou em prática seu plano ideológico chamado “Revolução Verde” que visava convencer a opinião pública da necessidade de uso dos “pacotes tecnológicos”, conforme ficaram conhecidos o conjunto de mercadorias que deveriam ser usadas na agricultura de forma interdependente (ZAMBERLAM; FRONCHETTI, 2012).

Para compreender essas transformações que marcam a fase imperialista na agricultura, observamos três tópicos fundamentais: o primeiro, sobre os agrotóxicos, da guerra à agricultura; o segundo, sobre a modernização da agricultura no cenário mundial de pós-guerra; e o terceiro sobre a propaganda da *Revolução Verde* e instituições envolvidas nesse processo. Vejamos a seguir.

4.2.1 Agrotóxicos: da guerra à agricultura

A ciência e tecnologia à serviço das guerras fizeram com que as indústrias químicas disparassem na produção de armas químicas poderosas. De acordo com Lenin (2012) no início do século XX “o aperfeiçoamento técnico na grande indústria alemã está organizado da mesma maneira, por exemplo, na indústria química, que se

desenvolveu em proporções gigantescas durante estas últimas décadas” (LENIN, 2012, p. 46).

A Bayer (2020), por exemplo, um dos grandes monopólios até os tempos hodiernos, insere-se inicialmente no mercado produzindo corantes sintéticos para indústria têxtil desde 1863 fundada por Friedrich Bayer e Johann Friedrich Wesskott. Posteriormente, os fundadores se inserem no mercado farmacêutico, transformando a sociedade limitada em sociedade por ações de caráter internacional. Ocorre que com a Primeira Guerra Mundial, a indústria química Bayer, direcionou sua atuação para o mercado bélico. A Bayer alega que o motivo foi o corte dos “seus principais mercados de exportação, e vendas de corantes e produtos farmacêuticos [que] caíram”, e por isso, estavam “cada vez mais integrada na economia da guerra” produzindo “materiais de guerra, incluindo explosivos e armas químicas” (BAYER, 2020, p.1).

A Bayer explica que a partir de então suas pesquisas foram realizadas a fim de atender às necessidades bélicas. No entanto, a Bayer declara que os frutos da Primeira Guerra não foram bons e cita que “os efeitos da guerra foram devastadores” (2020, p.1). Porém, sabemos que se os efeitos fossem tão devastadores, a Bayer não seria atualmente um dos maiores monopólios mundiais operando em diversos setores produtivos.

As guerras sempre foram úteis às grandes empresas que se beneficiam do mercado bélico. No caso da Bayer continuou investindo e crescendo com a Segunda Guerra Mundial, onde continuou atendendo as *necessidades bélicas*, inclusive expandindo suas unidades após fusão com outras empresas. A Bayer informa que quando “a Segunda Guerra Mundial finalmente eclodiu em 1939, as unidades de agrupamento do Baixo Reino estavam entre os locais da indústria alemã que foram considerados ‘vital para a guerra’. Os requisitos da produção cresceram de forma constante” (BAYER, 2020, p.1).

Nesse sentido, percebe-se que as pesquisas não cessaram com a Primeira Guerra, elas continuaram desenvolvendo novos produtos tóxicos na Segunda Guerra Mundial. Diante disso, observa-se como as indústrias químicas foram necessárias para as guerras, mas as guerras foram muito mais fundamentais para as indústrias químicas, graças às guerras empresas como a Bayer conseguiram alcançar – e

monopolizar – a produção em diversos países, a Bayer atualmente está presente em mais de 75 países e com mais de 302 empresas constituídas (BAYER, 2020).

O fato principal para o nosso estudo é que as pesquisas químicas para fins bélicos não resultaram apenas nas armas de guerra, mas também em *produtos agrícolas*. Esse processo ocorreu durante os testes das armas químicas quando descobriam potencialidades de matar insetos e desfolhar plantações (CARSON, 1969). Isso significa, portanto, que muito antes de findar a guerra, as indústrias químicas já sabiam que a agricultura seria seu novo mercado de circulação de mercadorias.

Rachel Carson (1969), autora da obra “Primavera Silenciosa”, defende que esse “surto repentino e do prodigioso crescimento” da indústria química, resultou na produção de químicos para a agricultura, ainda na Segunda Guerra Mundial. Os resultados das pesquisas mostravam mais de uma finalidade para os produtos químicos recém descobertos, apesar do objetivo principal ser a morte de pessoas, eles também surtiam efeito no combate às indesejáveis nos vegetais. Carson (1969), escreve:

No decorrer do desenvolvimento de agentes utilizáveis na guerra química, algumas das substâncias, criadas no laboratório, revelaram, ao que se descobriu, efeitos letais para os insetos. A descoberta não ocorreu por acaso; os insetos já vinham sendo amplamente usados nas experiências que se faziam para testar os agentes químicos de morte para o homem. (CARSON, 1969, p. 29).

Dito de outra forma, as indústrias químicas já poderiam vislumbrar a expansão de novos mercados no pós-guerra: a agricultura. No entanto, é importante ratificar o perigo dessas substâncias tóxicas que foram denominadas de *inseticidas sintéticos*. Carson (1969) ressalta que eles são bem diferentes dos inseticidas naturais amplamente conhecidos na agricultura tradicional, pois são resultados de “engenhosas manipulações de laboratório, recompondo moléculas, substituindo átomos, modificando-lhes a disposição” (CARSON, 1969, p. 29). Essa afirmação tenta evidenciar que esses inseticidas são mais potentes do que os naturais, melhor dizer, “eles possuem poder imenso não somente de envenenar, mas também de penetrar nos processos mais íntimos e vitais do organismo, modificando-os em sentido sinistro e, com frequência, em sentido mortal” (CARSON, 1969, p. 29).

Dito isto, não poderíamos nos referir aos produtos da indústria química como inseticidas, herbicidas, fumigantes, desfoliantes etc., porque seus efeitos não são de controle de insetos, plantas espontâneas, bactérias de solo etc., mas são efeitos de *destruição*. Nesse sentido, acreditamos que o termo mais adequado para os produtos químicos utilizados na agricultura é *agrotóxico* (PASCHOAL, 2019). O uso do termo surgiu apenas década de 1970 com a publicação do livro “Pragas, praguicidas e a crise ambiente: problemas e soluções” de Adilson Paschoal⁸ e o objetivo foi evidenciar o caráter tóxico dos produtos e quanto são nocivos para vegetais, animais e seres humanos⁹.

Portanto, não se pode perder de vista que os agrotóxicos na função de inseticidas, fungicidas, pesticidas etc. são na sua essência armas químicas, afinal, surgiram como gás mostarda, organofosforados, entre outros que levaram à morte de milhares de pessoas durante as guerras. Nesse sentido, Carson (1969) é contundente ao afirmar que esses produtos são *agentes de homicídio* e por isso deixou o alerta:

A definição dos pesticidas, portanto, deve constituir preocupação de todos nós. Uma vez que vamos viver tão intimamente ligados a tais substâncias químicas – comendo-as e bebendo-as – deixando que elas entrem na própria medula dos nossos ossos – será melhor que saibamos alguma coisa a respeito de sua natureza e da sua potência. (CARSON, 1969, p.27).

O alerta é fundamental, afinal, como um produto que tem como funcionalidade matar seres vivos poderia ser utilizado na alimentação da humanidade? Entre todas as explicações, consideramos uma suficiente: acumulação de capital. Isso porque a produção desses produtos químicos tóxicos resultou em lucros exorbitantes, principalmente para os Estados Unidos. Segundo Carson (1969, p. 27), somente em 1947, os Estados Unidos produziu “cerca de 63 mil toneladas” de “pesticidas sintéticos” e isso significa milhões de dólares.

Dito isto, evidencia-se o quanto o capital é inimigo declarado dos trabalhadores e trabalhadoras do mundo e mesmo nas suas diferentes fases não hesita em declarar

⁸ Adilson Paschoal é engenheiro agrônomo e professor titular Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo. Paschoal publicou o livro “*Pragas, praguicidas e a crise ambiente: problemas e soluções*” em 1977; e recentemente, a republicação do seu principal livro com o “*Pragas, agrotóxicos e crise ambiente: problemas e soluções*” em 2019. Paschoal foi o criador do termo “agrotóxicos” para especificar os produtos químicos tóxicos utilizados na agricultura (EXPRESSÃO POPULAR, 2020, p. 1).

⁹ Cf. a dissertação de Carvalho (2017) intitulada “Os impactos sobre a biodiversidade e saúde humana decorrentes da utilização de agrotóxicos no Brasil”, o estudo apresentou uma análise acerca dos impactos dos agrotóxicos sobre a biodiversidade e a saúde humana.

guerra à existência humana e à natureza, *envenenando* diariamente à população com doses de *armas químicas* nos alimentos. A título de exemplo, Carson (1969) menciona que as experiências de uso dos produtos na região algodoeira do Sul dos Estados Unidos “são objeto de envenenamento crônico por essa substância; os animais domésticos e a pecuária têm sido envenenados por borrifamentos de plantações e por ervicidas que contêm arsênio” (CARSON, 1969, p. 28).

Além da toxicidade e o envenenamento, Carson (1969) alerta que as substâncias contidas nos agrotóxicos são provocadoras de câncer, entre essas substâncias, o arsênio foi o “primeiro carcinógeno elementar reconhecido como tal [...] ele foi identificado, na fuligem das chaminés, e relacionado ao câncer, há cerca de dois séculos, por um médico inglês” (CARSON, 1969, p. 27).

E é dessa forma que a Segunda Guerra marca a história da humanidade com a inserção de produtos altamente tóxicos na alimentação das pessoas por meio da difusão nos campos agrícolas. Carson (1969) faz questão de ressaltar que a Segunda Guerra marca “o ponto a partir do qual o mundo se afastou das substâncias inorgânicas” e substituiu por “manipulações engenhosas”, melhor dizer, por uma “série de venenos de potência realmente extraordinária” (CARSON, 1969, p. 27-30).

Daí surge a questão principal: Como convenceram a população mundial a inserir tantos venenos nas suas plantações provocando o envenenamento diário das suas famílias? De imediato, pode-se afirmar três coisas: 1) Com o fim do mercado bélico era necessário (re)direcionar os produtos para a agricultura, única fonte de mercado possível das armas químicas fora das guerras; 2) Os Estados Unidos tinha grande interesse em expandir a produção de agrotóxicos para outros mercados com o objetivo de obter exorbitantes lucros; 3) O capital precisava de meios que reduzissem o ciclo de reprodução na agricultura. Logo, pode-se supor que os agrotóxicos atendem perfeitamente essas funções.

Certamente, não foi uma tarefa fácil convencer a população à inserir veneno na própria comida, somente um conjunto de fatores viabilizaria essa adesão, como por exemplo, a luta – propagandística – pela *erradicação da fome*.

4.2.2 A fome e a modernização da agricultura

Pode-se afirmar que o cenário mundial pós-guerra contribuiu para a difusão da proposta de agrotóxicos nas plantações e o motivo principal foi a campanha de erradicação da fome. Ocorre que a miséria e a destruição provocado pelas guerras no século XX, colocaram a fome no centro do debate mundial (ZIEGLER, 2012). Evidentemente, a fome não existe apenas com as guerras, a fome no modo de produção capitalista é consequência estrutural do capital e tem suas raízes no antagonismo de classes, portanto, ela é uma expressão da “questão social”¹⁰.

No entanto, é certo afirmar que nos períodos de guerra as desigualdades se tornam mais acirradas. Logo, há muitos motivos para a fome assumir o cenário mundial no período de guerra e pós-guerra. Segundo Ziegler (2012), um exemplo da fome como *arma* foi o plano traçado por Adolf Hitler e os nazistas na Alemanha. O “plano fome”, conforme cita o autor, utilizou da estratégia de construir grandes estoques de alimentos através de um sistema de racionamento para assegurar o controle da alimentação na Alemanha. Ao mesmo tempo, segundo o autor, esse armazenamento contava com a pilhagem de alimentos nos países ocupados pelas tropas nazistas, submetendo-os à entrega dos produtos agrícolas. Em outros casos onde não pretendiam realizar a pilhagem, eles provocavam a destruição das plantações, para com isso fazer desaparecer paulatinamente a venda dos produtos agrícolas nos mercados, instaurando a fome e o caos. Isso, portanto, evidencia a afirmação do autor ao referir que na guerra “todas as armas eram válidas: as câmaras de gás, os fuzilamentos em massa, mas também a arma da fome” (ZIEGLER, 2012, p.100).

Ocorre que mesmo com o fim da Segunda Guerra Mundial, a fome continuava matando pessoas em todo o mundo (ZIEGLER, 2012). Nesse sentido, os impérios capitalistas precisavam encontrar uma saída para evitar que as consequências das guerras servissem de alavanca para revolta popular. Evidentemente, é nesse cenário que campanha de luta contra a fome pode se tornar uma via principal para que os capitalistas manterem a ordem econômica vigente. Por conseguinte, podemos acreditar que isto favorecia aos EUA com uma forte comoção mundial para aumentar os seus investimentos no *novo* modelo agrícola – *desenvolvido* – e difundir suas inovações em outros países para angariar lucros cada vez mais exorbitantes, conforme retratou Carson (1969).

¹⁰ Cf. Netto (2001) em “Cinco notas a propósito da Questão Social”.

O Estado, mais uma vez, prontamente atende os desejos capitalistas apoiando a difusão dos ideais burgueses para a população mundial. Em 1941, ainda no período de guerra que surgiu pela primeira vez “o comovedor nome de *Nações Unidas*”, para representar a organização de países que estavam ligados na “luta contra a fome” (ZIEGLER, 2012, p. 106). No entanto, é no período pós-guerra que essa união resulta na criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e agências vinculadas à organização internacional.

Por meio da ONU surge a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em 1945. De acordo com Ziegler (2012), a função das Nações Unidas, segundo os representantes, era de “mobilizar, prioritariamente, todos os seus recursos e todos os seus esforços no combate pela erradicação da fome” (p.107). A FAO, por sua vez, surge como uma agência responsável por identificar demandas da produção agrícola e desenvolver ações que viabilizem o aumento dessa produção, respaldados em três objetivos principais: 1) “erradicar a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição”; 2) “erradicar a pobreza e fomentar o progresso econômico e social para todos”; 3) “gerir e utilizar de forma sustentável os recursos naturais, incluindo a terra, a água, o ar, o clima e os recursos genéticos, em benefício das gerações presentes e futuras” (FAO, 2020, p.1).

Evidentemente, a FAO e as *Nações-capitalistas-Unidas* não pretendiam erradicar a fome, nem tão pouco erradicar a pobreza, mas mobilizar todos os recursos e esforços – principalmente do Estado – para aumentar a produção agrícola com o uso propagandístico da *erradicação da fome*. Nesse sentido, a agricultura no período pós-guerra se tornou um excelente campo de investimentos. Carson (1969) cita que “a produção de pesticidas sintéticos, só nos Estados Unidos, subiu, à maneira de rojão, de cerca de 63 mil toneladas, em 1947, a perto de 320 mil toneladas em 1960”, além disso, a autora lembra que “o valor por atacado, de tais produtos, se situou bem acima de um quarto de bilhão de dólares”, mas para os Estados Unidos não estava contente com os resultados, tratava-se “apenas o começo” (CARSON, 1969, p. 27).

As pesquisas decolaram no período pós-guerra (1945-1960). O uso de armas químicas continuou servindo na Guerra do Vietnã, onde se realizou mais experimentos com produtos tóxicos nas plantações. Segundo o jornalista australiano Wilfred Burchett a partir da sua experiência pessoal na Guerra do Vietnã, o uso de venenos

era estratégia de ataque do exército estadunidense contra os vietnamitas. Na sua obra “Vietnã: a guerrilha vista por dentro” Burchett escreve:

Um dos meios inventados pelo comando estadunidense para sua “guerra especial” é o uso de produtos químicos pulverizados nas plantações – para destruir onde não podem controlar. Eu vi inúmeras evidências disso – pomares inteiros onde as árvores estavam sem folhas ou frutas enquanto nos vilarejos vizinhos estavam florescendo e carregados de frutos; de mamoeiros, por exemplo, que eram meros talos secos com frutos murchos do tamanho de nozes perdendo ao redor de troncos desfolhados; de abacaxis reduzidos ao tamanho de pequenas laranjas enquanto nos quintais da vizinhança estavam completamente maduros e prontos para serem colhidos. [...]. (BURCHETT, 2018, p. 294).

A “guerra nas plantações” como relata Burchett (2018), atendia dois objetivos imediatos: de um lado o enfraquecimento das tropas vietnamitas, descobrindo seus esconderijos desfolhando as matas, bem como contaminando as águas, plantações e afetando diretamente a saúde da população; do outro lado, o uso de venenos na guerra também contribuía como experimentos para o desenvolvimento de pesquisas na área das ciências agrárias, realizando testes de novos métodos de destruição das plantações através do “lançamento de ovos de certos tipos de insetos que atacavam o arroz na água e o uso de fósforo branco em recipientes de napalm, pois este, muitas vezes, tinha pouco efeito nos campos de arroz que permanecem encharcados de água” (BURCHETT, 2018, p. 296).

Os impactos dos venenos foram nocivos à saúde dos vietnamitas, segundo relato da cientista sul-vietnamita Thuy Ba que ocupava o cargo de chefia de um grande hospital, os venenos supostamente destinados às plantações afetam gravemente os seres humanos e as principais vítimas eram crianças e idosos, “os principais sintomas são queimaduras na pele, diarreia e problemas pulmonares” (BURCHETT, 2018, p.295). Enquanto isso, o governo estadunidense discursava para o mundo os testes na agricultura e as promessas de aumentar a produção mundial de alimentos querendo convencer a opinião pública do compromisso com a erradicação da fome, quando na verdade os testes referidos estavam sendo realizados destruindo as plantações e envenenando populações na guerra imperialista (BURCHETT, 2018).

Evidentemente, assim como as produções bélicas das duas primeiras guerras mundiais, as descobertas científicas da Guerra do Vietnã receberam nova finalidade de uso pós-guerra. O discurso do governo estadunidense não é de todo falso, ele é verdadeiro quando se refere ao desejo de aumentar a produção de alimentos, mas ele

mente quando diz que o compromisso é erradicar a fome. Pode-se concluir, a partir desse análise, que antes de findar a guerra os países já estavam organizados internacionalmente para difundir as propostas de *erradicação da fome* como justificativa para modernização da agricultura, isto é, introduzir o consumo de venenos na produção agrícola e de sementes geneticamente modificadas.

Afinal, tinha-se três motivos predominantes: 1) a necessidade imperialista de aumentar o mercado e as possibilidades de acumulação de capital; 2) a indústria bélica já havia produzido invocações que poderiam ser usadas nas plantações, principalmente a indústria química e automotiva; 3) Os EUA já tinha iniciado o processo de transformação da agricultura aos padrões capitalistas, tanto que fomentavam pesquisas científicas nas áreas de agrárias (ANDRADES; GANIMI, 2007; LENIN, 2012, BURCHETT, 2018).

Nesse sentido, é com as guerras que marcam o século XX que o capital encontra condições objetivas de intensificar seu plano de subordinação/dominação da agricultura. Percebe-se que o capital não descansa um segundo se quer para pôr seu plano de reprodução e acumulação de capital. Além disso, as mercadorias das guerras precisavam de uma nova finalidade para renascerem como novos valores de uso fora das guerras. Vejamos:

Surgiram do grande capital imperialista monopolista do pós-guerra mundial. Grandes empresários perceberam que um dos caminhos do lucro permanente eram os alimentos. Possuindo grandes sobras de material de guerra (indústria química e mecânica), direcionaram tais sobras para a agricultura. Encarregaram as fundações Ford e Rockefeller, o banco Mundial, entre outros, para sistematizarem o processo. Estes montaram a rede mundial GCPAI – Grupo Consultivo de Pesquisa Internacional – que é, na realidade, o somatório de centros de pesquisa e treinamento localizados em todo o mundo (ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001, p. 17 apud ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 45-46).

Dessa forma o Grupo consultivo de Pesquisa Internacional (GCPAI) realizava pesquisas e treinamentos em diversos países e cada país tinha um foco específico de pesquisa, como por exemplo, no México o foco eram bancos de genes de trigo e milho, na Colômbia o foco era pesquisas com arroz, feijão, mandioca, forragem e pastagens (ANDRADES; GANIMI, 2007). Contudo, cada Centro ou Instituto de pesquisa estava vinculado ao GCPAI. É nesse momento que o clã Rockefeller aparece no cenário da subordinação da agricultura ao capital. É, principalmente, por meio dos investimentos financeiros da família Rockefeller que a “Revolução Verde” é anunciada ao mundo e

a subordinação da agricultura ao capital avança em passos largos, conforme veremos a seguir.

4.2.3 Os Rockefeller e a “Revolução Verde”

De acordo com Cruz (2007), a origem da fortuna do clã Rockefeller foi iniciada com o patriarca que se tornou proprietário da empresa de petróleo *Standard Oil*. Entre os segredos do sucesso econômico de John Rockefeller estão os acordos comerciais estabelecidos entre as construções de ferroviárias e sua companhia petrolífera. Dessa forma, segundo o autor, a *Standard Oil* realizava carregamento fixo diariamente com as principais ferroviárias em troca de descontos. O acordo, por sua vez, selava uma via de mão dupla entre as empresas, pois cumpria as rodovias comprarem os lubrificantes para a manutenção dos trens exclusivamente na *Standard Oil*. Além disso, o acordo era somente com a *Standard Oil*, não sendo permitido oferecer descontos ou acordos semelhantes às concorrentes.

O acordo secreto chamado de *South Improvement Company*, unia os interesses das principais rodovias com a companhia petrolífera, bem como evidenciava as relações entre capital financeiro e capital produtivo, isso porque John D. Rockefeller conseguiu ampliar o poder da companhia e por meio de financiamento com o dinheiro dos Rothschild, Rockefeller aumenta seu poder com a *Standard Oil Company*. Atualmente é uma das mais poderosas companhias petrolíferas, a famosa ESSO foi responsável pela continuidade da vida bilionária do clã Rockefeller (SANTOS NETO, 2018; CRUZ, 2007).

O resultado dos acordos, cartéis e outros métodos capitalistas de acumulação de capital na fase imperialista, fez com que as empresas concorrentes ficassem em desvantagens econômicas, como é de regra na concentração de capital, as grandes empresas abocanham as outras, e assim o grupo Rockefeller segue aumentando seu poderio (SANTOS NETO, 2018). O cenário mundial do desenvolvimento industrial contribuiu para ampliar os mercados de atuação da família, como por exemplo, a indústria automobilística que viabilizou o aumento das vendas de combustíveis, tornando o principal produto de negócio (CRUZ, 2007).

Nesse período, John D. Rockefeller iniciou um projeto que seguirá como marca do império até os tempos hodiernos, as ações filantrópicas. Desde o início do século

XX, John D. Rockefeller investe na sua fama de filantropo, fazendo doações para igrejas, pesquisas em universidades e fundações, entidades assistenciais principalmente vinculadas à medicina etc. (CRUZ, 2007). As novas gerações dos Rockefeller se destacaram em duas ações filantrópicas especificamente: as ações na área de saúde e agricultura. Na agricultura, por sua vez, a fundação Rockefeller investiu na nova fase de subordinação da agricultura ao capital, com a difusão da “Revolução Verde” (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Integrando o GCPAI, a fundação filantrópica – com fins lucrativos – da família Rockefeller chamada a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), foi fundada por Nelson Rockefeller que assim como o seu avó, John D. Rockefeller, utilizava a boa fama – mundialmente conhecida – de filantropo da família bilionária. A agência filantrópica AIA tinha como objetivo realizar investimentos em ciência e tecnológica no período pós-guerra, pretendia-se com AIA estabelecer acordos de cooperação técnica com a proposta de “desenvolvimento” e “industrialização” dos países em desenvolvimento, principalmente a América Latina (SILVA, 2009, p. 25).

Segundo Andrades e Ganimi (2007, p. 45) “ainda antes de terminar a Segunda Grande Guerra, instituições privadas, como a *Rockefeller* e a *Ford*, vendo na agricultura uma boa oportunidade para reprodução do capital, começaram a investir em técnicas para o melhoramento de sementes, denominadas Variedade de Alta Produtividade (VAP)”. De acordo com os autores, as empresas escolheram sementes que são “a base da alimentação da população mundial”, como por exemplo, “o trigo, o milho e o arroz” e as primeiras pesquisas foram realizadas no México e nas Filipinas (2007, p. 45).

Ocorre que com o fim da Segunda Guerra Mundial, o número de pesquisas com agrotóxicos já havia alcançado patamares surpreendentes e alavancado grandes indústrias químicas que precisavam continuar na saga da acumulação de capital. Segundo Andrades e Ganimi “já findada a Guerra, muitas indústrias químicas que abasteciam a indústria bélica norte-americana começaram a produzir e a incentivar o uso de agrotóxico: herbicida, fungicida, inseticida e fertilizantes químicos na produção agrícola para eliminar fungos, insetos, ervas daninhas” (2007, p.45). Nesse cenário, as sementes modificadas se apresentavam como capazes de resistir aos agrotóxicos para que estes surtiram o efeito desejado nas plantações.

Além dos insumos químicos e sementes, os autores lembram que “não se pode esquecer também a construção e adoção de um maquinário pesado, como: tratores, colheitadeiras, para serem utilizados nas diversas etapas da produção agrícola, desde o plantio até a colheita” (ANDRADES; GRANIMI, 2007, p. 45). Conforme vimos no início dessa seção, o maquinário pesado militar encontra uma nova função pós-guerra. E é, portanto, nesse período que o capitalismo promove as inovações tecnológicas para agricultura, chamando de “Revolução Verde” (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012) – que não possui nada de verde e ecológica.

Entre os métodos de conseguir aumentar a produção agrícola de mercadorias, o capital conseguiu apresentar a “Revolução Verde”. Na verdade, podemos resumir como uma propaganda do capital agrário e capital financeiro com o intuito de intensificar a produção agrícola sob a propaganda de erradicação e fome, mas na verdade é para aumentar o mercado de circulação de mercadorias. Isso porque a “Revolução Verde” traz um elemento novo e fundamental: a possibilidade de dominar as “economias simples de mercado” (LUXEMBURGO, 1970).

Vimos em Luxemburgo (1970) como o capital avança sob as diferentes formas de economia com o objetivo de expropriar sua autonomia e autossuficiência, arrancando os meios de trabalho dos produtores. A acumulação primitiva e a revolução industrial caminharam em passos diferentes em cada parte do globo, mas os seus fundamentos são os mesmos: expropriação e exploração (MARX, 1996b). O fato é que onde o capital não havia conseguido transformar a economia natural em capitalista, ele primeiro a transformou em economia de mercado para em seguida transformar as economias de mercado em capitalistas (LUXEMBURGO, 1970).

De acordo com Zamberlam e Froncheti (2012, p. 26), “no século XX foram propostos novos métodos na produção agrícola, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial” que determinaram a nova forma de produção agrícola como uma agricultura moderna ou convencional utilizando inovações tecnológicas. De acordo com os autores, a “Revolução Verde” teve como “suporte financeiro o Banco Mundial e o Banco Interamericano” e foi bastante difundida na sociedade por “governos, organismos internacionais, universidades, centro de pesquisas agropecuárias e pelas empresas produtoras de insumos (sementes híbridas, fertilizantes sintéticos e agrotóxicos)” (2012, p. 26).

Evidentemente, uma *revolução* financiada pelo Banco Mundial e Banco Interamericano não teria outra finalidade a não ser viabilizar a penetração do capital no campo nas diversas formas de economia existente, seja a economia na forma propriamente capitalista, seja nas resistentes formas onde ainda se preserva a propriedade dos meios de produção nas mãos dos produtores.

A “Revolução Verde” teve sua fase pioneira entre 1943 a 1965, segundo Zamberlam e Froncheti, essa fase ocorreu com “projetos-piloto gestados no México, Filipinas e Brasil, além dos Estados Unidos, resultando em pacotes tecnológicos” (2012, p. 27). A intensificação do seu ideário ocorreu no final do século XIX, através da difusão dos pacotes tecnológicos em diversos países, sendo realizada por meio da “intervenção controlada no processo de produção agrícola, seja no controle de insumos básicos de produção (sementes, equipamentos e adubos químicos e defensivos), seja na *orientação técnica* imposta aos agricultores e pelo crédito rural direcionado” (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012, p. 27).

A base de sustentação da “Revolução Verde” são os pacotes tecnológicos que sendo observados no seu interior revelam o porquê não foi uma revolução e nem tampouco verde. Os pacotes tecnológicos do atual modelo de agricultura possui três pilares de sustentação: 1) agroquímica; 2) motomecanização; e, 3) genética (AQUINO, 2005 apud ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012).

De acordo com Aquino (2005), a agroquímica é o pilar que “produz insumos que permitem o controle das restrições ambientais na fertilidade, no controle das chamadas *pragas*, doenças e ervas invasoras”. Entende-se que, esse “controle” é, na verdade, o que possibilita para ao capital um sistema seguro – dentro do possível – de dominação da natureza, pois somente com o uso desses insumos, é possível “praticar a agricultura de monocultura intensiva e extensiva” (apud ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012).

A motomecanização, por sua vez, é o outro pilar que sustenta o modelo de produção agrícola baseado no ideário da “Revolução Verde” (AQUINO, 2005 apud ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012). Diante da possibilidade de aumentar a produção no monocultivo de forma intensiva e extensiva, estão dadas as condições de introduzir máquinas no campo, revertendo a distribuição da base técnica da composição orgânica do capital, diminuindo o capital variável e aumentando o capital constante, afinal, essa sempre foi a finalidade da máquina, diminuir salários, conforme vimos em

Kautsky (1986). Além disso, é importante ressaltar que a produção com máquinas diminui o tempo socialmente necessário para a produção, bem como diminui o valor das mercadorias. Diante disso, a motomecanização possibilita tanto diminuir salários, como baratear a mercadoria.

Por fim, a manipulação genética. Se a descoberta da semente e da possibilidade de reprodução das plantas conseguiu transformar radicalmente a vida dos homens, o que diríamos da possibilidade de manipular as sementes e adaptá-la aos seus interesses? Nesse sentido, a semente seja pré-existente por natureza ou matéria-prima fruto do trabalho na terra, agora passa a ser um objeto manipulado a fim de atender as necessidades dos insumos.

De acordo com os autores, a manipulação genética “adequa as plantas e animais aos insumos químicos, aumentando a uniformidade genética, a diminuição da biodiversidade e a ampliação das culturas”, e o resultado desse processo não poderia ser outro, ela “leva a um ciclo de doenças, pragas e maior necessidade de agrotóxicos e fertilizantes” (AQUINO, 2005 apud ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2012). Portanto, a manipulação genética acomete as plantas e os animais, diminuindo a variação de espécies e padronizando os modelos viáveis para sua reprodução intensiva e expansiva.

Evidentemente, é uma proposta entrelaçada e interdependente, possibilita criar diversas possibilidades de comercialização a diferentes territórios e formas de produção agrícola. Vimos que o imperialismo é a corrida para dominar os territórios não-capitalistas e a “Revolução Verde” evidencia essa corrida do capital contra as relações que persistem manter os meios de produção sob propriedade do produtor. Certamente, não há mais lugar para o campesinato na fase imperialista e o capital declarou guerra à sua existência.

Diante do exposto, cabe ressaltar que uma das Instituições protagonistas da “Revolução Verde” é a filantrópica da família Rockefeller, com um longo histórico de investimento em energia fóssil, tendo em vista as grandes plataformas de petróleo sob propriedade do grupo herdeiro. Por isso questionamos: o que pretendiam os Rockefeller ao investir na agricultura se o principal negócio da família são as companhias petrolíferas? E a resposta é objetiva: a produção de energia renovável. Evidentemente, a família Rockefeller planejava os novos rumos da empresa desde a época da Segunda Guerra Mundial, quando decidiu investir nas pesquisas de novas

fontes de energias, as renováveis, tanto que declararam publicamente¹¹ na última década o “abandono” dos investimentos em petróleo para investir no “ouro verde”, como denominaram os biocombustíveis. Não por acaso, segundo Ziegler, “desde alguns anos, o ‘ouro verde’ se impõe como um complemento mágico rentável do ‘ouro negro’” (2012, p.184).

O que podemos observar até aqui é que o biocombustível se apresenta como um dos segredos por trás da “Revolução Verde”. O objetivo de aumentar a produção agrícola em escalas inimagináveis para obter lucros exorbitantes é compatível com a lógica de produção de biocombustíveis, a qual demanda uma produção em larga escala. Segundo Ziegler (2012), entre os principais biocombustíveis estão o bioetanol e biodiesel:

O bioetanol é obtido pela transformação de vegetais que contêm sacarose (beterraba, cana-de-açúcar etc.) ou amido (trigo, milho etc.); no primeiro caso, pela fermentação do açúcar extraído do vegetal; no segundo, pela hidrólise enzimática do amido contido no cereal. Quanto ao biodiesel, ele é obtido a partir de óleo vegetal ou animal, transformado por um processo químico chamado transesterificação e fazendo reagir o óleo com um álcool (metanol ou etanol). (ZIEGLER, 2012. p.184).

Ziegler (2012, p.184) explica que apesar da palavra “biocarburante” – referindo-se ao biocombustível – ter “o prefixo *bio-*, do grego *bios* (vida, vivo), [apenas] indica que o carburante (o etanol, o *diesel*) é produzido a partir de matéria orgânica (biomassa)”. A observação é para ressaltar que “não há relação direta com o termo *bio* para designar a agricultura biológica, mas a confusão favorece a imagem desse carburante [ou combustível] – que se imagina que seja limpo e ecológico”.

É com esse discurso contraditório de *limpo e ecológico* que monopólios utilizam para substituir energia fóssil por vegetal, argumentando que os biocombustíveis “seria a arma absoluta na luta contra a rápida degradação do clima e os danos irreversíveis que aquela provoca no meio ambiente e nos seres humanos.” (ZIEGLER, 2012, p.184). Ainda de acordo com o autor, “os trustes agroalimentares” – referindo-se aos monopólios que operam na agricultura – tentam “convencer a maior parte da opinião pública mundial e a quase totalidade dos Estados ocidentais de que a energia vegetal

¹¹ Cf. matérias publicadas em diversos sites de economia, como a matéria intitulada “*Herdeiros de Rockefeller se comprometem a não investir mais em combustíveis fósseis*” em 2014, disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/petroleo-e-energia/herdeiros-de-rockefeller-se-comprometem-nao-investir-mais-em-combustiveis-fosseis-14008383>>

constituiria a arma milagrosa contra a degradação do clima”, mas a verdade é que esse “argumento é mentiroso” pois oculta a informação de que “os métodos e os custos ambientais da produção” demandam bastante “água e energia” (ZIEGLER, 2012, p.186). Afirma o autor:

Pois bem: do ponto de vista das reservas de água do planeta, a produção, a cada ano, de dezenas de milhões de litros de agrocarburentes constitui uma verdadeira catástrofe. De fato, são necessários 4.000 litros de água para produzir um só litro de bioetanol – e quem o diz não é Eva Joly, Noël Mamère ou qualquer outro ecologista tido como “doutrinário”, mas Peter Brabeck-Lemathe, presidente do maior truste alimentos do mundo: Nestlé. Ouçamo-lo: “com os biocarburentes, jogamos na pobreza mais extrema centenas de milhões de seres humanos”. (ZIEGLER, 2012, p. 187)

Ademais, um detalhado estudo da OCDE, a organização dos Estados industriais, sediada em Paris, apresenta-nos o resultado de seus cálculos sobre a quantidade de energia fóssil necessária para produzir um litro de bioetanol – trata-se de uma quantidade enorme. E o *New York Times* comenta sobriamente: dada a elevada quantidade de energia que requer sua produção, “os agrocarburentes aumentam o dióxido de carbono na atmosfera, ao invés de contribuir para a sua redução”. (ZIEGLER, 2012, p. 187-188)

A afirmação de Ziegler com base em estudos e relatórios de empresas e intuições que são representantes do capital, relatam que a produção dos biocombustíveis não reduzem a destruição do meio ambiente, muito contrário à isto, intensificam significativamente essa destruição, basta um exemplo para clarear essa afirmação: “o tanque de um carro de tamanho médio que funciona com bioetanol se enche com cinquenta litros de combustível. Para produzir cinquenta litros de bioetanol, é preciso destruir 358 quilos de milho”, portanto, são necessários 350 quilos de milho a cada 50 litros de biotenal, isso significa que um tanque cheio consome a mesma quantidade que “uma criança da Zâmbia ou do México vive um ano” (ZIEGLER, 2012, p. 190).

Aqui, finalmente, desmascara-se a falsa propaganda de erradicação da fome. A produção de alimentos nunca teve como finalidade combater a fome mundial e garantir a segurança alimentar. Os investimentos se voltaram para agricultura por ela se apresentar uma ótima via de acumulação de capital, aumentando a produção a tamanhos exorbitantes e de consumo rápido. Afinal, não se pode imaginar quantas toneladas de milho ou cana-de-açúcar serão necessárias para abastecer todos os carros a base de bioetanol no mundo. Em linhas gerais, a produção agrícola capitalista conseguiu viabilizar a produção de matéria-prima da indústria em escala exorbitante.

É diante do poderio do imperialismo e ambição da acumulação do capital que a agricultura capitalista está cada vez menos preocupada com a produção de variedade de alimentos que sejam consumidos pelas pessoas, pois sua preocupação não é com comida, mas com matéria-prima para continuar movendo a engrenagem das indústrias. Quando produz para a alimentação, a nova lógica consegue integrar agricultura e indústria com a grande produção de enlatados. Diante de tudo o que já foi exposto, não há como negar que integração é uma das palavras-chave da “Revolução Verde”.

No entanto, engana-se quem acredita que essas invocações serviriam apenas nas áreas de cultivo propriamente capitalistas. Luxemburgo (1970) já havia explicado que o capitalismo precisou conviver com formas não-capitalistas como fontes de circulação de mercadorias e realização de mais-valia, mas transformando as economias natural/rural em economias de mercado, isto é, transformando o camponês em simples agricultor, dependente do mercado, inserido na lógica de produção de mercadorias.

Isso demonstra que todo percurso do capital para solucionar o problema do ciclo de rotação do capital na agricultura, ganha força com as tecnologias advindas da guerra. Unindo o útil ao agradável, o capital consegue construir um aparato tecnológico para as agriculturas propriamente capitalistas, bem como consegue encontrar uma forma de penetrar ainda mais as agriculturas de economia natural/rural ou economia de mercado, isto ocorre porque os “pacotes tecnológicos” passam a ser aplicados do agronegócio à agricultura familiar, e este é o salto mortal da subordinação da agricultura ao capital.

4.3 Pacotes tecnológicos: do agronegócio à agricultura familiar

Conforme vimos anteriormente, a produção agrícola ganhou novos rumos com os pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”. Evidentemente, na agricultura que estava subordinada à lógica de produção capitalista de mercadorias havia muito o que comemorar com as tecnológicas. Afinal, o ciclo de rotação do capital na agricultura sempre foi determinado por entraves *naturais* que ameaçavam constantemente o dinheiro adiantado do capitalista para transformação em capital (SANTOS NETO,

2013). Com a possibilidade de ter controle da produção com o aparato de tecnologias, o capitalista agrário poderia investir seu dinheiro adiantado com mais tranquilidade. Além disso, a produção tinha mercado garantido com alto consumo de matérias-primas pela indústria, principalmente para a produção de biocombustíveis.

Diante disso, a agricultura capitalista ganha um novo conceito: agronegócio. Segundo Mendonça (2013, p. 50) “a palavra *agronegócio* foi adaptada no Brasil a partir do conceito de *agribusiness*, que teve sua origem na School of Business Administration da Universidade de Harvard, com o estudo *A concept of agribusiness* de John Davis e Ray Goldberg”. De acordo com a autora, o livro de autoria de Davis e Goldberg foi publicado em 1957, mas o termo *agribusiness* foi utilizado pela primeira vez em 1955. No entanto, somente a partir da década de 1960 que o termo foi aceito e utilizado frequentemente (MENDONÇA, 2013).

O livro publicado originalmente em inglês e sem traduções para o português, tem como premissa central, segundo Mendonça (2013, p. 50), “a ideia de que o campo estaria passando por grandes transformações a partir de uma ‘revolução tecnológica’, tendo como base o ‘progresso’ científico utilizado na agricultura”. Ao mesmo tempo que evidencia essa “revolução tecnológica” o livro traz demandas para o Estado, afirmando que o mesmo deveria intervir cada vez mais no apoio à essas transformações da produção agrícola.

De acordo com Mendonça (2013, p.50) a “função comercial” da produção agrícola passou a transferir as atividades, especificando-as em cada setor, essas “atividades como armazenamento, processamento e distribuição dos produtos foram transferidas para outras empresas”. Não obstante, o modelo de produção agrícola intensiva a monocultura e o latifúndio – modelos adaptados à produção de mercadorias – inaugura uma nova era restabelecendo a fusão entre agricultura e indústria, todavia, dessa vez não será para garantir a autossuficiência do camponês, mas garantir a finda expropriação das suas condições de subsistência e produção.

Mendonça parafraseando Davis e Goldberg, explica que agronegócio é o termo utilizado para explicar “o processo de fusão entre agricultura e indústria”, tendo em vista as relações de “interdependência entre estes setores” (2013, p. 50). Na introdução do livro “*A concept of agribusiness*” os autores descrevem o termo do seguinte modo: “o total das operações que envolvem a manufatura e distribuição de suprimentos agrícolas; operações produtivas nas fazendas; e armazenamento,

processamento, e distribuição de commodities agrícolas e produtos feitos a partir destas” (DAVIS; GOLDBERG, 1957, p. 2 apud MENDONÇA, 2013, p. 51). O agronegócio, portanto, é o modelo que estabelece estreitos laços entre agricultura e indústria, operando de modo interdependente.

Nessa lógica, o atual modelo agrícola consegue atender, simultaneamente, dois desejos do capital: produção e consumo. Por isso é pertinente muitos autores se referirem ao agronegócio como o modelo de “industrialização da agricultura” ou “modernização da agricultura”, pois o novo modelo agrícola se apresenta tanto como via de consumo das mercadorias industriais – tratores, caminhões, fertilizantes, adubos, etc. – como uma possibilidade de aumentar a produção de alimentos e matérias-primas das indústrias – energia renovável, alimentos enlatados, pré-cozidos, etc. – logo, é um modelo consumidor e fornecedor da indústria (MENDONÇA, 2013; LIMA, 2013).

O agronegócio, portanto, não se refere apenas à agricultura, mas a totalidade das relações entre indústria e agricultura, mais do que isso, a relação de ambas com os bancos, pois o agronegócio é a subordinação do capital agrário e industrial ao capital financeiro (LIMA, 2013). Portanto, pode-se afirmar que o objetivo do agronegócio não é a produção dos produtos em si, mas a possibilidade de transformar dinheiro em capital, conforme o objetivo principal do capitalista: dominar “todas as esferas da produção e da sociedade civil” (MARX, 1985b, p. 123).

Evidentemente, os professores da Universidade de Harvard nos Estados Unidos, Davis e Goldberg, promoveram o *agribusiness* como uma propaganda da industrialização da agricultura, a qual na visão deles representava o “progresso” no campo (1957, p.2 apud MENDONÇA, 2013, p.50). Nota-se que a visão de progresso é sempre atrelada ao desenvolvimento tecnológico e avanço da subordinação da humanidade ao capital, em nada significa tornar a sociedade melhor, mas tornar o capital maior, sempre crescente, avançando e dominando todas as esferas da sociedade. Progresso é, portanto, o avanço do capital face à barbárie dos trabalhadores.

Entretanto, o agronegócio é apresentado por Davis e Goldberg como uma “revolução tecnológica” que seria capaz de solucionar “desajustes e desequilíbrios” que dificultam o ciclo de rotação do capital na agricultura, por isso, os professores de Harvard ao expor as novas relações que estavam surgindo entre agricultura e

indústria, também apontam possibilidades de aumento da interdependência entre esses setores, como um “progresso evolutivo” (1957, p. 6 apud MENDONÇA, 2013, p. 54). De fato, não levou muito tempo para que o agronegócio fosse difundido entre os capitalistas com apoio do Estado, este último, na sua função social de atender os ímpetus da burguesia, não poderia hesitar em elaborar programas e projetos governamentais que atendessem as demandas necessárias para garantir o ciclo de rotação do capital no agronegócio.

De modo geral, é perceptível que a “Revolução Verde” se encaixa perfeitamente no modelo capitalista de produção agrícola do agronegócio. No entanto, o fato curioso é que os pacotes tecnológicos também foram – e continuam sendo – direcionados à pequena agricultura familiar. E perguntamos: Porque inserir sementes transgênicas, agrotóxicos etc. em uma pequena produção? Porque reproduziram esses modelos de agricultura extensiva em uma pequena propriedade?

Para o nosso estudo, as afirmações de Kautsky e Luxemburgo põe as claras o que está posto com o novo modelo de agricultura conhecido por agronegócio: o avanço do desenvolvimento do capital no campo. Se séculos atrás a agricultura ficou intocada face ao avanço industrial, é exatamente com o alcance do alto desenvolvimento industrial que o capital consegue subordinar a agricultura à seu signo de reprodução ampliada (LUXEMBURGO, 1970; KAUTSKY, 1986). A cada passo do capital no campo, a tendência geral da acumulação é ratificada, o capital transforma a economia natural em economia de mercado e depois a devora subordinando à forma capitalista. Logo, há grandes razões para convencerem os pequenos agricultores a aderirem aos pacotes tecnológicos, vejamos.

É necessário lembrar que os agricultores que já estavam produzindo para o mercado antes do surgimento de pacotes tecnológicos, mas faziam isso do seu modo tradicional. Com a chegada do combo da “Revolução Verde”, é evidente que a concorrência do mercado abalaria a comercialização dos pequenos. Mas não foi apenas a concorrência que impulsionou a adesão aos pacotes. Pesquisas que retratam da atuação da extensão rural em países da América Latina, mesmo que de forma otimista, levantaram informações sobre a atuação cooperada entre o Estado e a Fundação Rockefeller na difusão de conhecimento sobre uso das novas tecnologias, como por exemplo Silva (2009).

Logo, não demorou muito para que paulatinamente agricultores fossem convencidos a aderir ao combo que iria pôr fim a independência do camponês. Isso porque já evidenciamos que as sementes são geneticamente manipuladas e seus frutos não possuem sementes férteis, logo, não servem para novo plantio (ANDRADES; GANIMI, 2007). Esse efeito retira a possibilidade de conseguir novas matérias-primas, como as sementes crioulas, que sempre são *resultados* e *novas possibilidades* de processo de trabalho (MARX, 1996a).

Além da dependência da compra de sementes e agrotóxicos, atrela-se a dependência do crédito, pois tal investimento requer dinheiro adiantado por parte dos agricultores, e então os juros passam a não ter fim. O crédito nada mais é do que uma armadilha do capital financeiro (LIMA, 2013). E dessa forma, o agricultor vai entrando em uma *bola de neve* de dívidas. Isso ocorre por um motivo determinante: o capital não se contempla apenas com o aumento da circulação de mercadorias, ele precisa, desde a sua acumulação primitiva até os tempos hodiernos, de expropriações e reprodução ampliada (MARX, 1996b).

E desse modo, discursos falaciosos são difundidos até os tempo atuais, promessas de garantia de produção com alta qualidade e sem perdas, livres de indesejáveis, etc. Como não poderiam acreditar no discurso propagandístico dos pacotes tecnológicos se o sonho de todo agricultor é ter uma boa colheita? Mas, o que não foi dito aos agricultores é que os agrotóxicos são venenos, as sementes são inférteis e o crédito é uma armadilha.

Luxemburgo (1970, p. 353), referindo-se aos efeitos do pós Guerra de Secessão nos Estados Unidos, menciona que o aumento dos impostos e a concorrência dos monopólios da produção agrícola levaram o camponês ao endividamento, um “sintoma típico do declínio da agricultura” e da “impotência pelo poder imenso do capital”. O resultado do endividamento é a ruína de muitos agricultores, tendo em vista que em muitos programas de crédito a terra é colocada como garantia do empréstimo, logo, o não pagamento pode acarretar perda da terra.

Isso evidencia que o capital utiliza de diversas formas de expropriações e na era do capital financeiro são os bancos que assumem o comando das expropriações e continuam espoliando o solo da humanidade, dissolvendo todas as formas existentes/resistentes não-capitalistas. Essa é a tendência da acumulação de capital, como bem explica Luxemburgo:

A hipótese básica do esquema marxista da acumulação só corresponde à tendência histórica objetiva do movimento da acumulação e a seu resultado teórico. O processo da acumulação tende a substituir em todas as partes a economia natural pela economia simples de mercado e a esta pelas formas capitalistas e a fazer que a produção do capital domine absolutamente como forma única e exclusiva em todos os países e setores. (LUXEMBURGO, 1970, p. 363-364).

Dessa maneira, pode-se afirmar que a “Revolução Verde” não propiciou apenas o aumento do consumo-dependente de pacotes tecnológicos – do agronegócio à agricultura familiar –, mas propiciou novas-velhas formas de subordinação: as expropriações dos trabalhadores dos seus meios de trabalho. A saga do capital desde a sua existência como tal é essencialmente a separação do produtor direto dos meios de subsistência e produção. Portanto, o capital segue caminhando na tentativa de subordinar todas as economias de mercado em formas capitalistas, expropriando as terras dos pequenos agricultores e engrandecendo latifúndios do agronegócio. Luxemburgo, explica: “a produção de mercadorias é a forma geral que o capitalismo possui para se desenvolver. Mas desde que a economia de mercado se encontra instalada sobre as ruínas da economia natural, o capital lhe declara guerra” (LUXEMBURGO, 1970, p. 349).

Para tanto, é importante lembrar em Luxemburgo (1970) que as novas formas não se restringem aos meios burocráticos do capital financeiro, o capital não pode abrir mão do uso da violência e da força militar para alcançar seu ímpeto desejo por expropriações. A violência é uma marca de nascença do capital, da qual ela não pode se desvincular. Nas formas de economia onde o capital não consegue subordinar o agricultor, ele utiliza métodos nada idílicos para expropriar: o roubo e a pilhagem com o uso da violência continuam sendo estratégias de acumulação de capital e a tendência histórica é de intensificação dessas ações no imperialismo (LUXEMBURGO, 1970).

De acordo com Luxemburgo (1970), o uso da violência não ocorre somente na acumulação primitiva, ela não é um método passageiro para suscitar o ponto de partida da acumulação de capital, contrário a isto, a violência “constitui um método permanente da acumulação de capital no processo histórico, desde sua origem até os nossos dias”. Nesse sentido, assim como nas sociedades primitivas com relações entre produtor e meios de trabalho estabelecidas naturalmente, o capital precisa

utilizar a violência para separá-los como coisas distintas, cortar o cordão umbilical que conecta o camponês à terra.

Portanto, os métodos coloniais de ocupação na era da acumulação primitiva de capital, são renovados sob a mesma base, invasão das terras indígenas, remanescentes quilombolas, pequenos agricultores, entre outras comunidades tradicionais, com o objetivo de reprimi-los, constituindo-se como fenômenos permanentes (LUXEMBURGO, 1970).

E é deste modo que durante séculos o capital investe para subordinar a agricultura aos seus ímpetos, durante um longo processo de investidas e expropriações no campo para garantir o uso da terra como propriedade privada e impelir os trabalhadores ao trabalho assalariado, livres de qualquer meio que assegure sua autonomia e subsistência. Os camponeses transformados em simples agricultores, vivenciam no imperialismo a ofensiva do capital para transformarem em trabalhadores assalariados. É preciso entender a complexidade dessas questões para construir uma ofensiva contra o capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos até aqui declarando afiliação às teses de Marx (1996a; 1996b; 1985a; 1985b; 1986) Kautsky (1985), Lenin (2012), Rosa Luxemburgo (1970), Engels (1979; 2012), entre outros, com a proposta de compreender o objeto para além da sua aparência e debruçar sobre a raiz dos seus fundamentos, a essência. Portanto, acercando-se com o referencial dos respectivos autores, nosso estudo percorreu o seguinte itinerário.

A compreensão do trabalho como eterna necessidade dos homens, enquanto fundamento do ser social, foi a premissa norteadora do nosso estudo, afinal, não poderíamos compreender a agricultura sem entender o processo de transformação da natureza pelo homem. Podemos afirmar, com base nos autores clássicos recorridos para o entendimento dessa atividade essencialmente humana, que o trabalho desde sua origem uma eterna necessidade dos homens, assim como a terra é o arsenal de meios e objetos de trabalho (MARX, 1996a).

Para tanto, versamos nosso olhar para duas obras em especial, o Livro Primeiro de *O Capital* de Marx (1996a), especificamente no Capítulo V sobre “Processo de Trabalho e Processo de Valorização” em consonância com o manuscrito de Engels (1979) sobre a “Humanização do macaco através do trabalho”. As obras são indispensáveis para revelar o trabalho enquanto produção de valor de uso, ou seja, enquanto produção de coisas úteis para os produtores. Afinal, sem o entendimento desse aspecto, muitos poderiam recair no equívoco de afirmar que a produção de coisas na sociedade é desde sua origem produção de mercadorias.

De modo geral, tornou-se possível entender em Marx (1996a) e Engels (1979) que o trabalho diferencia os homens das outras espécies pela capacidade de construir algo novo que foi previamente idealizado, portanto, obter no final do processo de trabalho um resultado que existiu primeiro na sua consciência. Obviamente, cabe ressaltar que essa consciência de realizar algo novo, surge das próprias condições materiais e do conhecimento das propriedades da natureza que oferecem meios e objetos de trabalho. Por isso, o trabalho é uma simultânea transformação, ou seja, transforma o objeto trabalhado e o homem que transformou o objeto, pois a cada nova experiência de trabalho, esse homem adquire novos conhecimentos e novas capacidades. O trabalho é constantemente transformador da natureza e do homem.

Portanto, o trabalho é desde o início uma atividade orientada a um fim, pois existe um objetivo previamente idealizado na consciência humana que antecede à ação de transformar a natureza, diferente das outras espécies, as quais não possuem essa capacidade. Logo, mesmo que abelhas, aranhas, formigas, entre outras, executem ações sob a natureza para sobrevivência e reprodução de suas espécies, todas agem por instinto e relações que não são – e não podem ser – consideradas trabalho. O trabalho pertence exclusivamente ao mundo dos homens (MARX, 1996a).

Nesse sentido, é correto afirmar que sem o trabalho não existiria humanidade, pois os homens não podem existir e reproduzir sem condições básicas de subsistência, uma vez que, foi através do trabalho que o homem passou a produzir ferramentas que viabilizaram o avanço da caça e coleta à agricultura e domesticação de animais (ENGELS, 1979; 2012).

De modo geral, aponta-se como a agricultura é fundamental para a sociedade, tendo em vista que a coleta sem um novo plantio esgotaria rapidamente os recursos, e não poderíamos imaginar o mundo dos homens sem alimentação, ela é o combustível vital – e por isso nos inquieta tanto para investigação –.

Nesse sentido, somente através do trabalho o homem consegue transformar a matéria pré-existente por natureza em matéria-prima, isto é, em objeto da natureza transformado pela mão humana. O grande exemplo que recorremos é a semente crioula, uma matéria-prima fruto da ação do homem na natureza. A observação da fertilidade das sementes e a possibilidade de plantá-las para conseguir novos alimentos, resultou no sedentarismo das tribos e na produção em excedentes. Desde então, o homem conseguiu produzir alimentos além dos fornecidos gratuitamente pela natureza para controlar a quantidade de alimentos produzidos além do necessário (ENGELS, 1979; MARX, 1996a).

Chegamos a um ponto determinante na compreensão do estudo. Desde o período histórico da produção do excedente, tornou-se possível as trocas de produtos, mas é necessário se atentar a uma característica decisiva. A produção da época histórica que antecede o capital, não era mercada pela produção de valor de troca, tudo o que era produzido tinha como característica determinante o valor de uso, isto é, a produção de coisas úteis e necessárias aos produtores, a finalidade da produção não era a troca, ela ocorria tendo em vista a necessidade de outros produtos, mas não era uma mercadoria (MARX, 1996a).

Desse modo, a produção de mercadorias revela-se como germe de um modo de produção específico: o modo de produção capitalista. Para elucidar essa afirmação, resgatamos à memória os exemplos de autossuficiência no campo. Para tanto, não poderíamos deixar de recorrer a duas obras indispensáveis: “Formações Econômicas Pré-capitalistas” de Marx (1985b) e “A questão agrária” de Kautsky (1986). Nas obras supracitadas, foi possível identificar como a vida no campo era muito diferente da agricultura vista nos tempos hodiernos. No campo, as famílias produziam seus meios de subsistência e produção, da agricultura à tecelagem, não produziam mercadorias.

A autossuficiência no campo é a prova que a história da humanidade não é desde sua origem uma produção de mercadorias. Certamente, não é um cenário comum na atualidade, dificilmente imaginamos os agricultores/as produzindo suas roupas, calçados, ferramentas, entre outros. Hodiernamente, esses produtos são instantaneamente relacionados às indústrias e cidades, de tal maneira que se quer poderíamos pensar que o agricultor viveria sem as mercadorias da cidade. O fato é que o cenário atual camufla um processo longo e contínuo de subordinação da agricultura ao capital.

Portanto, é debruçando sobre o segredo da mercadoria que o primeiro capítulo evidencia a diferença da agricultura de valor de uso à agricultura de valor de troca. Na produção de mercadorias, a agricultura somente é realizada com o objetivo de ser trocada por outra mercadoria equivalente, como o dinheiro, um equivalente geral. Essa característica modifica o objetivo da agricultura. A preocupação deixa de ser a alimentação da humanidade e passa a ser a acumulação de capital (KAUTSKY, 1986; MARX, 1996a). Tal processo, condena uma quantidade expressiva dos indivíduos à fome e miséria face à abundância de alimentos (ZIEGLER, 2012).

Na produção de mercadorias sob o comando do capitalista, o produtor não é proprietário dos meios de produção, assim como é reduzido à condição de assalariado, tornando trabalhos qualitativamente distintos em trabalhos indiferenciados, abstratos (MARX, 1996a). Mais do que isso, essa produção resulta em uma mercadoria com mais valor do que as mercadorias consumidas para sua produção, e esse mais-valor é apropriado pelos capitalistas.

Portanto, a agricultura subordinada à produção de mercadorias, reflete o tempo histórico do capital, que utilizou – e ainda utiliza – de meios nada idílicos para subordinar os trabalhadores ao açoitamento do capitalista. Dada as devidas considerações

sobre trabalho e agricultura, de valor de uso à valor de troca, recorreremos no segundo capítulo do estudo à compreensão das condições históricas de subordinação da agricultura ao capital.

Para entender esse tempo histórico, é necessário entender como o capital vem ao mundo e transforma a propriedade feudal e clânica em propriedade privada, recorreremos fundamentalmente para o Capítulo XXIV da obra “O Capital” de Marx (1996b) sobre a “A assim chamada acumulação primitiva”. Marx (1996b) inicia o capítulo a partir da compreensão da acumulação que antecede o modo de produção capitalista, uma acumulação que é seu ponto de partida: a acumulação primitiva durante entre os séculos XVI-XVIII.

O fato primordial da acumulação primitiva na forma clássica, consiste na expropriação massiva dos camponeses da propriedade fundiária. Esse longo processo – e permanente – de expropriação do povo do campo ocupa um lugar fundamental para o desenvolvimento da indústria. As expropriações liberou a mão de obra do campo à condição de “trabalhadores livres”, mas é uma liberdade em duplo sentido, os trabalhadores não pertenciam aos meios de produção, como servos, escravos etc., bem como não possuíam os meios de produção (MARX, 1996b).

A expropriação massiva e violenta dos camponeses impacta no crescimento populacional das cidades, no aumento da mendicância, na disparidade entre oferta e demanda de empregos, entre outros. O novo cenário impeliu os trabalhadores a venderem a única coisa que tinham posse: sua força de trabalho. Vender a força de trabalho como uma mercadoria era a única forma dos trabalhadores sem terras obterem meios de subsistência (MARX, 1996b).

Além disso, a expropriação não criou apenas o proletariado, como também separou a agricultura da manufatura. Se antes, os camponeses plantavam e processavam as matérias-primas nos ofícios domésticos rurais, na condição de expropriados não poderiam realizar a manufatura para si, pois sem posse de terras, também não teriam posse dos produtos da terra (MARX, 1985b; 1996b).

Evidentemente, a destruição dos ofícios domésticos rurais foi uma alavanca poderosa para as manufaturas sob o látego dos capitalistas. Entretanto, não foi apenas as expropriações do campo que possibilitaram a transição. Não obstante, os capitalistas contaram com a pilhagem, espoliação e roubo das colônias como

determinante para concentração de capital nos primórdios do modo de produção capitalista (MARX, 1996b; TRANSPADINI, 2016).

Com isso, o desenvolvimento manufatureiro alcançou grandes patamares até revolucionar definitivamente o meio de trabalho com a Revolução Industrial no século XVIII. A máquina-ferramenta e a sua capacidade de produzir aquilo que antes era feito pela mão do homem, faz deste uma força-motriz da máquina, um apêndice (MARX, 1996b). Entretanto, a máquina não chega imediatamente na agricultura. O desenvolvimento do capitalismo no campo segue ritmo diferente da cidade (KAUTSKY, 1986).

É correto afirmar que por um certo tempo o campo ficou intocado, mas esse tempo não durou muito. Conforme evidenciado, a terra passou de uso comunal à uso privado, esse processo ascendeu o surgimento da classe de proprietários fundiários e arrendatários. O primeiro faz da terra sua mercadoria e fonte de mais-valia, o segundo, investe dinheiro no 'aluguel' da terra e da força de trabalho, ambos visam a acumulação de capital. Ocorre que enquanto a máquina não chegava no campo, a renda da terra se tornou uma fonte de riqueza para arrendatários e proprietários fundiários e, obviamente, continuou sendo após a chegada da mecanização (KAUTSKY, 1986; MARX, 1996b).

O fato é que os primeiros passos da subordinação da agricultura ao capital foram dados durante a acumulação primitiva, tendo em vista os seguintes elementos: 1) a separação do produtor direto dos meios de subsistência e produção; 2) a separação da agricultura da manufatura; 3) a produção voltada para a troca, isto é, produção de mercadoria; 4) a terra enquanto propriedade privada e desta forma uma mercadoria; 5) o desenvolvimento das máquinas para o campo. Entretanto, a agricultura ainda era um investimento com muitos difíceis, por sua própria peculiaridade no ciclo de reprodução do capital, requerendo mais investimentos que se adaptasse à produção.

É no terceiro – e último – capítulo que apresentamos as transformações agrícolas na fase imperialista, quando os capitalistas avançam sobre a agricultura para adaptá-la ao ciclo do capital. Com as guerras marcadas no século XX, o arsenal de mercadorias bélicas precisam de um novo destino, logo foi redirecionado à agricultura. Os pacotes tecnológicos como ficaram conhecidos, conseguiram atender os ímpetus burgueses de reduzir o tempo do ciclo de reprodução do capital na agricultura, não por acaso, desde então a vida no campo é perpassada por intensas

investidas do capital financeiro e de instituições financeiras como o grupo Rockefeller (ANDRADES; GANIMI, 2007; LIMA, 2013).

Ademais, dada as condições históricas, viu-se que a Revolução Industrial atinge o campo primeiramente pelo comércio e depois com a mecanização agrícola. O salto da agricultura aos padrões de reprodução do capital na fase imperialista é denominado por “Revolução Verde”. Os pacotes tecnológicos financiados por instituições e organismos internacionais, apresentavam inovações do período de guerras e foram utilizados sob o discurso de erradicação da fome, quando na verdade essa nunca foi a preocupação (ANDRADES; GANIMI, 2007; ZIEGLER, 2012).

O grande aparato de desenvolvimento científico e tecnológico contribuiu para pesquisas sobre biocombustíveis, que impactam a natureza tanto quanto – ou mais – que os combustíveis fósseis (ZIEGLER, 2012). A diferença em questão é que os biocombustíveis atendem a nova fase dos ímpetus capitalistas de mais-valia, a reprodução ampliada de capital e a necessidade de uma contínua superprodução.

Nesse sentido, o estudo tenta elucidar como a particularidade da agricultura também é um desafio para o capital e por isso a subordinação ocorre em passos diferentes de como foi a manufatura. Do mesmo modo, é conveniente afirmar que isso não limitou os desejos capitalistas em subordinar tudo e todos à produção de mais-valia. Muito ao contrário disto, o capital segue utilizando a ciência e tecnologia para produzir mercadorias, seja no campo ou na cidade.

O fato que nos chama a atenção é que enquanto o capital não consegue subordinar todas as formas de economia à economia capitalista, ele convive com essas formas buscando de algo modo penetrar e conseguir lucros. Assim ele faz quando penetra nos solos dos pequenos agricultores, que mesmo em condições distintas dos assalariados, também estão sujeitos à lógica capitalista de mercadorias (LUXEMBURGO, 1970).

Dito isto, reconhecemos que é necessário a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras na luta por uma sociedade socialmente emancipada, para lançar abaixo toda essa estrutura que explora e condena a humanidade à barbárie. Somente uma ofensiva contra o capital poderá transformar radicalmente a sociedade em benefício dos produtores da riqueza do mundo. A luta contra o capital é uma luta do povo do campo e da cidade por uma sociedade humanamente emancipada.

REFERÊNCIAS

ANDRADES, T. O.; GANIMI, R. N. **Revolução Verde e apropriação capitalista.**

CSJF Revista: Juiz de Fora, 2007. Disponível em:

<https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>

BAYER. **Histórico:** visão geral. Disponível em: <<https://www.bayer.com.br/>>. Acesso em: janeiro de 2020.

BURCHETT, Wilfred. **Vietnã: a guerrilha vista por dentro.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa.** São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, Gleizeane Santos Almeida de. **Os impactos sobre a biodiversidade e saúde humana decorrentes da utilização de agrotóxicos no Brasil.** Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Maceió, 2017.

CRUZ, Diego. **Rockefeller e a genealogia do capital.** 2007. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/rockefeller-e-a-genealogia-do-capital>. Acesso em janeiro de 2020.

ENGELS, F. **Humanização do macaco pelo trabalho.** In: A dialética da natureza. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Expressão popular, 2012.

EXPRESSÃO POPULAR. **Sobre o autor Adilson Dias Paschoal.** Disponível em: <<https://www.expressaopopular.com.br/loja/produto/pragas-agrotoxicos-e-a-crise-ambiente-problemas-e-solucoes/>>. Acesso em janeiro de 2020.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencias/fao/>>. Acesso em: janeiro de 2020.

KAUTSKY. **A questão agrária.** São Paulo: Nova cultural, 1986.

LENIN. V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIMA, Lucas Gama. **Imperialismo e agronegócio.** São Cristóvão: Revista GeoNordeste, n. 3, 2013.

LUXEMBUGO, R. **A acumulação do capital:** estudos sobre a interpretação econômica do Imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARX, K. O capital. **Livro Primeiro, Tomo I.** São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996a.

_____. O Capital. **Livro Primeiro, Tomo II.** São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996b.

- _____. O Capital. **Livro Segundo**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985a.
- _____. O Capital. **Livro Terceiro, Tomo II**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1986.
- _____. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985b.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. Expressão Popular: 2009.
- MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.
- NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da questão social**. In: Revista Temporalis, n. 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPPS, Graflin, 2001.
- PASCHOAL, A. D. **Pragas, agrotóxicos e a crise ambiente – problemas e soluções**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- SANTOS, A. C. do N. **A relação homem/natureza: a destruição da natureza na sociabilidade capitalista**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2014.
- SANTOS NETO, A. B. **Trabalho e Tempo de Trabalho na perspectiva marxiana**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- _____. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.
- _____. **Previdência público-privada e reprodução do capital**. Goiânia: Editora Phillos, 2018.
- SILVA, C. N. da. **Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association For Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)**. Tese (doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2009.
- TRANSPADINI, R. S. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento, Inclusão Social e Educação. Belo Horizonte, 2016.
- ZAMBERLAN, J; FRONCHETTI, A. **Agroecologia: caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.
- ZIEGLER, J. **Destruição mássica: geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.